

Câmara Municipal de Jacareí

PALÁCIO DA LIBERDADE

PROCESSO Nº 188 DE 25.11.2009

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010

ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2006 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
(COM PARECER DESFAVORÁVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO).

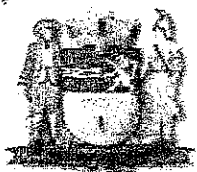
AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRAZO FATAL: 11 DE MARÇO DE 2010

DISCUSSÃO ÚNICA

OBSERVAÇÃO: O PROCESSO COMPLETO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2006, E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO DOS SENHORES VEREADORES NA SECRETARIA DA CÂMARA.

Aprovado em Discussão Única Em.....de.....de 2009..... Presidente	REJEITADO Em.....de.....de 2009..... Presidente
Aprovado em 1ª Discussão Em.....de.....de 2009..... Presidente	ARQUIVADO Em.....de.....de 2009..... Diretor da Câmara
Aprovado em 2ª Discussão Em.....de.....de 2009..... Presidente	Retirado pelo Autor Em.....de.....de 2009..... Presidente
Adiado em.....de.....de 2009..... Para.....de.....de 2009..... Diretor da Câmara	Adiado em.....de.....de 2009..... Para.....de.....de 2009..... Diretor da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURÍDICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE JACAREÍ



Assunto:- TC nº 3323/026/06

Prestação de Contas do Exercício de 2006

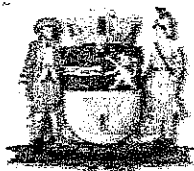
Prefeitura Municipal de Jacareí São Paulo

**Agente Político- Ilmo. Sr - MARCO AURÉLIO DE SOUZA –Ex- Prefeito
Municipal da Cidade de Jacareí.**

Escritório Regional de São José dos Campos São Paulo UR7. TCE

Senhor Presidente

Encaminhamos neste ato os 03(três)
Volumes do processo que tramitou perante o Egrégio Tribunal de Contas do
Estado de São Paulo –TCE, alusivo as Contas do Exercício de 2006, que obteve
PARECER DESFAVORÁVEL DAS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL do aludido
ano, face ao não atendimento ao artigo 212 da Constituição Federal de 1988,
por terem sido aplicados 24,16% na Educação e 57,88% no ensino
fundamental pela Prefeitura de Jacareí, fls. 482 a 483, publicado no DOE de 20
de setembro de 2008, e ainda o PARECER sobre o PEDIDO DE REEXAME, o qual
negaram provimento com o seguinte argumento:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURÍDICA



"EMENTA – PEDIDO DE REEXAME . Remanesceram as questões referentes à Insuficiente aplicação de recursos no Ensino(23,90%) das receitas de impostos vinculadas; e, 56,83% no ensino fundamental, calculado sobre a aplicação mínima obrigatória de 60%, conforme exigido pelo art. 60 do ADCT. CONHECIDO E NÃO PROVIDO." Publicado no DOE de 11.09.2009, a qual transitou em julgado em 18.09.2009(Publicado no DOE de 11/09/2009), fls. 557 dos autos."

Assim, seguem **03 Volumes processo principal, 08 volumes denominado de ANEXO, 05 Volumes de documentos, 04 volumes de acessórios**, que foram retirados em carga do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ER7- São José dos Campos, por esta Consultoria jurídica, para serem objeto de análise e providências, dessa Presidência, aguardando ulteriores deliberações.

Sendo o que nos cumpria informar.

Jacareí, 24 de novembro de 2009

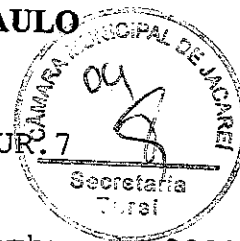
CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Dr. Vitor Tadeu Roberto
Consultor Jurídico
OAB-SP 118.824


PASCHOAL DE OLIVEIRA DIAS NETO
Assessor Jurídico OAB/SP nº 104.642



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR-7

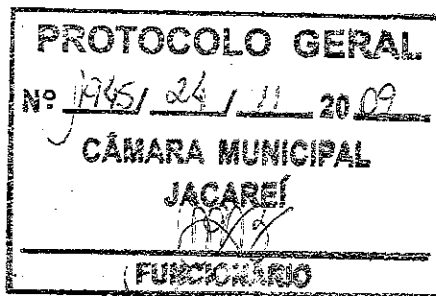


São José dos Campos, 18 de novembro de 2009

Ofício UR-7 nº 088/2009

Ref. TC-3332/026/06

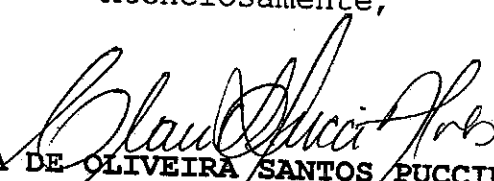
Senhor Presidente,



Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no item IV da Ordem de Serviço SDG nº 04/90, o processo de prestação de Contas da Prefeitura de Jacareí, bem como os anexos a ele vinculados e o respectivo Parecer emitido pela E. Tribunal Pleno, em sessão de 02/09/2009, relativo às Contas do exercício de 2006, para os fins previstos no artigo 31, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo.

Apresento a Vossa Excelência, os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,


CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão, Substituta
UR-7 - SJCampos

Ao
Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

*ao Trindade
7/11/09
29/11/09
W. Ramos*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR-7

PROCESSO

: TC Nº 3323/026/06

ÓRGÃO

: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ASSUNTO

: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2.006

Senhora Responsável pela Equipe Técnica 7.5 (Respondendo),

Em cumprimento à solicitação constante no feito realizamos a formação de autos Apartados para tratar dos assuntos determinados no Voto do Eminentíssimo Conselheiro Relator.

Desta feita foram autuados os seguintes processos:

Processo (Apartado)	800202/504/06
Matéria	Gratificações concedidas indevidamente a Servidores
Processo (Apartado)	800201/504/06
Matéria	Relativa à remuneração dos Agentes Políticos (Subsídios do Vice Prefeito e Secretario de Esportes e Recreação)

À consideração de Vossa Senhoria.
UR.7-SJCampos, 13 de novembro de 2009.

Ivete Grópbo
Auxiliar da Fiscalização Financeira II

Senhora Diretora Técnica de Divisão, da UR.7- Substituta,

Submetemos à consideração de Vossa Senhoria, tendo em vista o cumprimento cabal da r. determinação contida nos autos.

UR.7-SJCampos, em 13 de novembro de 2009

Marilda Meireles Chaves Franco
**Agente da Fiscalização Financeira
Respondendo pela Equipe Técnica 7.5**

R E L A C A O D E R E M E S S A

DE - UR-7 UNIDADE REGIONAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS
 A - CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI
 JACAREI

NRO.- 1400/2009

DATA - 24/11/2009

INUM.I	INTERESSADO	NUMERO DO PROCESSO	
ORD.I		EXPEDIENTE	
I	I ACESSORIO - 2 APLICACAO NO ENSINO	I	I
I	I	I	I
I 3	I	I	I
I	I	I 0000000003323/226/06	I
I	I INTERESSADO :	I	I
I	I PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI	I	I
I	I	I	I
I	I ***** M O T I V O *****	I	I
I	I ACOMPANHA	I	I
I	I	I	I
I	I	I VOL. 1 2	I
I	I	I	I
I	I	I	I
I	I	I TOTAL ANEXOS 0	I
I	I	I	I
I	I ACESSORIO - 3 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	I	I
I	I	I	I
I 4	I	I	I
I	I	I 0000000003323/326/06	I
I	I INTERESSADO :	I	I
I	I PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI	I	I
I	I	I	I
I	I ***** M O T I V O *****	I	I
I	I ACOMPANHA	I	I
I	I	I	I
I	I	I	I
I	I	I	I
I	I	I TOTAL ANEXOS 0	I
I	I	I	I
I	I	I	I

RECEBIDO EM ____/____/____

POR: _____

RELACAO DE REMESSA



DE - UR-7 UNIDADE REGIONAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS
A - CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI
JACAREI

NRO.- 1400/2009

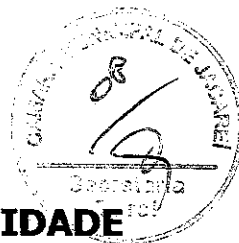
DATA - 24/11/2009

INUM.I	I	INTERESSADO	I	NUMERO DO PROCESSO	I
IORD.I	I		I	EXPEDIENTE	I
I	I	CONTAS MUNICIPAIS	I		I
I	I		I		I
I	1 I		I	0000000003323/026/06	I
I	I		I		I
I	I	INTERESSADO :	I		I
I	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI	I		I
I	I		I		I
I	I	***** M O T I V O *****	I		I
I	I	REMETIDO A CAMARA MUNICIPAL	I		I
I	I		I	VOL. 1 2 3	I
I	I		I		I
I	I		I		I
I	I		I	TOTAL ANEXOS 13	I
I	I		I		I
I	I	ACESSORIO - 1 ORDEM CRONOLOGICA	I		I
I	I		I		I
I	2 I		I	0000000003323/126/06	I
I	I		I		I
I	I	INTERESSADO :	I		I
I	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI	I		I
I	I		I		I
I	I	***** M O T I V O *****	I		I
I	I	ACOMPANHA .	I		I
I	I		I		I
I	I		I		I
I	I		I	TOTAL ANEXOS 0	I
I	I		I		I



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE REGIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO- ESCRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SÃO PAULO.

TC nº 2527/026/07

Prestação de Contas do Exercício de 2007

Prefeitura Municipal de Jacareí São Paulo

**Agente Político- MARCO AURÉLIO DE SOUZA –Ex- Prefeito Municipal
Escritório Regional de São José dos Campos São Paulo UR7. TCE**

CÓPIA

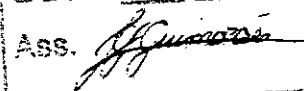
CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, pessoa jurídica de Direito Público, neste ato, por seu representante legal, **DIOBEL DE LIMA FERNANDES**, investido no Mandato de Vereador e Presidente do Poder Legislativo, vem, respeitosamente, **REQUERER**, a juntada aos autos do processo em epígrafe do instrumento procuratório.

Termos em que,

P. deferimento.

Jacareí, 23 de novembro de 2009


PASCHOAL DE OLIVEIRA DIAS NETO
Assessoria Jurídica OAB/SP nº 104.642

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLADO
UR-7 - SJCAMPOS
Data: 24 / 11 / 09
Ass. 

SÉRGIO ROBERTO SCOCATO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica OAB/SP nº 227.216



Processo: TC 3323/026/06
Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.
Assunto: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2006.



Senhor Assessor Procurador-Chefe,

Atendendo a r. determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator (fls. 176), analiso os resultados contábeis quanto aos aspectos econômico-financeiros constantes do relatório da auditoria, juntamente com as alegações oferecidas pelo interessados para os itens ora em exame, referente o exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Início pelo tópico dos precatórios onde se pode visualizar pelo quadro da auditoria - (fls.94)- a seguinte situação: Primeiro - o valor previsto na LOA no exercício em exame foi menor do que o valor apurado para o mapa orçamentário apresentado até 1º de julho de 2005 somado ao montante do décimo pelo parcelamento autorizado na EC nº. 30/2000. Ressalte-se que, houve inclusão mediante créditos adicionais suplementares durante a execução do orçamento.

Segundo - o valor efetivamente pago foi inferior ao montante empenhado no exercício em exame, inclusive, o



pagamento se deu menor do que o valor constante na LOA como necessário para o atendimento desse passivo.

Terceiro - constam inscritos em "Restos a Pagar" precatórios de exercícios anteriores no montante de R\$ 2.565.506,63.

Desse exposto, conclui-se em relação às despesas com precatórios, sob o aspecto contábil formal, que restou confirmado o não atendimento da exigência legal, em face da constatação de ter sido realizado pagamento aquém do somatório do mapa orçamentário de 2005 somado ao valor dos décimos da EC nº 30/00. Sem contar, a ausência de pagamento no exercício em tela, dos precatórios inscritos em "Restos a Pagar" fato que compromete ainda mais a situação constatada pela falta de pagamentos dos precatórios no exercício.

Em relação à alegação da auditoria da não inclusão no orçamento de 2006, de valores devidos à senhora Simone Fátima Savoldi e outros, o interessado comprova com documentos que a Municipalidade previu e quitou integralmente no exercício o referido precatório trabalhista.

Prosseguindo, os resultados contábeis encontram-se amoldados as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, em face da constatação de superávit na execução orçamentária, sensível diminuição do déficit de caixa, somados à ausência de estoque em Dívida Líquida de Curto Prazo. De outro lado, notório a existência



de fatores favoráveis em relação aos resultados: econômico e patrimonial, ambos, positivos e, pela diminuição do percentual de endividamento de longo prazo (Dívida Consolidada Líquida), em relação à RCL, quando comparado com o exercício anterior.

Pelos apontamentos da auditoria constantes do relatório como falhas/erros de lançamento contábil, a meu ver, as ponderações oferecidas pelo interessado são pertinentes e devem ser consideradas na análise do conjunto dos resultados contábeis registrados no exercício em exame.

Além disso, mesmo que as ponderações do interessado alterassem substancialmente os apontamentos contidos no relatório da auditoria, serviriam apenas para melhorar os resultados examinados. Assim, a meu ver, essas ponderações servem muito mais para respaldar o entendimento de que os resultados orçamentário, financeiro e endividamento foram bons a vista do que prescreve a LRF, ou seja, registro de superávit na execução orçamentária, diminuição substancial do déficit de caixa e redução do endividamento do Município.

Nesse contexto, em relação aos aspectos econômico-financeiros, considero como sendo bons os índices de solidez da economia e das finanças Municipais.

Entretanto, verifico, conforme aponta a auditoria, que as aplicações na Manutenção e



Desenvolvimento do Ensino e Ensino Fundamental não foram suficientes para o atendimento ao estabelecido nos artigos 212 da CF e 60 do ADCT, bem como, a insuficiência dos pagamentos no exercício em exame, com precatórios judiciais.

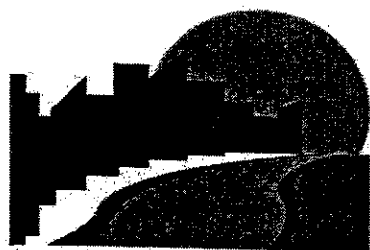
Tais irregularidades - não atendimento à determinação constitucional - (Ensino, Ensino Fundamental e precatório judicial) nos termos da Jurisprudência desta E. Corte, impede a formação de juízo favorável sobre os atos em exame.

Assim, sem embargo da necessária análise dos demais tópicos do relatório da auditoria, submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria.

São Paulo, 02 de abril de 2008.

ADILSON MARÇAL ELIAS
ASSESSORIA TÉCNICA

pl. 409



JACAREÍ

CADA DIA MELHOR



Apresentação

28.12.07

Fale com a prefeitura

Férias 2008

Secretarias

Prefeitura anuncia "Férias no Trianon"

Assistência social

Administração

Boletim oficial

Desenv. econômico

Downloads

Educação / Esportes

Finanças / Contas

Governo / OP

Infra-estrutura

Legislação

Licitações

Meio ambiente

Planejamento

Saúde

Segurança

Turismo / Cultura

Outros links

Sala de imprensa

Página inicial

SAAE

O prefeito Marco Aurélio de Souza anunciou ontem (27) uma programação especial para o mês de janeiro de 2008, voltada à toda comunidade de Jacareí. "O Trianon estará de portas abertas, de 19 a 31 de janeiro, para receber a população com várias atividades esportivas e culturais", anunciou o prefeito Marco Aurélio. O Centro Educacional, Esportivo e Cultural (antigo Trianon) estará com uma programação similar ao Bairro em Ação, devido à quantidade de serviços e atividades concentradas em um único período. Porém haverá destaque para a programação esportiva e cultural, e irá envolver todas as secretarias e autarquias da Administração Municipal.

O "Férias no Trianon" vai contemplar exposição de programas da administração e autarquias, haverá exames médicos para uso das piscinas, testes de glicemia capilar (diabetes), aferição de pressão arterial e saúde bucal. Entre os serviços e atividades que ocorrerão estão corte de cabelo, passeio ecológico de trenzinho e lazer no Espaço Liberdade, Prainha e Parque dos Eucaliptos.

Na quadra estão programadas as seguintes atividades esportivas: basquete misto e voleibol misto, para faixas etárias entre 15 e 40 anos. Para a piscina poderão se inscrever pessoas com idade a partir dos 7 anos e haverá apresentação de Taekwondo.

A Fundação Cultural também estará com uma programação intensa com espetáculos teatrais, noite da seresta, sessões de cinema e matinê pré-carnaval, além de apresentação de oficinas e projetos sociais da prefeitura. As atividades ocorrerão a partir das 9h, com eventos programados até as 17h, 19h e 23h, no Centro Educacional, Pátio dos Trilhos (Fundação Cultural), Espaço Liberdade, Prainha, Viveiro Municipal e Parque do Eucaliptos. Também será oferecido serviço de emissão documentos - processo para emissão de RG (1ª via), emissão de CTPS (Carteira de Trabalho) e emissão de CPF (CIC).

Escolinhas - O prédio foi adquirido pela prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que mantém durante o ano letivo as escolinhas de nataçã e judô com o objetivo de ampliar as atividades escolares, principalmente o aprendizado de educação física, além de aplicar projetos culturais e didáticos aos alunos de todas as Emefs (Escola Municipal de Ensino Fundamental) e Emeis (Escola Municipal de Educação Infantil).

(José Carlos Júnior)

Habitação

Caixa confirma programa para 200 casas em Jacareí

Jacareí receberá o PAR - Programa de Arrendamento Residencial - em 2008. A confirmação foi feita ontem (27) pelo superintendente regional do Vale do Paraíba da Caixa Econômica Federal Paulo Galli ao prefeito Marco Aurélio de Souza. Com este benefício, a prefeitura, através da Fundação Pró-Lar, anuncia a construção de mais 200 casas populares no município, em convênio com o Governo Federal, para o próximo ano.

"Já entregamos 278 casas populares este ano. Agora Jacareí foi contemplada com mais 200 casas, neste projeto, que tem parceria com a Caixa Econômica Federal", destacou o prefeito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 410
TC 3323/026/06
Proc. _____

Processo: TC 003323/026/06.
Interessado: Prefeitura Municipal de Jacareí.
Assunto: Aplicação no Ensino.
Exercício: 2006.
Relator: Conselheiro Fulvio Julião Biazzi.



Senhor Assessor Procurador - Chefe,

Atendendo determinação do Exmo. Senhor Conselheiro, vieram os presentes autos a esta Assessoria para análise e conseqüente manifestação das justificativas da Origem, acerca dos apontamentos consignados no item "2.2.1 - Aplicação no Ensino" do relatório de auditoria.

Neste sentido, passamos a nos manifestar, antes, porém, informamos que o órgão instrutivo acusou às fls. 78 o não atendimento ao disposto no artigo 212 da CF, tendo a municipalidade aplicado no ensino global o percentual de 23,86% (mínimo 25%).

Quanto ao ensino fundamental, também restou anotada a infringência ao "caput" do artigo 60 do ADCT da CF, demonstrando que a despesa neste nível de ensino representou 14,17%, calculada sobre a receita (mínimo de 15%), ou 56,66%, calculado sobre a aplicação mínima (mínimo 60%).

As planilhas demonstrativas da aplicação no ensino referentes ao 4º trimestre/2006 apresentadas pela Prefeitura, e que deram base para a Auditoria, encontram-se às fls. 365/371 do Processo Acessório 2. Acusavam despesas no seguinte ordem: ensino geral = 25,77%, fundamental = 16,07% e magistério = 63,60% (fl. 371 do Acessório 2).

Todavia, sobre as informações inicialmente ofertadas a Auditoria efetuou os ajustes a seguir sintetizados, que culminaram nos percentuais acostados à fl. 78 de seu relatório:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 411
TC 3323/026/06
Proc.

Receita de impostos e transferências constitucionais (Base de Cálculo para a análise do ensino): A Auditoria apontou que a receita da Dívida Ativa de impostos é maior do que aquela informada. Também constatou divergências nas rubricas IPTU e ISSQN (fl. 80). Ajustou o total da receita apresentada de R\$188.722.465,38 para R\$188.908.516,46		186.051,08
Despesas custeadas com recursos adicionais: acrescentou o valor de R\$139.197,52 (fls. 76/78)		139.197,52
Despesa excluídas pela Auditoria (fls. 82/91):		
1) despesa com projeto executivo de drenagem e de bacia de retenção do Aflente do Turi		68.800,00
2) despesas decorrentes da Secretaria de Assistência Social e Cidadania		2.800,00
3) despesa beneficiando a Secretaria de Assistência Social e Cidadania		210,00
4) despesa beneficiando a Secretaria de Assistência Social e Cidadania		50,00
5) despesa beneficiando o Centro do Trabalhador (R\$2.980,00 + R\$2.317,00)		5.297,00
6) despesa beneficiando a Secretaria de Esportes (aquisição de medalhas em metal)		17.100,00
7) despesas afetas à Secretaria de Esportes e Recreação (aquisição de eletrodo e disco de corte)		1.600,00
8) locação de sanitários químicos p/festividade de 7 de setembro		705,00
9) serviços de publicidade e marketing (Página Comunicação Ltda.)		1.800,00
10) serviços de Buffet (educação infantil): R\$3.984,00 + R\$3.984,00		19.890,44
11) despesas com subvenções sociais, porém não houve subvenção onerando o fundamental		7.968,00
12) curso de capacitação e aprimoramento de diretores e vice-diretores (fundamental = 35.000,00 e FUNDEF = R\$30.500,00)		496.677,60
13) despesas que beneficiaram a educação infantil, porém, oneraram o fundamental: alocadas para a educação infantil		65.500,00
14) cestas natalinas		360,00
15) manutenção de piscina, sendo que não existe escola pública c/piscina		14.700,00
16) manutenção de piscina		7.700,00
17) locação de imóvel p/instalação do CAPAMEVE (p/abrigar pessoas portadoras de deficiências), alocada para a educação infantil		2.997,00
18) diárias que beneficiaram a educação infantil, porém, oneraram o fundamental: alocadas para a educação infantil		9.500,00
19) despesa c/escola Sindical CUT, p/cursos disponíveis a qualquer munícipe, objetivando aumentar a possibilidade de obtenção de emprego		480,00
20) despesa c/manutenção de placar do Trianon Club		105.000,00
21) peças p/veículos, porém, não houve a identificação dos veículos beneficiados		2.000,00
22) peças p/veículos, porém, não houve a identificação dos veículos beneficiados		444,00
23) despesas p/o Projeto Arco Íris, vinculado à Secretaria de Assistência Social		1.300,00
24) vencimentos e vantagens fixas (diferença entre a planilha e o balancete de despesa)		8.949,00
25) Restos a pagar sem disponibilidade financeira (posição em 31/01/2007) - Fundamental		1.668.612,01
26) Total das impugnações (infantil: 7.968,00; Fundamental: 2.471.972,05 + RP 936.013,53 + FUNDEF: 30.500,00 = R\$3.438.485,58)		936.013,53
		3.446.453,58

As impugnações levadas a efeito pelo órgão instrutivo, sintetizadas no quadro acima, culminaram na elaboração de novas planilhas do ensino, juntadas às fls. 377/380 do Processo Acessório 2.

Isso posto, em preliminar aos nossos comentários, salientamos que avaliando o contexto das impugnações efetuadas pela Auditoria, restou cristalino que o órgão instrutivo considerou estritamente em seu exame, as despesas realizadas com vista à consecução dos objetivos básicos da educação, considerando na apuração da aplicação mínima as despesas típicas e puras da educação, afastando os itens que não se configuram puramente do ensino, não deixando margem para o alargamento da idéia de educação básica.

Neste mesmo sentido, passamos a apresentar nosso entendimento acerca das justificativas oferecidas pela Origem (fls. 272/320) que contestou as exclusões das despesas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 412
TC 3323/026/06
Proc. 16

I) Despesas custeadas com receitas adicionais (receitas de convênios) - (dedução de R\$139.197,52 não informado inicialmente pela Prefeitura):

Comentários: Às fls. 272/274 a Origem ressalta a informação já oferecida na ocasião da inspeção "in loco", sustentando que alguns orçamentos realizados com verbas relativas a contas conveniadas do ensino, foram posteriormente anulados e estornados, ocorrendo o efetivo dispêndio custeado com recursos próprios do Município, em consequência, deveriam integrar os cálculos em apreço.

Entretanto, tais justificativas já foram apreciadas pela Auditoria, conforme se observa da anotação expressamente consignada à fl. 77 do relatório e não foram capazes de afastar tal dedução na instrução da aplicação do ensino.

Em nossa ótica, também não consideramos procedentes os argumentos apresentados pela Origem, pois, não foram efetivamente esclarecidos os motivos pelos quais a Administração deixou de considerar nas planilhas do Acessório 2, a despesa de R\$139.197,52 como oriunda de receita adicional, consoante detalhadamente apontado às fls. 76/77: (i) a Prefeitura apresentou à Auditoria o valor de R\$295.012,71 a título de despesa com recursos adicionais, porém, lançou na planilha do ensino apenas R\$155.815,19; ii) a fiscalização acusou ausência de confiabilidade nas informações referentes às despesas com recursos de convênios).

Assim sendo, acompanhamos o juste promovido pelo órgão de instrução, que acrescentou o valor de R\$139.197,52 às despesas custeadas com recursos de convênios no ensino fundamental.

II) Despesas excluídas pela Auditoria:

1) Despesa com Projeto Executivo de drenagem e de bacia de retenção do Afluente do Turi (glosa de R\$68.800,00 no fundamental):

Justificativas (fls. 274/277): segundo o defendente, referida despesa "...fazia parte do planejamento prévio da construção do Centro Educacional EMEF Jardim Paraíso que, por se tratar de área alagadiça, demandava as mencionadas obras de drenagem para regularizar o terreno a fim de que o mesmo apresentasse condições de suportar a construção (doc. 10)."

Complementou informando que o Projeto foi elaborado em 2006, sendo que em 2007 ocorreu a licitação da obra para a Construção do Centro Educacional de Ensino Fundamental



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 413
TC 3323/026/06
Proc. 125/2006

(Concorrência n. 13/2007). Na sequência, discorreu sobre as dependências que irão compor o Centro Educacional a ser construído, fundamentando a legitimidade da despesa inicialmente impugnada no câmputo do ensino, com base no inciso II do artigo 70 da LDB ("aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino."

Entendimento desta Assessoria: o objeto dessa despesa nos termos do Memorial Descritivo anexado ao respectivo ajuste (fl. 331 do Anexo II), consistiu na contratação de firma especializada para fornecimento de mão-de-obra, material e equipamento para execução de projeto executivo de drenagem e de bacia de detenção do Aflente do Turi, situado no Bairro Jardim Paraíso, com área aproximada de 94 hectares.

Neste contexto, considerando a área constante do objeto do projeto executivo de drenagem e de bacia de detenção do aflente do Turi, entendemos que a despesa em voga não se enquadra na situação descrita no inciso II do artigo 70 da LDB, que trata da construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino.

Em nossa ótica, para fins de análise do percentual mínimo a ser aplicado no ensino, aludido objeto está mais próximo da vedação imposta no inciso V do artigo 71 da mesma LDB, qual seja: obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.

Isso porque, nos termos do objeto em destaque, em especial na área mencionada, não cremos que o projeto visou tão somente o espaço destinado à construção da unidade de ensino e de suas instalações físicas, sem corresponder a toda infra-estrutura necessária ao estabelecimento a ser construído.

Assim sendo, acompanhamos a exclusão desse gasto do câmputo do ensino.

2) Despesas com serviços de cabeamento no Centro do Trabalhador (glosas de R\$2.980,00 + R\$2.317,00 = R\$5.297,00 no fundamental):

Justificativas (fls. 277/278): esclareceu a Origem que a despesa em tela correspondeu a investimentos de infra-estrutura na sala de informática disponibilizada pelo Centro do Trabalhador do Município, objetivando a capacitação contínua de professores do ensino fundamental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 414
TC 3323/026/06
Proc. 18

Entendimento desta Assessoria: os serviços de cabeamento foram executados na sala de informática do Centro do Trabalhador, portanto, ainda que esse espaço seja utilizado para as aulas de capacitação de professores, tais gastos não deverão compor o percentual mínimo do ensino, pois, além de não corresponder a serviços realizados nas dependências do Departamento de Educação do Município, foi executado em área que não é restrita ao uso da Educação.

3) Despesa com locação de imóvel para instalação do Conselho Tutelar (glosa de R\$17.100,00):

Justificativas (fls. 278/279): informou o interessado que embora numa sala do imóvel locado de fato funcionava o Conselho Tutelar, no restante do prédio funcionava um centro de apoio à Supervisão de Educação Especial, que tem como objeto apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar fundamental e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais - Doc. 13.

Salientou que no imóvel em tela, funcionava a pequena gama de estudantes especiais portadores de problemas auditivos, que necessitam de treinamento e tratamento especializado para interação com a sala de aula.

Entendimento desta Assessoria: na mesma linha de nossos comentários anteriores, salientamos que os a locação em voga correspondeu a imóvel para o Conselho Tutelar e como tal, não integra a estrutura do ensino - documentos de fls. 408/411 do Anexo III.

4) Despesas com medalhas de metal, estando mais afetas à Secretaria de Esportes (glosa de R\$1.600,00):

Justificativas (fls. 279/280): esclareceu a Origem que tais gastos foram destinados a premiar alunos da rede de ensino fundamental em gincanas educacionais (Gincana do Conhecimento - Doc. 15).

Entendimento desta Assessoria: segundo orientação do MEC, a aquisição de material esportivo, somente pode ser acolhida no ensino desde que esse material seja utilizado nas atividades desenvolvidas pelas respectivas escolas, como parte do conjunto de modalidade esportiva, trabalhadas nas aulas de educação física ou praticadas nas competições esportivas internas desses alunos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 415

TC 3323/026/06

Proc. 19

Dessa forma, analisando a despesa epigrafada em analogia a essa orientação, informamos que o Doc. 15 apresentado pelo justificante não comprova a utilização dessas medalhas em gincanas educacionais internas destinadas aos alunos do ensino fundamental.

Portanto, na espécie dos autos, não temos subsídios para propor o retorno do dispêndio com medalhas em metal, ao cômputo do ensino, prevalecendo a anotação da Auditoria de que tais materiais estão mais afetos à Secretaria de Esportes.

5) Despesas com aquisição de eletrodo e disco de corte, segundo o entendimento de que pertencem à Secretaria de Esportes (glosa de R\$705,00):

Justificativas (fls. 280/281): sustentou o interessado que houve equívoco por parte da Auditoria com relação ao histórico da nota de liquidação, uma vez que a nota fiscal está autorizada pelo Secretário da Educação - fl. 423 dos autos, assim como existiu a baixa no almoxarifado da Educação em relação ao recebimento dessa mercadoria (fls. 424 dos autos).

Entendimento desta Assessoria: a princípio informamos que na Nota de Liquidação n. 7737/2006 - fl. 422 do Anexo III, está expressamente registrado que a Secretaria de Esportes e Recreação foi a beneficiária do material em tela, afastando a alegação do justificante de equívoco cometido por parte da Auditoria. Dessa forma, acompanhamos a glosa ora comentada.

6) Despesas com locação de sanitários químicos para festividade de 7 de setembro (glosa de R\$1.800,00):

Justificativas (fls. 281/282): de acordo com as alegações de defesa, os banheiros foram disponibilizados somente na concentração do início do desfile de alunos e, somente para os alunos do ensino fundamental.

Entendimento desta Assessoria: as despesas com festividades, organizadas e realizadas com a participação dos alunos da rede pública municipal, estão mais próximas daquelas caracterizadas como manifestações culturais, não sendo consideradas típicas ou necessárias à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais.

Assim sendo, o dispêndio com a locação de sanitários químicos utilizados na festividade de 7 de setembro, não integra o percentual mínimo da educação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 416
TC 3323/026/06
Proc. _____

7) Despesas com serviços de publicidade e marketing (glosa de R\$19.890,44):

Justificativas (fls. 283/284): a princípio o defendente ressalta que o valor da despesa em epígrafe seria de R\$18.724,88 e não aquele considerado pela Auditoria.

No mérito, procurou esclarecer que tais despesas corresponderam a publicidade institucional voltada à informação da população quanto às condições de prestação de serviços públicos de ensino fundamental (exemplos: datas e vagas de matrículas escolares; divulgação de ações de ensino básico; reformas de escolas; pontos facultativos; etc. - Doc. 16).

Entendimento desta Assessoria: as alegações da Origem de que a publicidade em exame esteve voltada para a prestação de serviços públicos de ensino fundamental, não estão corroboradas pelos documentos juntados às fls. 435/446 do Anexo III, a saber:

- A NF n. 2726 da empresa Página Comunicação Ltda., juntada à fl. 437 do Anexo III, discrimina as seguintes despesas realizadas: Orçamento Participativo; Cerimonial (Evento Celvap); Biblioteca Municipal Macedo Soares; Fapija 2006 e Nova Avenida Centro.

- A NF n. 2727 da mesma empresa, juntada à fl. 438 do Anexo III, discrimina as seguintes despesas: Trânsito Muda Para Facilitar Sua Vida; Parque Santo Antônio; Oficinas Centro da Juventude.

Portanto, ainda que somente parte dessas notas fiscais tenha sido paga com recursos da Educação, não vislumbramos nenhum serviço de publicidade efetivamente vinculado ao ensino fundamental.

Quanto aos documentos juntados pela Origem sob o título "Doc. 16", salientamos que foram encartadas cópias das seguintes notas fiscais: 2605, 2606, 2808, 2609, 2610, 2593, 2726, 2727, 2833, 2643, 2647 e 2608, porém, destas, somente a NF n. discrimina serviços com vínculo à Secretaria da Educação, ao discriminar "Reforma nas Escolas Municipais", no valor de R\$1.701,00, contudo, ainda assim, a publicidade tratando de reforma de escolas não está compreendida no rol daquelas que poderiam ser computadas no ensino, discriminado no artigo 70 da LDB.

Em relação ao valor impugnado (R\$19.890,44), a Auditoria deu conta à fl. 84, que foi obtido mediante a subtração entre o valor empenhado global destinado ao ensino fundamental (R\$100.000,00), dos empenhos que foram estornados durante o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 417
TC 3323/026/06
Proc. _____

exercício, conforme analítico de credores - fls. 441/446 do Anexo II, conforme demonstramos:

Empenho global onerando o ensino fundamental: R\$100.000,00 - fl. 441 Anexo III
(-) Despesas Estornadas: (R\$ 80.000,00) - fl. 443 Anexo III
..... (R\$ 109,56) - fl. 446 Anexo III
(=) Soma da impugnação: R\$ 19.890,44



8) Despesas com serviços de "Buffet" com alimentação de professores da educação infantil, durante o curso de capacitação (glosas de R\$3.984,00 e R\$3.984,00 = R\$7.968,00):

Justificativas (fls. 284/285): o esclarecimento dessa despesa no cômputo do ensino, consistiu na alegação de que o gasto em questão correspondeu ao fornecimento de "Coffee Break" para os 600 professores da rede de ensino infantil que participaram do Curso de Capacitação e Formação realizado em 01/12/2006 (documentos de fls. 449 e 455 do Anexo III).

Entendimento desta Assessoria: em que pese os esclarecimentos do interessado, também opinamos pela impugnação no percentual do ensino, as despesas com "Buffet" para professores que participaram do curso de capacitação.

Em relação ao curso de capacitação, somente poderíamos acolher os gastos com materiais didáticos necessários ao desenvolvimento de tal curso, o que não é o caso das despesas com "Buffet" aos professores.

Salientamos que não estamos dando a conotação de despesa ilegal, porém, para fins de análise do percentual do ensino, aludido gasto em nosso entendimento não é elegível.

9) Subvenções sociais, sendo que segundo o Analítico de Empenhos da conta 33.50.43.00 - Subvenções sociais, não há subvenção concedida com recursos próprios à entidades da área educacional (glosa de R\$496.677,60):

Comentários: a impugnação em exame foi fundamentada nos documentos de fls. 459/462 do Anexo III, que trata da relação de empenhos destinados a subvenções sociais, onerando o EE 33.50.43.00, no período de 01/01 a 31/12/2006.

Referido documento deu conta de que as subvenções sociais ali relacionadas, não corresponderam à Secretaria da Educação, acusando apenas os seguintes Departamentos Concessores: Executivo, Secretaria da Saúde e, Assistência Social e Cidadania.

Por tal motivo, a Auditoria impugnou a despesa de R\$496.677,60 lançada na conta do ensino fundamental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 418
TC 3323/026/06
Proc. _____

Inconformado com a glosa ora comentada, o interessado justificou (fls. 285/290) que no rol de despesas de 2006 das fichas 396 e 442 (Doc. 17), encontradas no balancete das despesas, a municipalidade efetivamente empenhou e gastou R\$496.677,60 com subvenções sociais na área do ensino a saber:

- empenhos lançados na ficha 396, elemento 33.50.43, que somaram R\$80.640,00, transferidos à entidade JAM - Jacaréi Ampara Menores. Finalidade do Convênio: "desenvolvimento de um programa de educação especial com o objetivo de atender alunos carentes, visando ampliar o número de vagas em unidades de educação do Município".
- empenhos lançados na ficha 442, que somaram o montante de R\$416.037,60, na seguinte conformidade:
 - R\$46.226,40 ao Centro de Aprendizagem do Potencial Humano Evidenciando o Especial - Instituto Vêras Jacaréi - CAPHAMEVE. Finalidade do Convênio: "realização de esforços para a integração dos alunos do ensino fundamental portadores de lesão cerebral de qualquer tipo ou com problemas de ordem neurológica à vida normal".
 - R\$138.679,20 à Associação de Pais e Amigos de Down - ASPAD. Finalidade do Convênio: "promover o desenvolvimento dos alunos com Síndrome de Down da rede municipal do ensino fundamental".
 - R\$231.132,00 à Associação de Criança Especial de Pais Companheiros. Finalidade do Convênio: "Programa de Atendimento Social Clínico e Educacional à Pessoa com Necessidades Especiais", "o qual teve por finalidade a realização de trabalhos pedagógicos às crianças de 3 a 14 anos da rede fundamental de ensino."

Entretanto, consultando o balancete analítico de despesa (dezembro/2006), tais subvenções estão contabilizadas na Secretaria de Assistência Social e Cidadania - Proteção Social Especial, culminando na interpretação de que as entidades beneficiadas possuem características assistencialistas (entidades de cunho assistencial) e não educacionais.

Vale salientar que a educação especial está tratada nos artigos 58 a 60 da LDB. Com base em tais dispositivos, destacamos as seguintes características que possibilitariam a identificação das Entidades em voga como pertinentes ao ensino especial, porém, as mesmas não constam dos autos:

- a) os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- b) professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 419
TC 3323/026/06
Proc. _____

- c) critérios estabelecidos pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.;

Também não deparamos com os respectivos estatutos que pudessem corroborar com as alegações da Origem sobre as finalidades dessas Entidades.

Neste contexto, reiteramos a glosa de R\$496.677,60 a título de subvenções sociais, lançadas no ensino fundamental, porém, sem a devida comprovação de que as mesmas efetivamente atenderam a educação especial neste nível de ensino.

- 10) Despesa com a Fundação de Apoio a Faculdade de Educação – FAFE, objetivando ministrar curso de capacitação e aprimoramento de diretores e vice-diretores da rede municipal de ensino (glosas: Fundamental = R\$35.000,00 e FUNDEF = R\$ 30.500,00, soma = R\$65.500,00):

Comentários: a impugnação em tela foi pautada no entendimento do órgão de instrução de que a LDB permite tais gastos somente aos professores e não aos diretores e vice-diretores das escolas do município.

Porém, sobre o tema acolhemos os esclarecimentos do interessado (fls. 291/294). Os recursos do ensino poderão custear cursos de capacitação aos profissionais do magistério.

Assim, de acordo com a Resolução n. 3/97, do Conselho Nacional de Educação, são considerados profissionais do magistério aqueles que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Restringe-se aos professores, apenas os cursos de formação inicial (cursos regulares de formação de profissionais em nível médio ou superior), consoante orientação do MEC.

Face ao exposto, opinamos pelo retorno do montante de R\$65.500,00 aos cálculos do ensino.

- 11) Despesa com cestas natalinas aos servidores da Educação (glosa: Fundamental = R\$14.700,00):

Comentários: as justificativas da Origem contestando a glosa de despesa com cestas natalinas, encontram-se às fls. 294/296. De seu contexto, destacamos a informação no sentido de que a Lei Municipal n. 4.726/2003, autoriza o Executivo a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 420
TC 3323/026/06
Proc. 279

conceder, excepcionalmente no mês de dezembro de cada ano, gêneros alimentícios de caráter natalino aos servidores, que serão definidos previamente por meio de Decreto regulamentar.

Pois bem, neste sentido informamos que despesas dessa natureza já foram submetidas à apreciação desta Casa por intermédio dos Processos TC's 1762/026/04 e 2770/026/05, oportunidades em que os gastos com cestas natalinas concedidas aos servidores foram acolhidas nos 25% da educação, por estarem autorizadas em lei municipal, concluindo-se, naquelas ocasiões, que tais despesas foram realizadas em estrita obediência legal.

Dessa forma, na mesma esteira adotada por esta Casa nos citados processos acerca das despesas com cestas natalinas, concedidas aos servidores da Educação por força de lei municipal, opinamos pelo acolhimento dos argumentos de defesa, podendo ser revertido aos cálculos do ensino fundamental o valor de R\$14.700,00.

- 12) **Despesas com manutenção de piscinas, uma vez que o Município não dispõe de unidades escolares com piscinas** (glosas: Fundamental = R\$7.700,00 e R\$2.997,00, total = R\$10.697,00) e **Despesa com manutenção no Placar do Trianon Club** (glosas: Fundamental = R\$2.000,00);

Comentários: as justificativas da Origem acerca das impugnações epigrafadas estão acostadas às fls. 296/299, onde o interessado esclarece que o Município declarou de "utilidade pública" para fins de instalação de equipamentos sociais afetos à educação, um conjunto de imóveis, tratando-se de área que era de propriedade do antigo Trianon Clube.

Complementou suas alegações, informando que o Município expropriou o referido imóvel, para a sua utilização como centro de esportes dos alunos municipais do ensino fundamental. Juntou declaração de que o novo Centro Educacional (antigo prédio do Trianon), recebe, de 2ª a 6ª feiras, 732 alunos do ensino fundamental no período da manhã e 881 no período da tarde, para a realização de atividades esportivas, sendo ministradas, diariamente, aulas de educação física para alunos especiais com deficiência.

Contudo, os esclarecimentos da Origem não deixam claro se as dependências do Centro Educacional (antigo Trianon), estão destinadas ao atendimento específico dos alunos do ensino fundamental.

Aludida questão nos levou a pesquisar no portal eletrônico da Prefeitura de Jacareí, eventuais informações acerca do Centro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 421
TC 3323/026/06
Proc. _____

Educacional. Dessa pesquisa, logramos êxito em depararmos com informações de que no Centro Educacional, Esportivo e Cultural (antigo Trianon), são desenvolvidas atividades voltadas a toda comunidade de Jacareí, com programações esportivas e culturais, inclusive, com o uso das piscinas - doc. fl. 409.

Ante o exposto, acompanhamos as glosas das despesas com o "Trianon Club" nos valores de R\$10.697,00 e R\$2.000,00.

13) Despesas com a contratação da Associação Escola Sindical CUT de São Paulo
(glosa: Fundamental = R\$105.000,00).

Comentários: sintetizando as justificativas do interessado acostadas às fls. 299/305, restou destacado que o objeto do ajuste em questão é:

- "1. Contribuir pra a capacitação técnica integral do trabalhador, a fim de que o mesmo obtenha autonomia para o aprendizado;
2. Aumentar as possibilidades de obtenção de emprego/renda do aluno nas diversas áreas, considerando suas necessidades a realidade e demanda do mercado de trabalho formal."

Mencionou, também, os seguintes cursos formativos descritos no item "4.1) Itinerários de Elevação da Escolaridade", da Proposta de Projeto formulada pela Escola Sindical - CUT:

- Comunicação e linguagem (6 aulas semanais);
- Ciências e matemática (7 aulas semanais);
- Ciências humanas (3 aulas semanais) e
- Informática (3 aulas semanais).

Entretanto, em que pese a extensa argumentação apresentada pelo defendente objetivando incluir os gastos em voga no cômputo do ensino fundamental, em nosso entendimento o ajuste firmado com a Associação Escola Sindical - CUT, esteve voltado à **educação profissional**.

O Doc. 26 apresentado pela Origem que trata da "PROPOSTA DE PROJETO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE, formulada pela Escola Sindical - CUT, vincula a despesa em voga com o ensino profissionalizante e não com o ensino fundamental.

A apresentação do citado projeto, que já havia sido juntada pela Auditoria à fl. 591 do Anexo III, sedimenta nosso entendimento de despesa com o ensino profissionalizante, ao disciplinar:

"Em função de nossa visita e de nossos entendimentos verbais, pretendemos apresentar neste documento nossa proposta de intervenção na educação profissional de Jacareí (...)"



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 422
TC 3323/026/06
Proc.

Nesta mesma proposta, porém, no item "4.2 - Itinerários de Cursos Profissionalizantes" - doc. 26, está descrito:

"Os cursos da modalidade 2, são chamados de profissionalizantes, pois não prevêem uma articulação com a elevação da escolaridade, mas o oferecimento de educação profissional, com vistas a colaborar com o aumento da empregabilidade dos alunos matriculados (...)"

No citado item "4.2" da Proposta, estão compreendidos cursos de panificação e confeitaria, aperfeiçoamento em corte, alongamento, cabelo afro, aperfeiçoamento em penteado, cabeleireiro, bricolagem e marcenaria, entre outros.

Por derradeiro, salientamos que despesas com a Escola Sindical São Paulo - CUT, também foram impugnadas do cálculo do Ensino nos autos do Processo TC 1940/026/04, consoante decisão do E. Plenário, em sessão de 12/09/2007, publicado no DOE de 10/10/07, levando-nos a destacar sobre a matéria, o notável trecho do Voto do Eminentíssimo Relator:

"A exata interpretação do artigo 70 da Lei n. 9.394/96 não permite que sejam considerados como atividades básicas de ensino os programas voltados para atividades desenvolvidas fora do horário letivo e da sala de aula. Os múltiplos gastos realizados pelo "Departamento da Educação do Trabalhador" (Ensino Profissionalizante) no valor de R\$10.723.262,94 (...), embora tenham méritos, não se voltam especificamente para os objetivos básicos das instituições educacionais e, por isso, não devem ser considerados nessas despesas básicas. São despesas que não propiciam a outorga de certificados de conclusão de grau do ensino, devidamente registrado pelo órgão competente. Não propiciam acesso aos graus sucessivos do ensino. Sequer têm vinculação obrigatória com o programa básico do ensino fundamental (...). Todas essas despesas não devem ser consideradas no ensino, como não são consideradas todas as despesas relacionadas no artigo 71 da Lei n. 9394/96, embora igualmente tenham méritos sob os aspectos cultura e social e embora até possam influenciar em trabalhos escolares." (gn).

Consoante se observa, entre outros motivos que levaram esta Corte a deixar de considerar as despesas com a Escola Sindical São Paulo - CUT nos 25% constitucionais, foi a ausência de "outorga de certificados de conclusão de grau do ensino, devidamente registrado pelo órgão competente, não propiciando acesso aos graus sucessivos do ensino"

Em face de todo o exposto, reiteramos a glosa de R\$105.000,00 com a Associação Escola Sindical CUT de São Paulo, no ensino fundamental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 423

TC 3323/026/06

Proc. 27

- 14) Despesas com peças para veículos sem a identificação dos veículos para os quais as peças foram adquiridas (glosa: Fundamental = R\$444,00 e R\$1.300,00, somando R\$1.744,00):

Comentários: deixamos de acolher os esclarecimentos da Origem de fls. 305/307, porquanto os respectivos documentos de despesas juntados às fls. 603/613 do Anexo IV, efetivamente não dão conta dos veículos beneficiados.

Ademais, caso as peças tenham sido destinadas ao "Projeto Escola Participativa e Esporte Integrado", nos termos sustentado pelo justificante, não há comprovação de que tal projeto seja pertinente aos objetivos básicos do ensino.

Assim sendo, reiteramos as impugnações em voga.

- 15) Vencimentos e Vantagens Fixas do Ensino Fundamental Com Recursos não Vinculados ao Fundef, sem respaldo na respectiva rubrica do ensino fundamental no balancete de despesa (glosa: Fundamental = R\$1.668.612,01):

Comentários: sobre o tema o defendente inicia suas argumentações destacando que dos R\$2.030.170,91 informados na planilha do ensino a título de vencimentos e vantagens fixas, a Auditoria glosou R\$1.668.612,01, mantendo-se os R\$361.558,90 registrados no balancete de despesa, contudo, seria estranho que a Administração de um Município do porte de Jacareí possuísse um quadro de pessoal vinculado ao ensino que consumisse anualmente apenas R\$361.558,90.

Sobre o alegado, devemos esclarecer que na aplicação do ensino levada a efeito pela Auditoria, os vencimentos e vantagens fixas do ensino fundamental não estão restritos aos módicos R\$361.558,90.

O valor de R\$361.558,90 foi validado pelo órgão de instrução relativo ao ensino fundamental não vinculado ao FUNDEF, porém, a esta importância, soma-se a despesa de R\$7.336.638,78 nesta mesma rubrica (vencimentos e vantagens fixas no ensino fundamental - fl. 367 do Acessório 2), mas, com recursos vinculados ao FUNDEF, perfazendo o montante de R\$7.698.197,68 considerado no ensino fundamental, afastando, por conseguinte, a estranheza suscitada pela Origem.

No mérito, o justificante sustentou que a diferença de R\$1.668.612,01 não encontrada pela Auditoria se refere à ficha 347, e trata de pagamentos de salários e encargos a especialistas e apoiadores do ensino que atuam diretamente nos programas assistenciais Projeto Erê, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco-Iris, da Secretaria de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 424

TC 3323/026/06

Proc. 28

Assistência Social. Na seqüência, também procurou afastar a alegação de despesa assistencial.

De nossa parte, não podemos acolher as justificativas do interessado. Oportunamente, nos reportamos ao destaque efetuado no início desta manifestação, no sentido de que a análise da aplicação no ensino estaria adstrita, na esteira da Auditoria, às despesas típicas e puras da educação.

Assim, salientamos que os vencimentos de R\$1.668.612,01 lançado a maior na planilha do ensino, estão contabilizados na Secretaria de Assistência Social, e como tal, não integram os gastos da Educação.

Tal valor, segundo a Origem, correspondeu aos salários e encargos dos profissionais que atuaram nos projetos Erê, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco-Iris, da Secretaria de Assistência Social. Neste sentido, através do Doc. 30 juntado pelo defendente, observamos que as finalidades desses Projetos são puramente assistencialistas, como segue:

- Projeto Erê: objetivo geral: atender crianças e adolescentes, através de atividades sócio-educativas, em suas necessidades básicas, como garantia de cumprimento do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Projeto Crê-Ser: Projeto de execução de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade (segmento a ser atendido: - adolescentes em conflito com a lei, inserido na medida socioeducativa de liberdade assistida);
- Projeto Núcleo Sócio Educativo Adolescentes e Jovens: objetivo - atender através de ações sócio-educativas, jovens de 14 a 24 anos, unificando as iniciativas de diversas esferas do governo, de forma a cumprir as diretrizes do ECA, da LOAS e da PNAS - Política Nacional da Assistência Social (nota-se que a faixa etária dos jovens não coadunam com aquela disciplinada aos alunos do ensino fundamental - de 5 a 14 anos);
- Projeto Casa da Juventude: objetivo - proporcionar um espaço de participação, formação e informação para os jovens visando a ampliação dos direitos e o protagonismo juvenil; Público alvo: jovens de 15 a 24 anos;
- Projeto Arco-Iris "Atenção à Criança e Adolescente em situação de Risco": objetivo geral: romper com todas as formas de violência doméstica: física, psicológica, negligência, abuso sexual e abandono contra crianças e adolescentes, praticados por abuso ou omissão dos pais e responsáveis.

Ante o exposto, não há fundamento para que possamos reverter o valor de R\$1.668.612,01 ao percentual em apreço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 425
TC-3323/026/06
Proc. 221

16) Restos a Pagar/2006 não quitado até 31/01/2007 (glosa: Fundamental = R\$936.013,53):

Comentários: em que pese a discordância do interessado consignada às fls. 311/316, os restos a pagar da educação foram analisados em consonância com as orientações contidas na Nota Técnica SDG n. 30, bem como estiveram de conformidade com a jurisprudência predominante desta Casa sobre o tema.

Em síntese, salientamos que diante da constatação da indisponibilidade financeira em 31/12/2006 frente aos restos a pagar - fls. 89/90, a Auditoria considerou os pagamentos efetuados até 31/01/2007, culminando na impugnação do saldo de restos a pagar não quitado até mencionada data, a saber:

Restos a pagar da Educação: R\$2.816.689,03 - fl. 90
(-) Pagamentos de restos a pagar até 31/01/2007: (R\$1.880.675,50) - fl. 90
(=) Restos a pagar não quitado até 31/01/2007: R\$ 936.013,53 = valor glosado.

Portanto, não há reparos a serem efetuados na análise dos restos a pagar da educação.

CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, após confrontarmos as justificativas da Origem com os apontamentos promovidos pela Auditoria, opinamos pelo retorno dos valores indicados nos itens "II.10" e "II.11" desta manifestação:

- II.10) Despesa com a Fundação de Apoio a Faculdade de Educação - FAFE, objetivando ministrar curso de capacitação e aprimoramento de diretores e vice-diretores da rede municipal de ensino (R\$65.500,00);
II.11) Despesa com cestas natalinas aos servidores da Educação (R\$14.700,00);

passando os resultados apresentados pela Auditoria, resumidos no demonstrativo de fl. 78, a contar com a seguinte configuração:

Receitas de impostos e transferências	= 188.908.516,46 = 100%
Aplicação mínima obrigatória	= 47.227.129,11 = 25%

Ensino Fundamental:

Empenhado	= 30.197.686,18
(-) Exclusões da fiscalização	= (3.438.485,58)
(=) Aplicação apurada pela Auditoria	= 26.759.200,60 = 14,17%
Ajuste após defesa prévia:	
(+) Curso de capacitação	= 65.500,00
(+) Cestas natalinas com fulcro em lei municip. =	14.700,00
(=) Aplicação após análise da defesa prévia ...	= 26.839.400,60 = 14,21%
	ou 56,83%

Educação Infantil:

(=) Aplicação apurada pela Auditoria	= 18.305.976,98 = 9,69%
--	-------------------------

Total da aplicação (art. 212 CF)	= 45.145.377,58 = 23,90%
--	--------------------------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 30/9
3ª Seção 426
TC 3323/026/06
Proc. *[assinatura]*

Em face de todo o apontado, em nosso entendimento o Município **não atendeu** o disposto no artigo 212 da CF, aplicando no ensino global 23,90%.

Ao ensino fundamental, foi destinado o equivalente a 14,21% (calculado sobre a receita - mínimo 15%) ou 56,83% (calculado sobre a aplicação mínima obrigatória - mínimo 60%), **descumprindo** o contido no "caput" do artigo 60 do ADCT da CF.

Em relação aos recursos advindos do FUNDEF, beneficiaram o magistério o equivalente a 63,60%, consoante apurado pela i. Auditoria (fl. 78), apontando o **atendimento** ao estabelecido no §5º do artigo 60 do ADCT da CF, conjugado com o artigo 7º da L.F. 9.424/96 (Lei do Fundef - mínimo 60%).

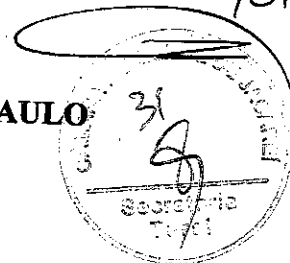
É o que submetemos à elevada consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 19 de junho de 2008.

[assinatura]
Fábio Calastri Nobre
Assessoria Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



PROCESSO: TC – 3323/026/06

Município: Jacareí

Exercício: 2006

Aplicação no Ensino	23,90 ¹ %
Ensino Fundamental	14,21 ² %
Despesas com pessoal	44,41%
Aplicação na Saúde	21,69%
Execução Orçamentária	+ 9,06%

Excelentíssimo Senhor Relator,

Contas do Poder Executivo da Municipalidade de Jacareí do exercício de 2006 apresentaram adequado dispêndio com Pessoal e Reflexos (44,41% - art. 20, III, "b" da LC 101/00) e suficiente aplicação na Saúde (21,69% - art. 77, §1º ADCT).

¹ Percentual retificado por esta ATJ às folhas 410/426.

² Idem.



428

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Destinaram-se à educação 23,90% das receitas a este título apropriadas, percentual inferior ao disposto pelo caput do artigo 212 de nossa Lei Maior.

O nível fundamental de ensino foi contemplado com apenas 14,21% das receitas, em afronta ao art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias.

Encargos sociais teriam sido adequadamente recolhidos e agentes políticos teriam percebido remunerações excessivas durante o exercício de 2006 (fls. 161 – item 8).

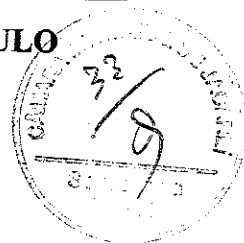
Não foi possível aferir o atendimento ao art. 320 da Lei Federal n. 9503/97, bem como a destinação de R\$ 3.117.640,24 não pode ser auditada em virtude do não atendimento da requisição formulada pela UR-7, nos termos informados às folhas 75.

Recursos oriundos da CIDE teriam sido aplicados com desvio de finalidade, nos termos informados pela UR-7 às fls. 75/76, contrariando a Lei Federal n. 10.336/01.

Nos termos descritos no item 2.2.3 do Relatório de Auditoria, verificou-se o descumprimento do disposto no §1º do artigo 100 da Constituição Federal; por outro lado, os repasses à Edilidade obedeceram ao limite preconizado pelo artigo 29-A da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Outros desacertos foram bem delineados pela d. Auditoria; dentre eles, falhas no planejamento da gestão, nas receitas, na dívida ativa, na saúde, em despesas, nos sistemas contábeis, em auxílios, em licitações e contratos, na OCP, no setor de pessoal e na retenção efetuada no FPM de dívida oriunda da Edilidade.

Os Srs. Marcos Antonio Alves de Lima e Davi Monteiro Lino apresentaram justificativas e documentos acerca do excesso remuneratório que teriam percebido (fls. 191/221 e 223/240).

Instado por meio de r. Despacho de Vossa Excelência, o Interessado apresentou suas razões a partir de folhas 245.

Esta Assessoria Técnica, amparando-se nos aspectos econômico-financeiros e em função do insuficiente pagamento de precatórios (houve a comprovação do pagamento a Sra. Simone Fátima Savoldi – porém, o montante pago não alcançou o comando constitucional sobre o tema), opina pela emissão de Parecer Desfavorável às presentes contas (fls. 405/408).

É o sucinto, porém necessário relatório. Manifesto-me.

Alguns dos índices que norteiam esta Corte na avaliação de contas municipais não foram atingidos.



93

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Cumpre consignar que esta Assessoria, exaustivamente, buscou os necessários ajustes para as despesas afetas ao ensino, inclusive, elevando ambos os índices anteriormente apurados pela UR-7.

Destarte, mesmo após tais retificações, ambos os patamares constitucionais não foram atingidos (23,90% e 14,21%, respectivamente).

Ao lado da insuficiente destinação de recursos educacionais, pecado capital foi cometido pelo Executivo; haja vista que não foi dado integral atendimento ao §1º do artigo 100 da Constituição Federal; nos termos muito bem delineados por esta Assessoria às folhas 405/408.

Por outro lado, alguns desacertos foram bem explicados pela detalhada defesa protocolizada pela Origem; dentre eles, falhas no planejamento da gestão, no trato com as receitas, no estoque da dívida ativa (houve efetiva inscrição de R\$ 10.022.054,20 em 2006).

Com relação ao setor de multas de trânsito, em função da omissão de documentos reclamados pela UR-7 quando da realização da inspeção *in loco*, não houve a instrução do referido item por parte da diligente auditoria.

Logo, apesar de o Interessado dizer que está suprimindo a falta de tais documentos neste momento, carecem os mesmos de inspeção quanto à regularidade formal e material por parte do corpo técnico de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



auditoria desta Corte; motivo pelo qual, esta Assessoria reputa que permanece tal mácula nos presentes autos.

Destarte, caso Vossa Excelência reputar pertinente e necessária tal medida, poderá encaminhar os presentes autos à UR-7 para que a mesma promova auditoria nos referidos documentos.

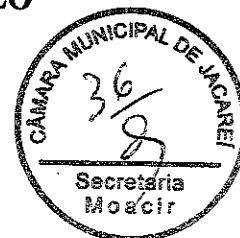
De outro modo, as justificativas apresentadas acerca da aplicação de recursos oriundos da CIDE parecem adequadas ao caso concreto; haja vista a pertinência das despesas anunciadas pelo Interessado às folhas 270.

Pelo exposto, firmo posicionamento no sentido de que seja emitido **Parecer Desfavorável** às contas de 2006 do Prefeito de Jacareí, sem prejuízo das recomendações propostas pela Auditoria.

Para análise pormenorizada das despesas supostamente impróprias, dos processos licitatórios e contratos impugnados, das gratificações concedidas a servidores e do excesso remuneratório percebido pelos agentes políticos, a fim de que possam ser mensurados eventuais danos ao Erário, esta ATJ sugere a constituição de autos próprios para exame detalhado das referidas matérias, instituição de contraditório e posterior julgamento dos atos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



À elevada consideração de Vossa Excelência, com prévio
trânsito pela d. SDG.

ATJ, 20 de junho de 2008.

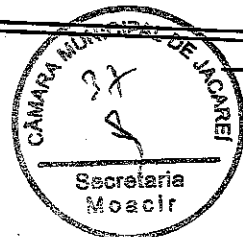
Francisco Roberto Silva Junior
Assessor Procurador - Chefe

JR/



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 433
Proc. TC-3323/026/06



Processo: TC-3323/026/06
Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Assunto: CONTAS ANUAIS
Exercício: 2006
Relator: CONSELHEIRO FULVIO JULIÃO BIAZZI

Senhor Relator

A UR-7-São José dos Campos procedeu à inspeção "in loco" nas contas da Prefeitura do Município de JACAREÍ, relativas ao exercício de 2006, evidenciando diversas impropriedades¹ em seu bem elaborado relatório (fls. 69/173).

Anoto que durante os trabalhos de inspeção, os responsáveis pela Conta foram pessoalmente notificados (fls. 04/05) para acompanhamento dos atos processuais através das publicações no DOE.

Após notificação às fls. 176, os senhores Marcos Antonio Alves de Lima e Davi Monteiro Lino ingressaram com justificativas e documentos, especificamente quanto ao item Subsídios dos Agentes Políticos (fls. 191/221 e 223/240).

Já a municipalidade de Jacareí, por seu procurador, apresentou justificativas de fls. 245/404.

As Assessorias Técnica e sua Chefia, à unanimidade, manifestaram-se pelo Parecer Desfavorável das contas (fls. 405/432).

Esta a síntese necessária. Manifesto-me em cumprimento ao r. despacho de fls. 176.

Cabe evidenciar a posição das contas da Prefeitura de JACAREÍ nos períodos anteriores:

Exercício de 2003 - TC. 3011/026/03 - Parecer Desfavorável²
Exercício de 2004 - TC. 1863/026/04 - Parecer Desfavorável³

¹ Item 1 - Planejamento da Gestão Pública; Subitem 1.1 - Controle Finalístico; Item 2.1.1 - Fiscalização das Receitas; item 2.1.2 - Renúncia de Receitas; Item 2.1.3 - Dívida Ativa; Item 2.1.4 - Multas de Trânsito; Item 2.1.5 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico; Item Dívida Ativa, Despesas com Precatórios Judiciais, Resultado da Execução Orçamentária, Bens Patrimoniais, Atendimento à LRF e Atendimento Parcial das Recomendações TCESP.
² Reexame Desprovido, Sessão Plenária de 18/10/06, Conselheiro Fulvio Julião Biazzi, publicado no DOE de 14/11/2006.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 434

Proc. TC-2871/026/05

Secretaria
Moacir

Exercício de 2005 - TC. 2871/026/05 - Parecer Favorável⁴

O minudente relatório elaborado pela Auditoria da UR-7 demonstra que o Executivo Municipal cumpriu os seguintes dispositivos:

- ✓ Valorização do Magistério: 63,60% do retorno do FUNDEF - artigo 7º da Lei Federal nº. 9424/96;
- ✓ Ações e Serviços Públicos de Saúde: 21,69% das receitas de impostos e transferências constitucionais - artigo 77 do ADTC;
- ✓ Superávit da execução orçamentária: 8,58%;
- ✓ Despesas com Pessoal: 44,41% da receita corrente líquida - letra "b", inciso III do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

De início, afasto as falhas apuradas nos itens **Multas de Trânsito**, quanto à comprovação de recolhimento ao FUNSET; **Despesas com Saúde**, lançamento incorreto na planilha do SIOPS; **Outras despesas**, parcelamento e pagamento pelo Executivo do INSS da Câmara, com bombeiros, adiantamentos em nome de agentes políticos; **Recursos do CDHU**, ingresso de recursos, **Execução Contratual**; irregularidade na espessura do concreto betuminoso; **Encargos Sociais**, retenção dos encargos sociais no FPM, referente a débitos de vereadores; pois devidamente justificadas pelas razões defensórias.

Observo que o laudo de auditoria censura os pagamentos efetuados ao senhor Vice-Prefeito (Davi Monteiro Lino) a título de férias proporcionais e 1/3 sobre as férias, totalizando R\$ 4.666,67 e ao Secretário de Esportes e Recreação (Marcos Antonio Alves de Lima) a título de diferença de adicional de tempo de serviço/sexta-parte/plano de carreira, no valor de R\$ 10.684,74.

Conforme as justificativas e documentos apresentados pelos interessados (fls. 191/240), verifico que os pagamentos efetuados ao Vice-Prefeito, a título de férias proporcionais e 1/3 sobre as férias, decorrem do exercício do cargo de Secretário de Governo exercido no período de 25/06/2005 a 05/01/2006. Já o Secretário de Esportes e Recreação teve suspenso o pagamento ou a percepção dos adicionais previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do

³ Reexame Desprovido, Sessão Plenária de 22/08/07, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, publicado no DOE de 02/10/2007.

⁴ Segunda Câmara - Sessão de 21/08/2007, Conselheiro Renato Martins Costa, publicado no DOE de 12/09/2007.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 435
Proc. TC-3323/026/06



Município de Jacareí, do cargo de professor de educação de carreira, exercido desde 30/06/1988, entretanto após a exoneração do cargo de Secretário continuou, por um período, sem receber os adicionais a que fazia jus, os quais foram pagos no exercício de 2006. A meu ver, corretos os pagamentos.

No tocante as impropriedades apuradas nos tópicos: **Planejamento da Gestão Pública**, arrecadação da receita aquém da prevista; **Fiscalização das Receitas**, divergência de valores contabilizados com os informados pela União e Estado; **Renúncia de Receitas**, ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro; **Dívida Ativa**, inconsistência de registros; **Multas de Trânsito**, contabilização individualizada das receitas de multas das demais do trânsito; **Cide**, divergência de saldo com extrato bancário e aplicação indevida dos recursos recebidos; **Despesas com Saúde**, restos a pagar sem lastro financeiro; **Outras Despesas**, não elaboração de relatório circunstanciado das despesas com viagens, os quais devem integrar o processo de despesa; **Resultados Financeiro, Econômico e Patrimonial**, escrituração incorreta dos fatos contábeis e apuração incorreta dos resultados; **Auxílios, Subvenções e Contribuições**, não comprovação das prestações de contas pelo município dos recursos recebidos do Estado; **Licitações**, ausência de regularidade fiscal e levantamento de custos; **Contratos examinados in loco**, descumprimento do artigo 26, inciso III, da Lei 8666/93; **Ordem Cronológica de Pagamentos**, descumprimento; **Quadro de Pessoal**, elaborado em desacordo com as Instruções TCE/SP; **Atendimento a LRF**, impossibilidade de utilização de disponibilidade financeira de outros órgãos municipais e **Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal**, não cumprimento às recomendações ensejam severas recomendações para que o Executivo Municipal regularize e não reincida nas respectivas falhas.

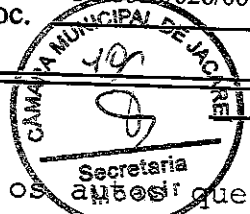
Com relação ao item **Despesas com Precatórios**, convém, antes de tecer comentários sobre o assunto, transcrever os dados apurados pela auditoria em sua análise inaugural, como segue:

Saldo de precatórios de exercícios anteriores	R\$ 8.692.925,00
Precatórios de 2006	R\$ 149.745,83
Saldo Total	R\$ 9.861.709,16
Valor efetivamente incluído no orçamento de 2006	R\$ 997.000,00
Valor total empenhado no exercício de 2006	R\$ 1.021.600,00
Valor total pago no exercício de 2006	R\$ 1.013.250,95



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 436
Proc. TC 3323/026/06



Referente a este tópico, noticiam os autos que o Município quitou as parcelas devidas de precatórios anteriores, no valor de R\$ 869.292,50 (oitocentos e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) conforme relação às fls. 730/731, do anexo IV, bem como o mapa orçamentário do Executivo para o exercício de 2006, no valor de R\$ 149.745,83 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

Da análise do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (fls. 748 do anexo IV), verifico que foi pago R\$ 1.013.250,95, quando deveria ser pago o montante de R\$ 1.019.038,33. Entretanto, a diferença não paga (R\$ 5.787,38) se mostra irrisória em relação ao montante pago. Nesse sentido, este Tribunal, já emitiu parecer favorável à aprovação das contas, nos autos do TC-2953/026/05⁵, *in verbis*:

"Como exposto por SDG, a municipalidade incluiu no orçamento dotações necessárias ao pagamento do montante da dívida de precatórios e promoveu a liquidação de sua maior parte (R\$ 71.439,68), deixando, tão somente, de quitar obrigação não alimentar referente ao período examinado, cujo montante (R\$ 11.870,23) inscreveu-se em restos a pagar, em 31.12.05. Assim, excepcionalmente, pode-se tolerar o desacerto, recomendando-se à origem que observe o § 1º, do artigo 100, da CF.

Note-se que a Administração Municipal conseguiu diminuir suas dívidas líquidas de curto e de longo prazos, podendo-se também destacar a melhora dos resultados financeiro, econômico e patrimonial em relação ao exercício anterior."

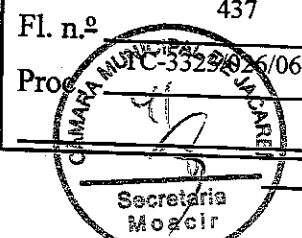
Quanto ao Item Aplicação no Ensino, a Auditoria apontou o não cumprimento do índice constitucional de Aplicação, art. 212 da CF, em **23,86%**, aplicação no ensino fundamental de **14,17%** ou **56,66%**.

O órgão fiscalizador entendeu que várias despesas realizadas pela prefeitura municipal e incluídas no ensino não devem ser computadas, especialmente no Ensino

⁵ Contas de 2005, Município de São Bento do Sapucaí, Primeira Câmara, em sessão de 24/07/2007, Conselheiro Relator Edgard Camargo Rodrigues.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Fundamental com recursos não vinculados ao Fundef, totalizando R\$ 3.438.485,58.

O Senhor Prefeito Municipal, por seus procuradores, em suas alegações sobre "Aplicação no Ensino", fls. 272/320, rechaça as impugnações feitas pela auditoria pleiteando a reintegração de todas as despesas. A meu juízo, entendo que parte das despesas deve retornar ao computo da aplicação no Ensino, são elas:

Ensino Fundamental com recursos não vinculados ao FUNDEF	R\$
Subvenções sociais concedidas a entidades vinculadas ao Ensino	496.667,60
Despesa com a FAFE, curso de capacitação dos profissionais do ensino	65.500,00
Cestas natalinas para os servidores do setor	14.700,00
TOTAL	576.867,60

Desse modo, verifico que assiste razão à Origem quanto ao retorno das despesas concedidas a Entidades Sociais que promovem o ensino especial, vez que o próprio nome das entidades já as remete a sua finalidade. O fato das despesas terem sido contabilizadas na unidade orçamentária da assistência social não é fator impeditivo para a exclusão dos gastos, visto que a educação especial está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seus artigos 58 e seguintes. Alcança a mesma sorte os gastos com cursos de capacitação dos profissionais da educação e gastos com cestas natalinas aos servidores do ensino, como bem explanado pela Assessoria Técnica, às fls. 410/426. Quanto às demais despesas, entendo corretas as exclusões procedidas pela auditoria.

Nesse diapasão, demonstro a aplicação do ensino em seus diversos níveis:

Receitas de Impostos e Transferências	= R\$ 188.908.516,46	= 100%
Aplicação mínima obrigatória	= R\$ 47.227.129,11	= 25%

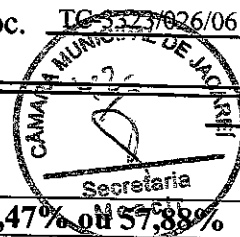
Ensino Fundamental:		
Empenhado	= R\$ 30.197.686,18	
(-) Exclusões da auditoria	= (R\$ 3.438.485,58)	
(+) Subvenções sociais = Educação Especial	= R\$ 496.667,60	
(+) Fafe, curso capacitação p/profissionais	= R\$ 65.500,00	
(+) Cestas natalinas para funcionários	= R\$ 14.700,00	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 438

Proc. TC-3323/026/06



Aplicação no Ensino Fundamental = R\$ 27.336.068,20 = 14,47% ou 57,88%

Aplicação no Ensino Infantil = R\$ 18.316.316,98 = 9,69%


Total da aplicação no Ensino (art. 212 da CF) = R\$ 45.642.045,18 = 24,16%

Concluindo, a prefeitura de Jacareí não atendeu ao artigo 212 da Constituição Federal aplicando **24,46%** na Educação e **57,88%** no ensino fundamental da Constituição Federal.

Pelo exposto, em face das diversas irregularidades apontadas, algumas inclusive de natureza grave, só me resta propor emissão de **PARECER DESFAVORÁVEL**, as contas do **EXECUTIVO MUNICIPAL DE JACAREÍ**, exercício de 2006, ressalvados os atos pendentes de apreciação nesta Corte.

À elevada apreciação de Vossa Excelência.

SDG, 08 de julho de 2008.


Angelo Scatena Primo
Secretário-Diretor Geral Substituto

EAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC-3323/026/06



Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator:

Em exame as contas da Prefeitura Municipal de **Jacareí**, relativas ao exercício de 2006.

Em atendimento à determinação de fls. 460 e diante do acrescido pela Origem às fls. 445 e seguintes, retornaram os autos para manifestação. Assessoria Técnica às fls. 461 entende que as razões complementares são as mesmas apresentadas em defesa prévia (fls. 272/320) e insuficientes para alterar os percentuais destinados ao ensino (*total aplicado na educação = 23,90%, no fundamental = 56,83% e no magistério = 63,60%*).

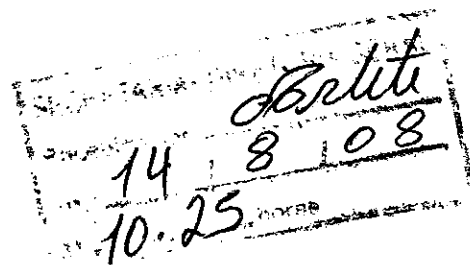
Nesta conformidade, com a devida vênia, ratifico o posicionamento de fls. 427/432, pela emissão de parecer **desfavorável** às contas da Prefeitura de **Jacareí**, relativas ao exercício de 2006, sem prejuízo das propostas constantes às fls. 431.

À elevada consideração de Vossa Excelência, com trânsito por SDG.

A.T.J., em 13 de agosto de 2008.

FRANCISCO ROBERTO SILVA JUNIOR
Assessor Procurador-Chefe.

WTCS/





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL



Processo: TC-3323/026/06
Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Assunto: CONTAS ANUAIS
Exercício: 2006
Relator: CONSELHEIRO FULVIO JULIÃO BIAZZI

Senhor Relator

Retornam os autos a esta Diretoria-Geral para manifestação, em face do acrescido às fls. 445/460 e em atendimento ao r. despacho de fls. 461.

Neste momento processual a Origem apresenta memoriais, pleiteando a inclusão de despesas com vencimentos e vantagens fixas, relativos a pagamentos de salários e encargos de especialistas e apoiadores do ensino que atuam diretamente nos programas sociais Projeto Crer, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco-Íris, excluídos por estarem contabilizados na Assistência Social.

Acrescenta que a exclusão procedida dos restos a pagar sem disponibilidade financeira não levou em consideração o repasse decendial de 10/01/2007, pois aos saldos nas contas-correntes bancárias da educação de 31/12/2006 devem ser somados os saldos que se encontravam nas contas-correntes gerais do Município, nesta mesma data, e que foram repassados para as contas específicas da educação em 10/01/2007 (sic).

De minha parte, Excelência, quanto ao retorno das despesas de repasse a Entidades Sociais, esclareço e ratifico a posição desta Diretoria-Geral no sentido que as mesmas foram reintegradas por promoverem o ensino especial. Saliento, ainda, que as subvenções englobam todas as despesas correntes, inclusive pessoal ativo. Nessa esteira, não há motivo para englobar mais despesas como sugere a Origem em seus memoriais.

Quanto aos restos a pagar sem disponibilidade financeira, não há que se falar em alterações neste momento processual, pois devidamente apurado anteriormente.

Concluindo, ratifico a manifestação anterior, no sentido do não atendimento ao artigo 212 da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL



por terem sido aplicados **24,16%** na Educação e **57,88%** no ensino fundamental pela Prefeitura de Jacareí.

Nessa conformidade, ratifico o posicionamento de fls. 433/438, pela emissão de **PARECER DESFAVORÁVEL** às contas do **EXECUTIVO MUNICIPAL DE JACAREÍ**, exercício de 2006, ressalvados os atos pendentes de apreciação nesta Corte.

À elevada apreciação de Vossa Excelência.

SDG, 14 de agosto de 2008.

Sérgio Ciquera Rossi
Secretário-Diretor Geral

EAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 466

TC-003323/026/2006

DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA



DATA DA SESSÃO - 09-09-2008

Pelo voto do Substituto de Conselheiro Carlos Alberto de Campos, Relator, bem como pelo dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente em exercício, e Robson Marinho, a E. Câmara, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacaré, exercício de 2006, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações, à margem do parecer e por ofício, ao Executivo.

Determinou, também, à margem do parecer, o arquivamento dos expedientes relacionados no referido voto.

Determinou, ainda, o trâmite autônomo, para exame de forma apartada, dos expedientes: TC-001215/007/07 e TC-037789/026/07, sobre possíveis irregularidades em contratações com empresas de consultoria não precedidas de licitação e não examinadas durante a inspeção "in loco".

Determinou, por fim, a abertura de autos apartados para exame da Remuneração dos Agentes Políticos (concessão de adicional por tempo de serviço) e das Gratificações Concedidas a Servidores.

MUNICÍPIO: JACAREÍ
EXERCÍCIO: 2006

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para:
 - a) redação e publicação do parecer;
 - b) vista e extração de cópias no prazo recursal;
 - c) juntar ou certificar;
 - d) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
 - e) cumprir o determinado nos parágrafos 21 e 22 do voto do Relator;
- 3 - Ao DSF-I para:
 - a) cumprir o determinado no penúltimo parágrafo do voto do Relator;
 - b) formar o(s) apartado(s) com cópia de peças dos autos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 467

TC-003323/026/2006



- c) enviar o processo à Câmara Municipal;
- d) enviar o(s) apartado(s) à consideração do Relator para o que determinar, providenciando, antes, o devido registro.

SDG-1, em 11 de setembro de 2008

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/LANG/rpa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER

TC-003323/026/06

Prefeitura Municipal: Jacareí.

Exercício: 2006.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza.

Período(s): (01-01-06 a 08-01-06) e (23-01-06 a 31-12-06).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeito - Davi Monteiro Lino.

Período(s): (09-01-06 a 22-01-06).

Advogado(s): Marcos Augusto Perez, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Silvia Montenegro e Paschoal de Oliveira Dias Neto.

Acompanha (m): TC-003323/126/06, TC-003323/226/06 e TC-003323/326/06 e Expediente(s): TC-000034/007/06, TC-000453/007/06, TC-000640/007/07, TC-000641/007/07, TC-000642/007/07, TC-000643/007/07, TC-000644/007/07, TC-000645/007/07, TC-000646/007/07, TC-000647/007/07, TC-000648/007/07, TC-001214/007/06, TC-001265/007/06, TC-001566/007/06, TC-001567/007/06, TC-001831/007/06, TC-023857/026/06, TC-001205/007/07, TC-001215/007/07, TC-037789/026/07, TC-012241/026/08 e TC-001832/007/06.

EMENTA: MUNICÍPIO: JACAREÍ. CONTAS DO EXERCÍCIO: 2006. APLICAÇÃO TOTAL NO ENSINO: 23,90%. ENSINO FUNDAMENTAL: 56,83%. MAGISTÉRIO: 63,60%. APLICAÇÃO NA SAÚDE: 21,69%. DESPESAS COM PESSOAL: 44,41%. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO: 8,58%. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS: Prefeito e Vice-Prefeito: Regular. Secretário de Esporte e Recreação: Apartado.

"Não atendimento ao art. 212 da Constituição Federal. Ensino: aplicação de apenas 23,90% das receitas advindas de impostos, contrariando as hipóteses descritas no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ensino fundamental: investido o percentual de 56,83%, descumprindo a aplicação de, no mínimo, 60%, conforme exigido pelo art. 60 do ADCT." **PARECER DESFAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA, COM RECOMENDAÇÕES.**

Vistos, relatados e discutidos os autos.

A E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de setembro de 2008, pelo

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 - Prédio Anexo - Centro - SP
CEP 01017-906
PABX 3292-3266 - INTERNET: www.tce.sp.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



voto do Substituto de Conselheiro Carlos Alberto Campos, Relator, bem como pelo dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente em exercício e Robson Marinho, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitiu **parecer desfavorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2006, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações ao Executivo Municipal, à margem do parecer, e por ofício.

Determinou, também, à margem do parecer, o arquivamento dos expedientes relacionados no voto juntado aos autos.

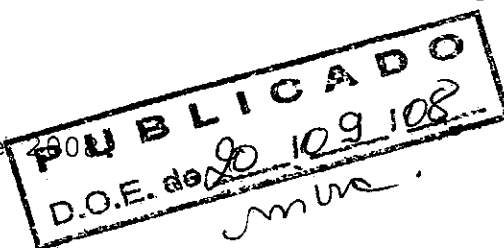
Determinou, ainda, o trâmite autônomo, para exame de forma apartada, dos expedientes: TC-1215/007/07 e TC-37789/026/07, sobre possíveis irregularidades em contratações com empresas de consultoria não precedidas de licitação e não examinadas durante a inspeção "in loco".

Determinou, por fim, a abertura de autos apartados para exame da Remuneração dos Agentes Políticos (concessão de adicional por tempo de serviço) e das Gratificações Concedidas a Servidores.

Fica autorizada vista e extração de cópias no Cartório do Conselheiro Relator, observadas as cautelas legais.

Publique-se.

São Paulo, 18 de setembro de 2008




RENATO MARTINS COSTA

Presidente em exercício


CARLOS ALBERTO DE CAMPOS

Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. 496
TC-003323/026/2006

2

DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 25-11-2008

Pelo voto dos Conselheiros Fulvio Julião Biazzi, Presidente e Relator, Renato Martins Costa e Robson Marinho, a E. Câmara em preliminar, em face do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitou-os.

MUNICÍPIO: JACAREÍ
EXERCÍCIO: 2006

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do acórdão;
- 3 - Ao DSF-I para dar cumprimento à r. decisão embargada.

SDG-1, em 28 de novembro de 2008


SERGIO DE CASTRO JUNIOR
Secretário-Diretor Geral Substituto

SDG-1/LANG/rpa

497

**SEGUNDA CÂMARA SESSÃO DE 25.11.2008****ITEM Nº 052**

TC-003323/026/06

Embargante: Prefeitura Municipal de Jacareí.**Assunto:** Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2006.**Responsáveis:** Marco Aurélio de Souza e Davi Monteiro Lino (Prefeito e Vice-Prefeito à época).**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face da decisão da E. Segunda Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 20-09-08.**Advogados:** José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez, Silvia Monte Negro e outros.

Acompanham: TC-003323/126/06, TC-003323/226/06, TC-003323/326/06 e Expedientes: TC-000034/007/06, TC-000453/007/06, TC-000640/007/07, TC-000641/007/07, TC-000642/007/07, TC-000643/007/07, TC-000644/007/07, TC-000645/007/07, TC-000646/007/07, TC-000647/007/07, TC-000648/007/07, TC-001214/007/06, TC-001265/007/06, TC-001566/007/06, TC-001567/007/06, TC-001831/007/06, TC-023857/026/06, TC-001205/007/07, TC-001215/007/07, TC-037789/026/07, TC-012241/026/08 e TC-001832/007/06.

Auditoria atual: UR-7 - DSF-I.

RELATÓRIO

Trata-se, nesta fase processual, da análise dos Embargos de Declaração interpostos pelo Município de Jacareí, com fundamento no artigo 149 e seguintes do Regimento Interno desta Corte, contra a decisão da E. Segunda Câmara que, em Sessão realizada aos 09.09.08, acolhendo o voto deste Relator, emitiu parecer prévio desfavorável às contas do Município, relativas ao exercício de 2006, em face da afronta ao art. 212 da Constituição Federal, tendo sido apurada aplicação de apenas 23,90% das receitas advindas de impostos, e, no ensino fundamental, o percentual de 56,83%, descumprindo a aplicação mínima exigida pelo art. 60 do ADCT (fls. 468/482).

O Parecer combatido foi publicado no Diário Oficial do Estado de 20.09.08 (fls. 482), e os Embargos em apreciação foram protocolados neste Tribunal em 26.09.08 (fls. 486).

O embargante sustenta haver omissão quanto à questão dos restos a pagar da Educação.



Reprisa argumento apresentado em sua defesa, pleiteando que sejam incluídos no cômputo de aplicação de recursos no ensino valores empenhados que foram glosados pela auditoria, eis que os repasses decendiais transferidos até o dia 10 do mês seguinte ao da arrecadação não haviam sido considerados para fins de apuração da disponibilidade financeira.

Repete ainda as alegações de que a auditoria não se apercebeu, em seus cálculos, do valor dos empenhos efetivamente quitados pela Municipalidade entre 01.01.2007 e 10.01.2007, defendendo que esses pontos não foram abordados no Acórdão ora embargado.

Com isso, sustenta que se chegaria à conclusão de que a Municipalidade de Jacaré possuía dinheiro suficiente para quitar todos os restos a pagar do ensino e ainda sobrava-lhe R\$ 681.321,81 de lastro financeiro, sendo indevida a exclusão perpetrada pela auditoria.

Aduz que seria salutar que esta Corte se debruçasse sobre a correta aplicação do inciso III, do § 5º, do artigo 69 da LDB, com relação aos depósitos decendiais do final dos exercícios financeiros, o que aparentemente não vem sendo cumprido pela auditoria.

Salienta que a Municipalidade não pretende, com os presentes embargos de declaração, a modificação da r. decisão, provimento que será pleiteado em futuro pedido de reexame. Requer apenas sejam acolhidos e providos os presentes Embargos de Declaração, para discussão dos pontos ventilados pela Municipalidade nos autos.

É o relatório.

GCFJB-23



E. Segunda Câmara - Sessão de:

25/11/08

Item nº: 22

Processo: TC-3323/026/06

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacaré, relativas ao exercício de 2006.

Em exame: Embargos de Declaração interpostos pelo Município de Jacaré, contra a r. decisão proferida pela E. Segunda Câmara que, em Sessão realizada aos 09.09.08, emitiu o r. parecer prévio desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, relativas ao exercício de 2006.

Procurador (es): José Roberto Manesco – OAB/SP nº 61.471 e outros.

Em preliminar,

Conheço dos embargos porque opostos por parte legítima e de forma tempestiva (parecer combatido foi publicado no Diário Oficial do Estado de 20.09.08 e os Embargos em apreciação foram protocolados neste Tribunal em 26.09.08).

No mérito,

De acordo com o artigo 66 da Lei Complementar nº 709/93¹, os Embargos de Declaração podem ser opostos quando a decisão contiver obscuridade, dúvida ou contradição, ou omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

Sobre o assunto, verifica-se que no voto condutor do Parecer que há menção expressa de que este Relator acolhia como definitiva a apuração efetuada no laudo elaborado pelo Setor de Cálculos da ATJ às fls.410/426, manifestação esta que indicou que o Município destinou apenas 23,90% das receitas advindas de impostos no ensino, e no ensino fundamental, 56,83% das receitas de impostos, sendo ali demonstradas as causas, elementos e razões que motivaram e ensejaram a apuração dos percentuais obtidos.

Mais especificamente, sobre a questão dos restos a pagar da Educação, aquela Assessoria consignou às fls.425 do laudo:

¹ Lei Complementar nº 709/93.

*Artigo 66 – Nos julgamentos de competência de Conselheiro Julgador Singular, das Câmaras e do Tribunal, cabem embargos de declaração quando a decisão:

I – contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou
II – omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.



"Em que pese a discordância do interessado consignada às fls. 311/316, os restos a pagar da educação foram analisados em consonância com as orientações contidas na Nota Técnica SDG nº. 30, bem como estiveram de conformidade com a jurisprudência predominante desta Casa sobre o tema. Em síntese, salientamos que diante da constatação da indisponibilidade financeira em 31/12/2006 frente aos restos a pagar — fls. 89/90, a Auditoria considerou os pagamentos efetuados até 31/01/2007, culminando na impugnação do saldo de restos a pagar não quitado até mencionada data, a saber:

Restos a pagar da Educação:	R\$2.816.689,03	- fl. 90
(-) Pagamentos de restos a pagar até 31/01/2007:	<u>(R\$1.880.675,50)</u>	- fl. 90
(=) Restos a pagar não quitado até 31/01/2007:	R\$ 936.013,53	- valor glosado.

Portanto, não há reparos a serem efetuados na análise dos restos a pagar da educação." (grifei)

Desta forma, não há que se falar em obscuridade da decisão, restando claramente consignado que a questão dos restos a pagar da educação foi analisada durante a instrução do feito, cujas conclusões estão em conformidade com as orientações aplicáveis ao tema e com a jurisprudência sedimentada por esta Corte, sendo aceitas e tidas como definitivas pela E. Segunda Câmara deste E. Tribunal por ocasião da emissão do Parecer ora embargado.

Conforme consignado pela própria embargante, eventual modificação da r. decisão somente poderá ocorrer mediante a interposição do recurso cabível (Pedido de Reexame), oportunidade em que, se for o caso, poderá ser revisto o mérito dos pontos ventilados nos presentes Embargos.

Em face do exposto, meu voto **REJEITA** os embargos de declaração opostos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 801

TC-003323/026/2006

RELATOR - CONSELHEIRO FULVIO JULIÃO BIAZZI, PRESIDENTE

Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão da Segunda Câmara do dia 25 de novembro de 2008.

SDG-1, em 26 de novembro de 2008

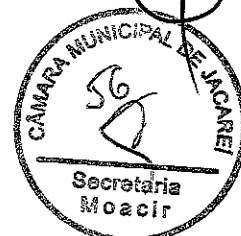

81. **Lia Aparecida Nuzzi Garcia**
Agente da Fiscalização Financeira - Administração
Respondendo pela Chefia



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

502

A C Ó R D ã O



TC-003323/026/06

Embargante: Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2006.

Responsáveis: Marco Aurélio de Souza e Davi Monteiro Lino (Prefeito e Vice-Prefeito à época).

Em Julgamento: Embargos de Declaração em face da decisão da E. Segunda Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 20-09-08.

Advogados: José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez, Silvia Monte Negro e outros.

Acompanham: TC-003323/126/06, TC-003323/226/06, TC-003323/326/06 e Expedientes: TC-000034/007/06, TC-000453/007/06, TC-000640/007/07, TC-000641/007/07, TC-000642/007/07, TC-000643/007/07, TC-000644/007/07, TC-000645/007/07, TC-000646/007/07, TC-000647/007/07, TC-000648/007/07, TC-001214/007/06, TC-001265/007/06, TC-001566/007/06, TC-001567/007/06, TC-001831/007/06, TC-023857/026/06, TC-001205/007/07, TC-001215/007/07, TC-037789/026/07, TC-012241/026/08 e TC-001832/007/06.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - A r. decisão embargada não contém qualquer obscuridade, dúvida ou contradição. A embargante busca rediscutir o mérito, inadmissível em sede de embargos declaratórios. CONHECIDOS E REJEITADOS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acorda a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de novembro de 2008, pelo voto dos Conselheiros Fulvio Julião Biazzi, Presidente e Relator, Renato Martins Costa e Robson Marinho, **preliminarmente**, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, **conhecer** dos embargos de declaração e, **quanto ao mérito**, ante o exposto no voto juntado aos autos, **rejeitá-los**.

Fica autorizada aos interessados vista e extração de cópias dos autos, no Cartório do Conselheiro Relator, observadas as cautelas legais.

Publique-se.

São Paulo, 03 de dezembro de 2008.

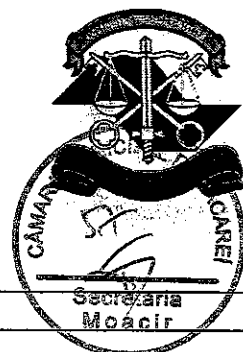
FULVIO JULIANO BIAZZI

Presidente e Relator

PUBLICADO
D.O.E. de 05/12/2008



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL



Processo:	TC-3323/026/06
Interessada:	Prefeitura Municipal de Jacareí
Responsável:	Marco Aurélio de Souza
Em Exame:	Pedido de Reexame - Contas de 2006

Senhor Conselheiro Relator:

A Segunda Câmara, em sessão de 09 de setembro de 2008, acolhendo voto proferido por Vossa Excelência, emitiu Parecer Desfavorável à aprovação das Contas do Executivo Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2006, tendo por base a falta de investimentos mínimos na educação e no ensino fundamental.

O Parecer foi publicado no Diário Oficial do Estado de 20 de setembro de 2008.

Inconformado, o responsável por meio dos argumentos protocolizados em 05 de dezembro do exercício passado interpõe Pedido de Reexame.

O Prefeito, novamente, defende a inclusão no cômputo do ensino das despesas efetuadas a entidades assistenciais como a entidades assistenciais como subvenções sociais de restos a pagar sem lastro financeiro e, ainda, de gastos em favor dos programas: Projeto Erê, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco Íris à conta da melhoria do magistério.

O Setor especializado analisando as razões recursais sobre o ensino observa que não inovam sobre as apresentadas quando das justificativas e memoriais e, por tal razão, retifica os cálculos de fls.426 que dão conta da aplicação de 23,90% das receitas de impostos para o fim do artigo 212 da Constituição Federal, sendo 56,83% em favor do nível fundamental.

No tocante aos aspectos jurídicos, a Assessoria e Chefia manifestam-se pelo não provimento do Pedido de Reexame.

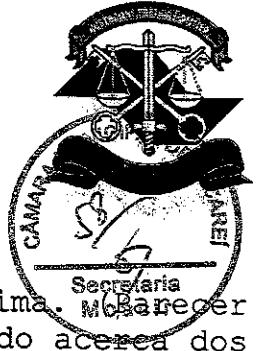
É a síntese necessária, pronuncio-me nos termos regimentais.

Em preliminar, considero que o apelo deve ser conhecido, pois presentes os requisitos de admissibilidade,

5



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL



porquanto formulado tempestivamente por parte legítima. O parecer publicado em 20 de setembro de 2008, acórdão proferido acerca dos embargos de declaração, com efeitos suspensivos, publicado em 05 de dezembro de 2008 e a peça protocolizada em 15 de janeiro p.passado.

No mérito.

Nos termos do voto proferido por Vossa Excelência essas contas receberam parecer desfavorável devido à falta de aplicação mínima no ensino para o fim do artigo 212 da Constituição Federal (23,90%) e do investimento no ensino fundamental (56,30%) consoante "caput" do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vigente a época.

O recurso em exame, reitera os argumentos detidamente analisado pelo setor especializado às fls.410/426, sendo que a origem não demonstrou que as despesas de R\$ 496.677,60 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) com subvenções sociais atenderam a educação especial e os gastos de R\$ 1.668.612,01 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, seiscentos e doze reais e um centavo) realizados com salários e encargos de profissionais que desenvolveram os projetos Erê, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco-Íris de caráter assistencial.

De outra parte, a auditoria excluiu dos cálculos da educação dos cálculos da educação, o montante dos restos a pagar não pagos até 31 de janeiro de 2007 por decorrência de insuficiência financeira em 31 de dezembro de 2006 e, essa medida foi ratificada às fls.425, tendo por base as rotinas de trabalho deste Tribunal.

Por tais motivos, manifesto-me pelo **não provimento** do Pedido de Reexame interposto, mantendo-se integralmente o parecer combatido.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

SDG, em 27 de julho de 2009.

Sérgio Ciquera Rossi
Secretário-Diretor Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 530

Proc. TC-3323/026/06



Processo : TC-3332/026/06

Interessada : Prefeitura Municipal de Jacareí

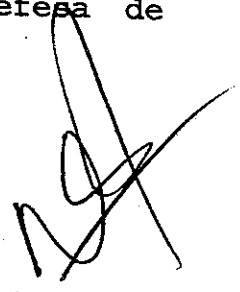
Assunto : Reexame-Aplicação no Ensino

Exercício : 2006

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

Em atendimento ao r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator à fl.525, examinamos o pedido de reexame(fl.514/524) no que tange a aplicação no ensino e passamos a nos manifestar.

Da análise realizada observamos que as novas justificativas em nada são inovadas, repetindo os argumentos que já haviam sido devidamente apreciados na ocasião da defesa prévia e Memoriais de defesa de fls.272/320 e fls.446/452.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 531

Proc. 16.3323/026/06



Portanto, ratificamos os cálculos de fls.410/426, que deu base para os percentuais acolhidos no R.Parecer às fls.482/483, publicado no D.O.E. de 20/09/08 (Ensino Global 23,90%, no Fundamental 56,83% ou 14,21% e Despesas com Magistério 63,60%).

É a manifestação que submetemos à consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J. em 08 de Julho de 2009


Delza Aparecida Pereira de Araujo
Assessoria Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO




Excelentíssimo Senhor Relator,

Reexame das contas da Prefeitura de Jacareí;
pertinentes ao exercício econômico-financeiro de 2006.

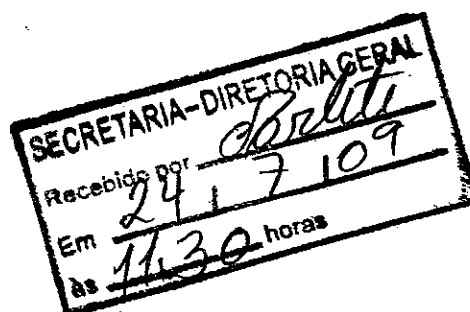
O posicionamento da Assessoria Técnica está de acordo
com a linha de entendimento desta ATJ; assim, manifesto-me pelo
Desprovemento do apelo, a fim de que seja mantido o r. Parecer
Desfavorável aos presentes demonstrativos.

À elevada consideração de Vossa Excelência, com
prévio trânsito pela d. SDG.

ATJ, 23 de julho de 2009.


Fernanda Amêndola Calil Cavalcanti de Araújo
Assessora Procuradora - Chefe
Substituta

JR/





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhor Assessor Procurador Chefe,



Inconformado com o r. parecer de fls.482/483, o Senhor Prefeito, responsável pelas contas do Município de Jacaré, exercício de 2006, autos do TC- 3323/026/2006, protocolizou as razões de fls. 504 e seguintes, com as quais intenta afastar as causas motivadoras da rejeição de suas contas.

Preliminarmente, registre-se que o pedido ingressou nos autos na fluência do prazo legal – parecer publicado no DOE-20.09.2008 – fls. 483 - e o pedido de reexame protocolizado em 15 de janeiro de 2009, dentro, do prazo legalmente assinado para seu conhecimento, uma vez que às fls.486, adentrou aos autos Embargos de Declaração (26.09.2008), com Acórdão – fls.502, publicado em 05/12/2008, e reúne os demais pressupostos de admissibilidade, donde **pode ser conhecido**.

No mérito, sem embargo, o recurso formulado pelo Senhor Prefeito **não deve prosperar**.

Com efeito, às fls. 478/479 dos autos o eminente Relator, por ocasião da emissão do parecer ora combatido, assim se manifestou:

“.....De plano, observo que o Executivo não deu atendimento ao artigo 212 da Constituição Federal.

Segundo cálculo elaborado pelo Setor de Cálculos da Assessoria Técnica, em face das deduções realizadas pela Auditoria, porquanto incompatíveis com as hipóteses descritas no artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Quanto ao ensino fundamental, aquele órgão técnico apurou a aplicação do percentual de 56,83% das receitas de impostos, restando consignado que a Municipalidade não cumpriu o preceito constitucional que determina a aplicação de, no mínimo, 60% dos recursos vinculados ao ensino fundamental, contemplado com percentual inferior ao exigido pelo artigo 60 do ADCT. “

O recurso não se faz acompanhar de nenhuma demonstração consistente de que as situações detectadas pela Auditoria e que motivaram o r. parecer desfavorável, não tenham efetivamente ocorrido. Senão vejamos:

Com efeito, o Setor de Cálculos, após reexaminar a matéria, afirma, que as razões ora apresentadas, apenas repetem os argumentos já apreciados por ocasião da defesa prévia e dos Memórias apresentados, ratificando, assim, os percentuais que embasaram a decisão atacada (ensino global 23,90% e Fundamental 56,83%) – fls.530/531

Assim, considerando que remanescem as causas determinantes do *r. parecer recorrido*, sou pelo *não provimento do recurso*, mantendo-se, inalterada a decisão atacada.

Senhoria.

À elevada consideração de Vossa

ATJ., em 22 de julho de 2.009.


Maria Aparecida Santos Comiran
Assessoria Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 516

TC-003323/026/2006

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 02-09-2009

Pelo voto do Substituto de Conselheiro Carlos Alberto de Campos, Relator, bem como pelo dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Cláudio Ferraz de Alvarenga, Renato Martins Costa e Robson Marinho, e do Substituto de Conselheiro Marcos Renato Böttcher, preliminarmente o E. Plenário conheceu do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelos motivos expostos no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

MUNICÍPIO: JACAREÍ

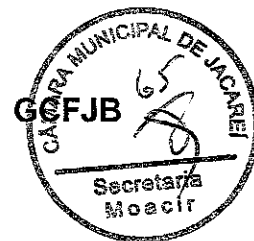
EXERCÍCIO: 2006

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do parecer;
- 3 - Ao DSF-I para dar prosseguimento à decisão anterior.

SDG-1, em 03 de setembro de 2009

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/LANG/mlv



TRIBUNAL PLENO

SESSÃO DE 02.09.2009

ITEM Nº 023

TC-003323/026/06

Município: Jacareí**Prefeitos:** Marco Aurélio de Souza e Davi Monteiro Lino.**Exercício:** 2006.**Requerente(s):** Prefeitura Municipal de Jacareí.**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Segunda Câmara, em sessão de 09-09-08, publicado no D.O.E. de 20-09-08.**Advogado(s):** Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires e outros.

Acompanha (m): TC-003323/126/06, TC-003323/226/06, TC-003323/326/06 e Expediente(s): TC-000034/007/06, TC-000453/007/06, TC-000640/007/07, TC-000641/007/07, TC-000642/007/07, TC-000643/007/07, TC-000644/007/07, TC-000645/007/07, TC-000646/007/07, TC-000647/007/07, TC-000648/007/07, TC-001214/007/06, TC-001265/007/06, TC-001566/007/06, TC-001567/007/06, TC-001831/007/06, TC-023857/026/06, TC-001205/007/07, TC-001215/007/07, TC-037789/026/07, TC-012241/026/08 e TC-001832/007/06.

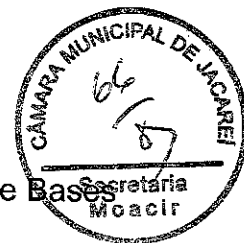
Auditoria atual: UR-7 - DSF-I.

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros

Trata-se de Pedido de Reexame interposto pela Prefeitura Municipal de Jacareí, por intermédio de seu procurador, em face do r. parecer desfavorável emitido pela Colenda Segunda Câmara, em sessão de 09.09.2008, quando do exame das contas do exercício de 2006, tendo como fator determinante a insuficiente aplicação de recursos no Ensino, no patamar de **23,90%** das receitas de impostos vinculadas; e **56,83%** no ensino fundamental, calculado sobre a aplicação mínima obrigatória de 60%, conforme exigido pelo art.60 do ADCT.

O parecer combatido foi publicado no Diário Oficial do Estado de 20.09.2008. Sobre ele, houve interposição de Embargos de Declaração, com efeitos suspensivos (art.69 da Lei Complementar nº 709/93), cujo Acórdão foi publicado em 05.12.2008. O Pedido de Reexame foi protocolado neste Tribunal em 15.01.09 (fls.504/524), requerendo a emissão de parecer favorável à aprovação das contas.

Em síntese, o requerente argumenta que merecem ser reincluídos no cômputo das despesas com ensino da Municipalidade os R\$ 496.677,60, por se tratarem de subvencões sociais concedidas a entidades filantrópicas que atuam diretamente na área do ensino fundamental de crianças



com deficiência, de acordo com o artigo 71, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Anota que todas as instituições beneficiadas são entidades sem fins lucrativos e foram declaradas de utilidade pública do Município, preenchendo todos os requisitos dos incisos I e II do artigo 213 da Constituição Federal e do artigo 77, incisos I a IV, da LDB., prestando serviços educacionais especialíssimos que as escolas municipais de ensino fundamental não oferecem, ministrando aulas de conteúdo do ensino fundamental a crianças deficientes (educação especial).

Quanto à exclusão de restos a pagar, assevera que houve utilização de dados incorretos para analisar os restos a pagar da Municipalidade, desconsiderando o saldo das contas decenciais de 10.01.2007.

Sustenta que para apurar a disponibilidade financeira em caixa, a auditoria verificou-se os saldos das contas correntes do Município relativas ao ensino, na data de 31.12.2006, mas não considerou o repasse decencial de 10.01.2007, data em que as contas decenciais da Municipalidade refletiam sua verdadeira situação ao final do exercício.

Entretanto, ao invés de utilizar esse critério, a auditoria utilizou o valor constante das contas decenciais da Municipalidade existente em 31.12.2006, descumprindo o que manda a lei.

Diz que nos extratos de conta-corrente pode-se verificar que os saldos em 31.12.2006 nas contas da educação somavam R\$ 1.797.139,83, os quais, somados à transferência decencial de 10.10.2007 de R\$ 1.889.326,63, resultam em uma contingência nestas respectivas contas-correntes de R\$ 3.497.173,53.

Logo, ante a existência de contingência financeira suficiente para cobrir os restos a pagar anotados em seu balanço, nada deveria ser glosado e, ao contrário do que restou consignado nos pareceres dos órgãos técnicos desta E. Corte, os restos a pagar da educação devem ser considerados para efeito de apuração dos gastos em educação em sua totalidade, ou seja: R\$ 2.816.689,03.

Cita, neste sentido, as decisões proferidas nos autos dos TC's 2469/026/00, 1769/026/99, 1615/026/99, 1901/026/99, 1893/026/99, etc.

Sustenta também que a glosa realizada pela d. auditoria no valor de R\$ 1.668.612,01, não se trata de subvenção social, mas sim de despesas com vencimentos e vantagens fixas de servidores (professores, especialistas e apoiadores do ensino) que atuam diretamente nos programas Projeto Erê, Crê-Ser, Projeto 'Casa da Juventude e Projeto Arco-Íris.

Defende que a finalidade destas despesas tem evidente caráter de investimento no ensino, ponderando que: "..., sabe-se que medidas



sócio-educativas de inclusão social envolvem invariavelmente a educação de crianças e principalmente adolescentes de baixa renda, e constituem a forma mais eficiente de prevenção e minimização das graves disfunções decorrentes da exclusão social. Quer dizer, a cidadania das pessoas de baixa renda está intimamente ligada à educação, de modo que a inclusão social dos menos favorecidos deve se dar fundamentalmente pela educação. É com base nessa constatação que foram introduzidos em programas sociais já existentes no Município e mantidos pelo Poder Executivo (Projeto Erê, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco-Íris) aulas de reforço ao ensino fundamental (aulas de conteúdo específico - matemática, português, redação, ciências sociais e história, aulas artísticas e aulas de educação física), em extensão aos horários de permanência nas escolas municipais."

Prossegue afirmando que tais projetos objetivam o incentivo das crianças e adolescentes, a faixas etárias e às condições da população escolar.

Conclui, ao final, que o Município aplicou 25,14% de sua receita de impostos originais e transferidos no ensino e destes, 61,99% no ensino fundamental.

Na instrução da matéria, a Assessoria Técnica (fls.530/531) opina pelo não provimento do Pedido de Reexame, entendendo que os argumentos do Pedido de Reexame em nada foram inovados e que já haviam sido devidamente apreciados por ocasião da defesa prévia e Memoriais de defesa de fls.272/320 e 446/452, razão pela qual ratifica os cálculos de fls. 410/426, que serviram de base para os percentuais acolhidos no r. Parecer em reexame, publicado no DOE de 20.09.08 (Ensino Global - **23,90%**; no Fundamental - **56,83%**).

Assessoria Técnica que abordou os aspectos jurídicos, Chefia de ATJ e SDG acompanham a manifestação de seu predecessor, pelo improvimento do pedido de reexame (fls.532/536).

A origem obteve vista dos autos ao final da instrução (fls.540).

Na data de ontem (01.09.2009), o Município de Jacareí, por seu advogado, apresentou memoriais de julgamento, reiterando, em síntese, os argumentos anteriormente ofertados por ocasião da interposição do Pedido de Reexame, e que não foram aceitos pelos órgãos técnicos deste E. Tribunal de Contas.

É o relatório.



TRIBUNAL PLENO

Sessão de : 02/09/09 Item nº: 23

Processo nº: TC-3323/026/06

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2006

Em Exame: Pedido de Reexame, interposto pela Prefeitura Municipal de Jacareí

Advogado: Dr. José Roberto Manesco – OAB-SP nº 61.471

Em preliminar:

O pedido de reexame preenche os requisitos da legitimidade de parte e tempestividade, estando adequado ao disposto nos artigos 70 e 71 da Lei Complementar nº 709/93 e artigo 155 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal. *(O parecer combatido foi publicado no Diário Oficial do Estado de 20.09.2008. Sobre ele, houve interposição de Embargos de Declaração, com efeitos suspensivos (art.69 da Lei Complementar nº 709/93), cujo Acórdão foi publicado em 05.12.2008. O Pedido de Reexame foi protocolado neste Tribunal em 15.01.09 (fls.504/524), requerendo a emissão de parecer favorável à aprovação das contas).*

Dele conheço.

No mérito.

Acolho o posicionamento dos órgãos técnicos desta Casa.

O Pedido de reexame repete os argumentos detalhadamente analisados pelo setor especializado às fls.410/426, sendo que a origem não demonstrou êxito em demonstrar, com documentos hábeis, que as despesas de R\$ 496.677,60 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) com subvenções sociais e os gastos de R\$ 1.668.612,01 (hum milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, seiscentos e doze reais e um centavo) realizados com salários e encargos de profissionais que desenvolveram os projetos Erê, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco-Íris de caráter assistencial foram utilizados para atender a educação especial.

Além disso, os argumentos do recurso não também foram aptos em alterar os cálculos elaborados pela Assessoria Técnica às fls. 410/426, e ratificados às fls.530/531, por meio dos quais restou evidenciada, com clareza, a



inviabilidade de se computar no setor educacional os restos a pagar sem disponibilidade financeira, não pagos até 31 de janeiro de 2007 (R\$ 936.013,53), tendo em vista a insuficiência financeira verificada ao final do exercício.

Também não procede a argumentação de que houve utilização de dados incorretos para analisar os restos a pagar da Municipalidade, desconsiderando o saldo das contas decenciais de 10.01.2007.

Isto porque, a verificação feita pela auditoria para apurar a disponibilidade financeira em caixa levou em consideração o repasse decencial ocorrido em 10.01.2007, conforme apurado pela Assessoria Técnica às fls.425 e ratificado na sua manifestação de fls.530/531:

“em que pese a discordância do interessado consignada às fls. 311/316, os restos a pagar da educação foram analisados em consonância com as orientações contidas na Nota Técnica SDG n. 30, bem como estiveram de conformidade com a jurisprudência predominante desta Casa sobre o tema.

Em síntese, salientamos que diante da constatação da indisponibilidade financeira em 31/12/2006 frente aos restos a pagar – fls. 89/90, a Auditoria considerou os pagamentos efetuados até 31/01/2007, culminando na impugnação do saldo de restos a pagar não quitado até mencionada data, a saber:

*Restos a pagar da Educação: R\$2.816.689,03 – fl. 90
(-) Pagamentos de restos a pagar até 31/01/2007: (R\$1.880.675,50) – fl. 90
(=) Restos a pagar não quitado até 31/01/2007: R\$ 936.013,53=valor glosado.*

Portanto, não há reparos a serem efetuados na análise dos restos a pagar da educação.”

Nessa conformidade, à luz dessas ponderações, acompanho as manifestações das Assessorias Técnicas, Chefia de ATJ e SDG, e voto pelo **IMPROVIMENTO** do Pedido de Reexame interposto pela Prefeitura Municipal de Jacaréi relativas ao exercício de 2006.

GCFJB-23



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO




Fls. nº 352

TC-003323/026/2006

RELATOR - SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO CARLOS ALBERTO DE CAMPOS

Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão do Tribunal Pleno do dia 02 de setembro de 2009

SDG-1, em 04 de setembro de 2009


Lia Aparecida Nuzzi Garcia
Agente da Fiscalização Financeira - Administração
Respondendo pela Chefia



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

553

P A R E C E R



TC-003323/026/06

Município: Jacareí

Prefeitos: Marco Aurélio de Souza e Davi Monteiro Lino.

Exercício: 2006.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Segunda Câmara, em sessão de 09-09-08, publicado no D.O.E. de 20-09-08.

Advogado(s): Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires e outros.

Acompanha (m): TC-003323/126/06, TC-003323/226/06, TC-003323/326/06 e Expediente(s): TC-000034/007/06, TC-000453/007/06, TC-000640/007/07, TC-000641/007/07, TC-000642/007/07, TC-000643/007/07, TC-000644/007/07, TC-000645/007/07, TC-000646/007/07, TC-000647/007/07, TC-000648/007/07, TC-001214/007/06, TC-001265/007/06, TC-001566/007/06, TC-001567/007/06, TC-001831/007/06, TC-023857/026/06, TC-001205/007/07, TC-001215/007/07, TC-037789/026/07, TC-012241/026/08 e TC-001832/007/06.

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. Remanesceram as questões referentes à insuficiente aplicação de recursos no Ensino (23,90%) das receitas de impostos vinculadas; e, 56,83% no ensino fundamental, calculado sobre a aplicação mínima obrigatória de 60%, conforme exigido pelo art. 60 do ADCT. CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acorda o E. Tribunal Pleno, em sessão de 02 de setembro de 2009, pelo voto do Substituto de Conselheiro Carlos Alberto de Campos, Relator, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Cláudio Ferraz de Alvarenga, Renato Martins Costa e Robson Marinho, e do Substituto de Conselheiro Marcos Renato Böttcher, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, **preliminarmente, conhecer** do Pedido de Reexame, e **quanto ao mérito, à vista do exposto no voto juntado aos autos, negar provimento** ao Pedido de Reexame interposto pela Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006.

Fica autorizada vista e extração de cópias dos autos aos interessados, no Cartório do Conselheiro Relator, observadas as cautelas legais.

Publique-se.

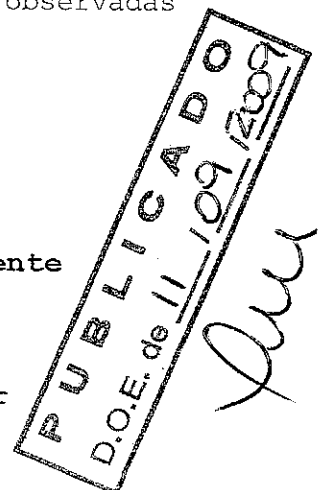
São Paulo, 08 de setembro de 2009.


EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente


CARLOS ALBERTO DE CAMPOS

Relator



DI-PRODESP

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO

TCESP

09.1.1

PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS

28/09/2009

TTL939

13:25:23

TIPO PROT.: _ - TC _ (?) _ - TCA _ (?) x - DOC _ TIPO DOC _ (?)

***** P A R T E S *****

1. PARTE: CODIGO: _ (?) UNID.: _ (S/N) TC'S EM TRAMITE: _
NOME : _____

2. PARTE: CODIGO: _ (?) UNID.: _ (S/N) OU MATRICULA: _____
NOME : _____

ENT. GERENCIADA: _ (?)

REGIONAL: _____

RELATOR ATUAL: _____

EXERCICIO : _____ AUTUADO ENTRE: _ / _ / _ E _ / _ / _

TIPO DOC. : _ (?) PREFIXO : _____ DATA DOC.: _ / _ / _

NUM. DOC. : _____ / _____ OU SEQ.: _____

NUM. EDITAL : _____ TIPO LICITACAO: _ (?)

REF. TC- 0000000003323 / 026 / 06 . DOC. NAO JUNTADOS AO REF. TC.: x

RESPONSAVEIS : _____

OBJETO: _____

TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



São Paulo, 29 de setembro de 2009

Ofício C.FJB nº 2622/2009

TC-3323/026/06

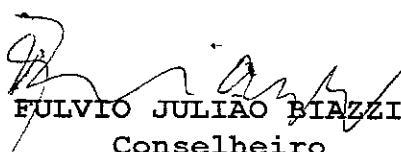
Contas - Prefeitura

Senhor Prefeito

Cumprimento-o e, ao ensejo, participo-lhe que o processo **TC-3323/026/06** trata do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2006.

Pelo presente, transmito-lhe cópias das rr. Decisões exaradas no citado processo, para conhecimento.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração.


FULVIO JULIAO BIAZZI
Conselheiro

CÓPIA

A Sua Excelência o Senhor

HAMILTON RIBEIRO MOTA

DD. Prefeito Municipal de Jacareí

JACAREÍ - SP

ln/ar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



São Paulo, 29 de setembro de 2009

Ofício C.FJB nº 2624/2009

TC-3323/026/06

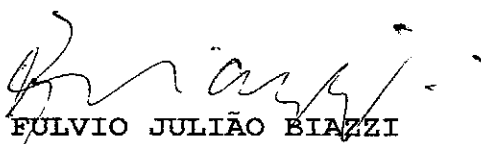
Contas - Prefeitura

Prezado Senhor

Cumprimento-o e, ao ensejo, participo-lhe que o processo **TC-3323/026/06** trata do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2006.

Pelo presente, transmito-lhe cópias das rr. Decisões exaradas no citado processo, para conhecimento.

Apresento a Vossa Senhoria os protestos da minha consideração.


FÚLVIO JULIÃO BIAZZI
Conselheiro

CÓPIA

A Sua Senhoria o Senhor

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

DD. Ex-Prefeito Municipal de Jacareí

JACAREÍ - SP

ln/ar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. 557
Volume III
In

Processo: TC-3323/026/06.
Interessada: Prefeitura Municipal de Jacareí.
Assunto: Contas de 2006.

CERTIFICO que a r. Decisão proferida pelo E. Tribunal Pleno, em Sessão de 2/09/09 (DOE de 11/09/09), transitou em julgado em **18/09/09**.

Cumprimos a r. determinação contida na parte final do voto do Relator (fls. 481).

Encaminha-se o presente feito ao DSF-I, na forma e para os fins determinados, às fls. 466, item 3.

CGCFJB, em 29 de setembro de 2009.

MÁRCIO CESAR BELTRAMINI
EXECUTIVO PÚBLICO II



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FL. 558



PROCESSO: TC - 3323/026/06 (3 volumes, acessórios
126/226/326 e 1 anexo)

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2006

RELATOR: CONSELHEIRO FULVIO JULIÃO BIAZZI

À Unidade Regional de São José dos
Campos - UR-07, atendendo ao item 3 da r. Decisão da
Segunda Câmara de fls. 466/467.

D.S.F. - I, 23 de outubro de 2009

Laura Cabral Pires
Assistente Técnico de Gabinete I

Visto.
De Acordo.

ZILTEIR BONATES DA CUNHA
DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO
SUBSTITUTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7



PROCESSO : TC N° 3323/026/06
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2.006

Senhora Responsável pela Equipe Técnica 7.5 (Respondendo),

Em cumprimento à solicitação constante no feito realizamos a formação de autos Apartados para tratar dos assuntos determinados no Voto do Eminente Conselheiro Relator.

Desta feita foram autuados os seguintes processos:

Processo (Apartado)	800202/504/06
Matéria	Gratificações concedidas indevidamente a Servidores

Processo (Apartado)	800201/504/06
Matéria	Relativa à remuneração dos Agentes Políticos (Subsídios do Vice Prefeito e Secretario de Esportes e Recreação)

À consideração de Vossa Senhoria.
UR.7-SJCampos, 13 de novembro de 2009.

Ivete Gröppo
Ivete Gröppo
Auxiliar da Fiscalização Financeira II

Senhora Diretora Técnica de Divisão, da UR.7- Substituta,

Submetemos à consideração de Vossa Senhoria, tendo em vista o cumprimento cabal da r. determinação contida nos autos.

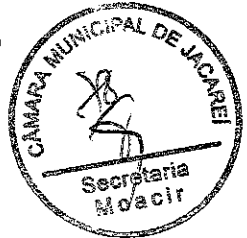
UR.7-SJCampos, em 13 de novembro de 2009

Marilda Meireles Chaves Franco
Marilda Meireles Chaves Franco
Agente da Fiscalização Financeira
Respondendo pela Equipe Técnica 7.5



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7



São José dos Campos, 18 de novembro de 2009

Ofício UR-7 nº 088/2009

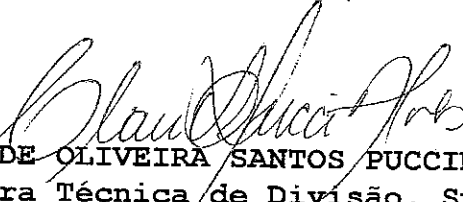
Ref. TC-3332/026/06

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no item IV da Ordem de Serviço SDG nº 04/90, o processo de prestação de Contas da Prefeitura de Jacareí, bem como os anexos a ele vinculados e o respectivo Parecer emitido pela E. Tribunal Pleno, em sessão de 02/09/2009, relativo às Contas do exercício de 2006, para os fins previstos no artigo 31, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo.

Apresento a Vossa Excelência, os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,


CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão, Substituta
UR-7 - SJCampos

Ao

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Jacareí



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



Protocolo Geral nº 1945 de 24.11.2009

Ofício nº 088/2009-11-25 UR-7 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Ref. Contas Anuais do Exercício de 2006

Processo – TC nº 3332/026/06.

Agente Político:- Ex Prefeito Municipal - Marco Aurélio de Souza

Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – sobre as Contas do Exercício de 2006 –Parecer Desfavorável.

PARECER nº 283- PODN-SRST-AJ-11-2009

Foi encaminhado a esta Casa de Leis o Ofício supra noticiando que as Contas do Exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí, do ex- Prefeito Marco Aurélio de Souza, teve parecer desfavorável, para que sejam tomadas providências pertinentes, na forma do artigo 31 da Constituição Federal de 1988 cc. artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo.

O artigo 31 da Constituição da República de 1988, assim dispõe:

*"Artigo 31 - A fiscalização do Município será exercida pelo **Poder Legislativo Municipal**, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei.*

§1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios onde houver.

§2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

(...).

Já o artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo, dispõe o seguinte:

"Artigo 150 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, finalidade, motivação, moralidade, publicidade e interesse público, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder, na forma da respectiva lei orgânica, em conformidade com o disposto no artigo 31 da Constituição Federal."

Na mesma direção aponta o artigo 28 inciso VII letras "a", "b" e "c" da Lei Orgânica do Município de Jacareí, Lei Municipal nº 2.761, de 31 de março de 1990, atualizada até a Emenda nº 55, de 10 de dezembro de 2008, que reza o seguinte:

h:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



"Artigo 28 – Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições dentre outras:

(...)

VII- tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60(sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a-) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara;

b-)decorrido o prazo de 60(sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c-) rejeitadas as contas,serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para fins de direito.

Para cumprimento e obediência de todas as formalidades legais, deve-se dar **ciência ao ex-Prefeito Municipal Marco Aurélio de Souza**, de seu Direito para a apresentação de defesa técnica escrita e juntada de documentos, como também de sustentação oral, e todas as demais provas em direito admitidas, através da competente comunicação, caso este seja seu desejo, na Sessão de Julgamento, respeitado os princípios constitucionais de ampla defesa e do contraditório.

A posição que adota esta Assessoria Jurídica, é no sentido de que sejam cumpridas as disposições **contidas no capítulo III**

Praça dos Três Poderes, 74 – Centro – Jacareí / SP – CEP 12327-901 Fone: (0 __ 12) 3955-2200 -- FAX: (0 __ 12) 3951-7808

Sítio: www.camarajacarei.sp.gov.br e-mail: camaraajc@camarajacarei.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



– Da Prestação de Contas, artigo 131 do Regimento Interno, o seguinte:

“Artigo 131 – Recebidos o Parecer e seus anexos do Tribunal de Contas, caberá ao Presidente cumprir o seguinte:

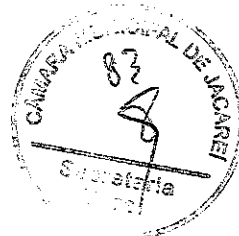
- I- Autuar a documentação recebida, dando origem ao processo administrativo;
 - II- Distribuir cópias do processo às Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, que emitirão parecer em 30(trinta) dias;
 - III- simultaneamente à distribuição junto às Comissões, citar o Prefeito Municipal, através de ofício, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar, perante as Comissões, sua defesa escrita e provas documentais, no prazo de 15(quinze) dias;
 - IV- Comunicar aos Vereadores que todos os termos do processo e a documentação correspondente encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo serão mantidos à disposição na Secretaria da Câmara;
 - V- Comunicar o Prefeito Municipal, com a antecedência mínima de 7(sete) dias, a data e horário da sessão legislativa de julgamento das contas, onde ser-lhe-á concedido o tempo de 30(trinta) minutos para pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral.
- § 1º O parecer das Comissões será prolatado em conjunto, concluindo, com a respectiva proposição, pela rejeição ou aprovação das contas.
- §2º Expirado o prazo de prolação do parecer das comissões, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.
- §3º Tratando-se do julgamento das contas de ex-prefeito, aplica-se o mesmo teor do disposto nos incisos III e V deste artigo.
- §4º A citação do ex-prefeito será feita por meio do Boletim Oficial do Município, e os respectivos prazos deste ato, serão contados a partir da data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



ISTO POSTO, deverá ser *conferido* ao ex-Prefeito Municipal de Jacareí **MARCO AURÉLIO DE SOUZA**, a garantia constitucional de ampla defesa, obedecendo o regramento imposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, conferindo assim, repita-se, o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório, na forma preconizada no artigo 5º, inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, no que concerne ao julgamento das contas do Exercício de 2006, em face do parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a fim de se evitar vícios ou nulidades, cumprindo à risca o devido processo legal.

Este é o parecer da Consultoria Jurídica.

Jacareí, 25 de novembro de 2009



PASCHOAL DE OLIVEIRA DIAS NETO
ASSESSOR JURÍDICO OAB/SP nº 104.642

SÉRGIO SCOCATO TEIXEIRA
ASSESSOR JURÍDICO OAB/SP nº 227.216



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE
BAT

Ofício nº 829/11/2009-CMS

Jacareí, 25 de novembro de 2009.



Prezado Senhor,

*Recebi
25/11/2009
AS 17h30m
[Signature]
Mário Antônio de Souza*

Servimo-nos do presente para, nos termos do parecer anexo da Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa, notificar Vossa Senhoria a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do correspondente Comunicado no Boletim Oficial do Município, sua defesa nas Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, que receberam parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Comunicamos que serão garantidos o contraditório, a produção de provas, a ampla defesa e todas as demais provas que entender necessárias e em direito permitidas.

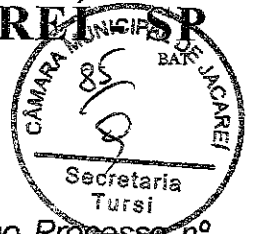
Informamos a Vossa Senhoria que sua defesa será encaminhada para exame das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento do Legislativo.

Nesta oportunidade, estamos encaminhando-lhe cópia do Processo nº 188/2009, desta data, bem como colocamos à sua disposição, para serem consultados, o processo das Contas Municipais de 2006 (TC-3323/026/06) e os volumes de documentos que as integram.

Comunicamos ainda, na forma do disposto no inciso V do artigo 131 do Regimento Interno deste Legislativo, que a apreciação do parecer do



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE



Ofício nº 829/11/2009-CMS – Fls. 02

(ao ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza, para apresentação de defesa no Processo nº 188/2005, referente às Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2006, e comunica data de sessão para apreciação do respectivo parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo)

Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente às Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, que originou o Processo nº 188/2009 desta Câmara Municipal, será realizada na Sessão Ordinária regimentalmente prevista para o dia 15 de dezembro de 2009 (terça-feira), às 17 horas, nesta Casa Legislativa, oportunidade em que será concedido a Vossa Senhoria o tempo de 30 (trinta) minutos para, pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral.

Sem outro particular, subscrevemo-nos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

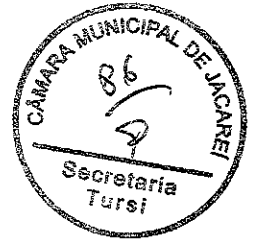
Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

A Sua Senhoria, o Senhor
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Ex-Prefeito Municipal de Jacareí
Em mão



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



CITACÃO

Na forma do disposto no artigo 131 da Resolução nº 642/2005, de 29 de setembro de 2005, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí, fica o senhor MARCO AURÉLIO DE SOUZA, ex-prefeito municipal de Jacareí, CITADO a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação desta no Boletim Oficial do Município, sua defesa nas Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, que receberam parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Comunica-se que serão garantidos o contraditório, a produção de provas, a ampla defesa e todas as demais provas que entender necessárias e em direito permitidas.

Informa-se que sua defesa será encaminhada para exame das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento do Legislativo, sendo que, quando da apreciação da matéria pelo Plenário, ser-lhe-á concedida a oportunidade de sustentação oral, pessoalmente ou por advogado legalmente constituído.

A Câmara Municipal de Jacareí coloca à disposição do ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza o Processo nº 188/2009 desta Casa, de 25 de novembro de 2009, bem como o processo das Contas Municipais de 2006 (TC-3323/026/06) e os volumes de documentos que as integram.

Comunicamos ainda, ao Senhor Marco Aurélio de Souza, na forma do disposto no inciso V do artigo 131 do Regimento Interno deste Legislativo, que a apreciação do parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente às Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, que originou o Processo nº 188/2009 desta Câmara Municipal, será realizada na Sessão Ordinária regimentalmente prevista para o dia 15 de dezembro de 2009 (terça-feira), às 17 horas, nesta Casa Legislativa, oportunidade em que será concedido a Sua Senhoria o tempo de 30 (trinta) minutos para, pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de novembro de 2009.


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:
LOGO A SEGUIR DO CREDENCIAMENTO.

O edital na sua íntegra será fornecido aos interessados na Divisão de Compras e Licitações, sito a Rua Aparício Lorena, 120 – Jd. Liberdade – Jacareí, SP, no horário das 9:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, mediante pagamento de taxa de R\$ 5,00 (cinco reais), ou mediante a apresentação de CD-R (ou outra mídia).

TELEFONES PARA INFORMAÇÕES: (12) 3954.0202 / 3954.0203 / 3954-0200 (Ramal 252)
Jacareí, 24 de novembro de 2009

Engº Antonio Fernando Batista - Presidente

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2009

OBJETO= Registro de preços para aquisição de diversos materiais odontológicos.

CREDENCIAMENTO: Até às 23:30 h de 10/12/2009.

PROPOSTAS: Até às 23:59 h de 10/12/2009.

LANCES: As 09:00 h do dia 14/12/2009.

Informações sobre a licitação poderão ser obtidas na Divisão de Compras e Licitações situada na Rua Aparício Lorena nº 120 – Jardim Liberdade – Jacareí – SP – telefone 12-3954-0200 – Ramal 252, 3954-0202/0203.

Edital disponível no site www.caixa.gov.br

Jacareí, 23 de novembro de 2009

Engº Antonio Fernando Batista - Presidente do SAAE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2009

OBJETO= Registro de preços para aquisição de tubos de aço carbono.

CREDENCIAMENTO: Até às 23:30 h de 11/12/2009.

PROPOSTAS: Até às 23:59 h de 11/12/2009.

LANCES: As 09:00 h do dia 15/12/2009.

Informações sobre a licitação poderão ser obtidas na Divisão de Compras e Licitações situada na Rua Aparício Lorena nº 120 – Jardim Liberdade – Jacareí – SP – telefone 12-3954-0200 – Ramal 252, 3954-0202/0203.

Edital disponível no site www.caixa.gov.br

Jacareí, 23 de novembro de 2009

Engº Antonio Fernando Batista - Presidente do SAAE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2009

OBJETO= Registro de preços para aquisição de papel sulfite A-4, 75 gr.

CREDENCIAMENTO: Até às 23:30 h de 11/12/2009.

PROPOSTAS: Até às 23:59 h de 11/12/2009.

LANCES: As 11:00 h do dia 15/12/2009.

Informações sobre a licitação poderão ser obtidas na Divisão de Compras e Licitações situada na Rua Aparício Lorena nº 120 – Jardim Liberdade – Jacareí – SP – telefone 12-3954-0200 – Ramal 252, 3954-0202/0203.

Edital disponível no site www.caixa.gov.br

Jacareí, 23 de novembro de 2009

Engº Antonio Fernando Batista - Presidente do SAAE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2009

OBJETO= Registro de preços para aquisição de cartuchos de toner.

CREDENCIAMENTO: Até às 23:30 h de 11/12/2009.

PROPOSTAS: Até às 23:59 h de 11/12/2009.

LANCES: As 14:00 h do dia 15/12/2009.

Informações sobre a licitação poderão ser obtidas na Divisão de Compras e Licitações situada na Rua Aparício Lorena nº 120 – Jardim Liberdade – Jacareí – SP – telefone 12-3954-0200 – Ramal 252, 3954-0202/0203.

Edital disponível no site www.caixa.gov.br

Jacareí, 23 de novembro de 2009

Engº Antonio Fernando Batista - Presidente do SAAE



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ Palácio da Liberdade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 298/2009

Institui a Sessão Solene de "HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE" e a inclui no calendário anual de homenagens da Câmara Municipal de Jacareí, alterando o Decreto Legislativo nº 259/2006, de 05 de julho de 2006.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E O SEU PRESIDENTE, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica instituída na Câmara Municipal de Jacareí a Sessão Solene de "HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE".

§ 1º A Sessão Solene de que trata este artigo será realizada na quinta-feira que antecede o 4º sábado do mês de abril de cada ano.

§ 2º Caso o dia estipulado no parágrafo anterior coincida com o de Sessão Ordinária desta Casa ou feriado, a solenidade será antecipada para o dia útil imediatamente anterior ao inicialmente designado.

Art. 2º O artigo 2º do Decreto Legislativo nº 259/2006, de 05 de julho de 2006, passará a vigorar acrescido da "HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE", antecedendo a "Homenagem ao Trabalhador", com a seguinte redação:

"Art. 2º
.....
HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE
.....
....."

QUE LHE SI

Consideranc

RESOLVE:

Art. 1º A Câ

de 2009, os

1 panetone

1 champagr

1 vinho tinto

1 azeite de

1 pacote de

1 fruta em c

1 pacote de

1 pacote az

1 pacote de

1 pacote de

2 pacotes d

1 pacote de

1 pacote de

1 pacote de

1 caixa de li

1 pacote de

1 pacote de

1 pacote de

1 pacote de

1 vidro de n

1 pacote de

2 pacotes d

1 pacote de

1 pacote de

2 pacotes d

1 pacote de

1 pacote de

1 pacote de

1 pacote de

Art. 2º Est

Câmara Mu

DIOBEL DE

JOSÉ ANTI

ALEX DA F

PORTARIA

Concede a

particulares

DIOBEL DE

atribuições

RESOLVE:

Art. 1º C

de 7 de ou

licença para

NASCIMEN

de Jacareí.

Art. 2º D

para o cum

Art. 3º E

AFIXE-SE, F

Câmara Mu

DIOBEL DI

CITAÇÃO

Na forma de

que dispõe

MARCO AL

prazo de 1:

sua defesa

que recebe

Paulo.

Comunica-

e todas as

Informa-se

de Constitu

apreciação

oral, pesso

A Câmara l

o Processo

das Contas

integram.

Comunican

do artigo 1

Egrégio Tr

Municipal c

desta Cârr

para o dia

oportunida

personalme

defesa ora

Câmara Mi

DIOBEL D

COMUNIC

Com o obje

Senhor MA

no inciso

r natalino aos servidores

publicação.

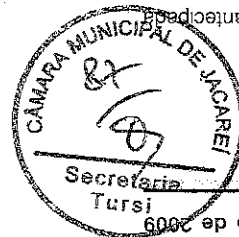
desbravadores."

entidade, aos integrantes

à Direção do Clube de

identidade será antecipada

le abril.



de dezembro de 2009
ANO - Nº 654

CONSIDERANDO que esta
Suzana de Castro Ramos, (

acomodar,
DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado o al

termos dos incisos II e IV de

mediante pagamento, durar

(quatrocentos e oitenta reais

setecentos e sessenta reais)

Art. 2º O auxílio-aluguel (

pagamento de aluguel de imo

Art. 3º A beneficiária mencio

do auxílio recebido, na forma

Art. 4º Este Decreto entra e

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito, 01 de c

HAMILTON RIBEIRO MOTA

Prefeito do Município de J

JOSÉ LUIZ GONÇALVES

Presidente da Fundação F

DECRETO Nº 395, DE 01 DE I

Dispõe sobre a prorrogação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO

por Lei,

CONSIDERANDO a Lei nº 5.0

de maio de 2008, que Institui o

CONSIDERANDO o disposto r

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
José Carlos de Faria
Assessor de Gabinete
14/12/09

SILVEIRA,
ANDRADE
ADVOCADOS

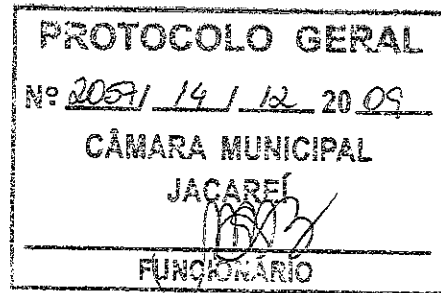
Hélio Freitas de Carvalho da Silveira
Marcelo Santiago de Pádua Andrade
Fernando Gaspar Neisser
Ademar Aparecido da Costa Filho
Leandro Petrin
Caio Costa e Paula



Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Jacareí - DIOBEL

FERNANDES

Ao Juízo
para a parcer
14/12/09



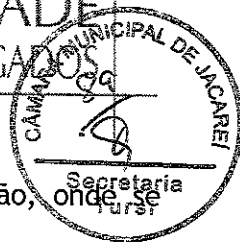
Processo nº 188/2009

Ref. CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL - 2006

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos em referência, vem, urbanamente, na presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

O Peticionário foi citado, no forma do art. 131 do Regimento Interno desta Casa, para apresentação de defesa no processo que aprecia suas contas anuais atinentes ao exercício de 2006. Referida citação, como prescreve a norma mencionada, deu-se por publicação no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 5 e 6 de dezembro de 2009.

Dúvida não há quanto ao termo *a quo* do prazo de quinze dias outorgado ao Peticionário. Tanto o ofício que lhe fora remetido, quanto as publicações efetuadas em jornais regionais - que chegaram apenas agora ao conhecimento do Peticionário, cumpre reiterar -, deixam claro que fica o Peticionário: "CITADO a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação desta no Boletim Oficial do Município, sua defesa nas Contas (...)".



Exatamente por esta razão que causou estranheza a parte final da citação, onde se comunicou a intenção de levar a matéria à apreciação do E. Plenário na sessão ordinária convocada para o próximo dia 15.12.2009.

Ainda que se deva congratular a iniciativa de resolver a questão com brevidade, o que interessa sobremaneira ao Peticionário, é certo que não se pode, neste caminho, lesar os direitos previstos no próprio regramento da Casa.

Iniciando a contagem do prazo de defesa no primeiro dia posterior à publicação - domingo, 06.12.2009 - tem-se seu término apenas em 20.12.2009, também domingo, estendendo-se assim até 21.12.2009, segunda-feira.

Assim, respeitosamente é de se considerar inviável a apreciação da matéria quando ainda aberto prazo para apresentação da defesa, sem que as comissões tenham exarado seu parecer e sem a análise das provas que, possivelmente, haverão de ser requeridas.

O volumoso material remetido ao Peticionário está sendo analisado por seus procuradores, cotejando-os com aquilo que já constava em seu arquivo pessoal e com as informações disponíveis no E. TCE/SP.

Não pretende, assim, abrir mão do prazo que o Regimento Interno e a citação lhe conferiram.

Cumprе salientar, em atenção ao princípio da boa-fé nas relações processuais (ainda que administrativas), que no mandado de segurança nº 292.01.2005.016509-4 o Peticionário



questionou, expressamente, que lhe fora tolhido o direito de produção de provas na análise das contas anuais de 2001.

O tema foi também objeto de análise pelo E. TJ/SP, nos autos da Apelação Cível nº 600.884.5/6-00, com v. acórdão já transitado em julgado, concedendo, integralmente, a ordem pleiteada naquela oportunidade.

Ainda que se tenha por certa a impossibilidade de transmutação automática da decisão daqueles autos ao caso vertente, não é menos correto observar que o Poder Judiciário já consagrou, em concreto, a necessidade de que a Câmara Municipal de Jacareí atente para os primados da ampla defesa e do contraditório, da definição do *iter* procedimental e da produção de provas.

Assim é que se requer, pela presente, a anulação da parte final do comunicado publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí em 05 e 06.12.2009, retirando-se da pauta da sessão ordinária de 15.12.2009 o processo em referência.

Nestes termos,

Pede deferimento.

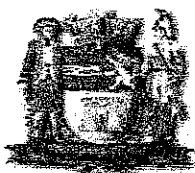
De São Paulo para Jacareí, aos 9 de dezembro de 2009.

HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003

FERNANDO GASPAR NEISSER

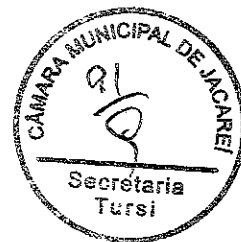
OAB/SP 206.341



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

PROTOCOLO GERAL Nº 2057 – 14/12/2009



PARECER Nº 324/2009 – MEN – AJ/2009

OBJETO: *Requerimento da defesa do Ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza requerendo redesignação de data para defesa e retirada da votação de contas relativas ao exercício de 2006 de pauta da sessão ordinária de 15/12/2009*

O pedido já foi atendido, estando prejudicado o requerimento

Jacareí, 20 de Dezembro de 2009

Maria Eloísa do Nascimento
Assessora Jurídica
OAB/SP 123.178

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

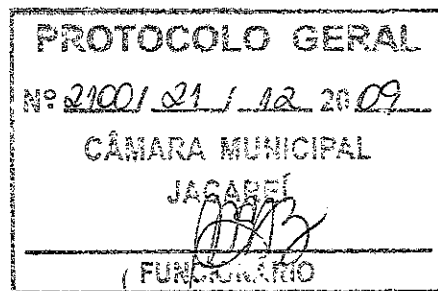
Dr. Vitor Tadeu Roberto
Consultor Jurídico
OAB-SP 118.824



Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Jacareí - DIODEL

FERNANDES

*Ao Juizidico por
na sua manifestar
28/12/09*



Processo nº 188/2009

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, brasileiro, casado, bancário, vem, urbanamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados, apresentar sua **DEFESA**, em face do parecer exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo atinente às contas anuais de gestão da Prefeitura Municipal de Jacareí no exercício de 2006, tempestivamente, atendendo ao prazo conferido por esta Câmara Municipal, o que faz nos termos a seguir delineados.

I - DOS FATOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo analisou as contas anuais de gestão apresentadas pelo Município, relativas ao exercício de 2.006. Os trabalhos da Auditoria daquele órgão de fiscalização apontaram uma suposta falta de gastos na área de educação que, fosse procedente, poderia ensejar a desaprovação por esta D. Edilidade daquelas contas.



Em específico, a Auditoria do Tribunal de Contas apontara supostas irregularidades, todas contestadas na defesa que se fez naquele órgão.

Assim, os esclarecimentos oportunamente apresentados àquela Corte de Contas lograram êxito em demonstrar que o Executivo Municipal administrou o Município de Jacareí, sob o aspecto econômico-financeiro, com a eficiência, responsabilidade e o zelo exigidos pela legislação. Assim, todas as supostas irregularidades constatadas pela Auditoria foram devidamente esclarecidas, e as contas aprovadas, em relação aqueles fatos.

Contudo, sob um único aspecto, o Tribunal de Contas manteve seu posicionamento, qual seja, a suposta aplicação insuficiente de recursos públicos em educação, na forma estabelecida pelo art. 212 da Constituição Federal - o que corresponde a 25% da receita resultante de impostos.

Foram reconhecidos gastos com ensino, que originalmente haviam sido contabilizados de forma equivocada, sob outras rubricas formalmente alheias à pasta da Educação. Entretanto, não foi possível atingir o limite constitucional, uma vez que o TCE glosou, excluiu, um substancial montante das despesas da Prefeitura Municipal em educação, no total de R\$ 3.446.453,58 (três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Nota-se, desde logo, que os argumentos levantados pelo E. TCE/SP não se sustentam. Apesar de reconhecerem indiretamente que as prestações atreladas a determinados gastos

foram efetivamente empenhadas, afirma-se que não teria sido possível aferir a exclusividade daqueles gastos para a área de educação.

Com esse único fundamento, as contas foram rejeitadas no que tange aos gastos com o ensino municipal, motivo pelo qual a Câmara deverá analisar o parecer emitido pelo Tribunal de Contas, conforme o art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

II - DO MÉRITO

Antes de abordar o caso concreto, é importante tecer algumas ponderações prévias. Como se sabe, a verificação das contas de Prefeituras é dever imposto aos Tribunais de Contas pela Carta Magna, em seus artigos 71 a 75.

Em tais artigos observam-se, também, os critérios que deverão ser utilizados quando da realização de tal tarefa, mais especificadamente, nas linhas do artigo 70, onde é estabelecido que a fiscalização outorgada terá por parâmetros a análise quanto “à *legalidade, legitimidade e economicidade*” dos atos de gestão da entidade fiscalizada.

Este processo objetiva, evidentemente, a apuração de eventual falta - ou má gerência - do administrador público à frente das instituições públicas auditadas quando da utilização dos dinheiros públicos.

Tal entendimento é facilmente comprovado quando se observa, nos incisos VIII e XI, do artigo 71 da Lei Maior, que compete à Corte de Contas “*aplicar aos responsáveis, em caso de*

ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei (...)
“representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados”.

Mesmo comando encontra-se no artigo 2º da Lei Complementar 709, de 14 de Janeiro de 1993, norma que regula as atividades da Corte de Contas do Estado, quando atribui àquela Casa o dever de “*aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei*” e “*comunicar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal*” ou “*representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abuso verificado*”.

É, portanto, inquestionável que compete aos Tribunais de Contas a verificação dos atos de gestão daqueles que estão a frente do órgão auditado, observando se, durante a sua gestão, foram praticados atos contrários ao ordenamento vigente, ou mesmo procedimentos ilegítimos ou antieconômicos. Nestes casos, é legítima a declaração de ilegalidade das contas e, conseqüentemente, a punição dos responsáveis.

Outro ponto a se destacar é o notório caráter acessório que a Corte de Contas possui, uma vez que a detentora da legitimidade para aprovar ou rejeitar o parecer é a Câmara Municipal.

No entanto, resta igualmente fora de questão que tal atribuição há que ser cumprida tão somente para que possa se imputar a responsabilidade àquele dirigente que tenha agido em contrariedade ao interesse público ou à lei.

Assim, as contas não poderiam ser rejeitadas sem a existência de responsabilidade do administrador. Isso vale, por exemplo, nos atos praticados por outros agentes ou ainda por

situação a que este não tenha dado causa. Frise-se que as repercussões dessa decisão são bastante gravosas para o administrador.

Por isso, se revela de fundamental importância, quando da apreciação das contas da Prefeitura de Jacareí, por esta Câmara Municipal, a verificação da origem dos atos que levaram à situação erroneamente censurada pelo Tribunal de Contas do Estado.

É necessário que se considere a existência de nexo de causalidade entre a ação ou omissão do então administrador e a situação que se está a objetar, para que as contas por ele prestadas sejam consideradas irregulares.

Afinal é das mais triviais e clássicas lições de direito que “*puniri nemo debet si nullam admisit culpam*”, isto é, ninguém deve ser punido sem culpa.

II.a) Da forma de contabilização dos gastos com educação

Em análises passadas de contas anuais de gestão do Município de Jacareí o E. TCE/SP já admitiu a contabilização de gastos efetuados em outras categorias funcionais programáticas, diversas daquelas naturalmente dedicadas à educação, para fins de aferição do atendimento aos pisos constitucionais.

Entretanto, como se verifica no caso concreto, não havia razão para que, desta vez, tal procedimento não fosse realizado, alijando a contabilização de vultosas quantias glosadas em fls. 411 do TC nº 3323/026/06.

Embora o elemento de despesa não estivesse vinculado ao ensino, não se discute que elas foram efetivamente realizadas com este fim, e assim, por evidência, não poderiam ser excluídas do cálculo.

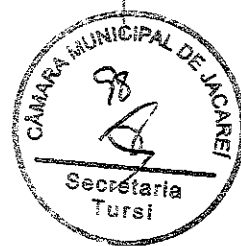
Feitas as correções sugeridas pela Prefeitura, o cálculo correto para verificação do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal apontaria gastos de 25,77% no ensino geral e 16,07% no fundamental, superando com folga os preceitos da área.

Ora, o Tribunal de Contas aceitou, portanto, que gastos realizados fora das dotações específicas da Secretaria de Educação, relacionadas diretamente ao ensino, fossem contabilizados como gastos com educação, porque efetivamente se demonstrou que cuidavam de gastos desse tipo.

Isso ocorreu, no ano de 2.006, porque o orçamento vigente permitia a dispersão dos recursos da educação em diferentes rubricas genéricas, dificultando sobremaneira a contabilização posterior dessas despesas.

Há, com efeito, outros gastos dispersos em rubricas distintas que dão supedâneo à aplicação das verbas devidas em educação, como, por exemplo, gastos com materiais de conservação e limpeza, gastos com combustíveis, entre outros, que, se considerados forem, demonstrarão a obediência do comando constitucional.





II.b) Da necessidade de consideração dos restos a pagar

Cabe aqui fazer algumas considerações acerca do montante relativo aos restos a pagar, cuja contabilização para efeito de cumprimento da regra constitucional foi negada pelo TCE.

O Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a impossibilidade de penalizar o Administrador Público pela imperícia de seu antecessor:

*ADMINISTRATIVO - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL -
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA: EXIGÊNCIAS - INADIMPLENTO DE
GESTÃO ANTERIOR.*

1. A transferência voluntária, que se caracteriza pelo repasse, a cargo da CEF, das verbas provenientes da União impõe, dentre as inúmeras exigências, estar a municipalidade em dia com as suas obrigações.

2. Inadimplência da gestão administrativa antecedente, com acúmulo dos restos a pagar, pelo qual não pode ser penalizada a nova administração, comprovadamente eficiente no conserto.

3. Recurso especial improvido.¹

¹ STJ, REsp 580.946/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. 19.12.2003.

Assim, é forçoso concluir, como o faz o Judiciário, que as dificuldades do Administrador que assume uma gestão em pleno funcionamento, com falhas eventuais na aplicação dos recursos, não podem ser a ele imputadas, independentemente de concurso próprio.

Não obstante, os valores em questão foram efetivamente pagos, tendo sido praticamente liquidados no primeiro semestre do exercício de 2.007. Demonstra-se, mais uma vez, claramente a preocupação da gestão com as verbas educacionais, e a existência de efetivo comprometimento de recursos no ano de 2.006.

É de se dizer que, muito embora efetivados em 2.007, os gastos em causa são contabilizados em 2.006 (por força de sua inscrição como restos a pagar). A sua desconsideração para efeito da totalização dos gastos com educação em 2.006 é completamente absurda, pois, assim o fazendo, o Tribunal de Contas indiretamente admite que os gastos não sejam nunca contabilizados (uma vez que não podem figurar, sendo restos a pagar de 2.006, do balanço de 2.007).

O próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui jurisprudência favorável a esta tese:

Pedido de reexame em face de parecer desfavorável as contas de executivo municipal. questão previdenciária: celebração de acordo de parcelamento para quitação do débito, que, inclusive, passou a ser amortizado no início de 2.001. Aplicação no ensino: a municipalidade dispunha dos recursos necessários a cobertura integral dos restos a pagar da educação, tendo-os quitado no



exercício seguinte. A época não havia destinação integral dos recursos para contas específicas da educação. A auditoria considerou apenas os recursos depositados em contas vinculadas ao ensino e não a totalidade das disponibilidades. Assim, o montante investido atinge 25,69% das receitas de impostos. Pedido conhecido. Provido. v. u. ²

Reexame - déficit orçamentário: a questão pode ser relevada, considerando que as medidas adotadas demonstram que o administrador conseguiu equilibrar as contas publicas. Aplicação de percentual mínimo obrigatório na educação: aplicada a jurisprudência deste tribunal. Computado no percentual antes apurado, montante dos restos a pagar, efetivamente liquidados no primeiro trimestre do exercício seguinte. Recurso conhecido e provido.³

Ao presente caso aplica-se o raciocínio externado na jurisprudência acima citada. Assim, o saldo contido nos restos a pagar deve ser considerado para o percentual gasto com a Educação, uma vez que fora efetivamente liquidado, e que é gasto não computado no exercício de 2.007, porquanto gerado em 2.006.

A necessidade de lastro financeiro como suporte para a cobertura dos restos a pagar é uma exigência de caráter instrumental, que não possui um fim em si mesma.

² TC 1516/056/99, Rel. Cons. Eduardo Bittencourt Carvalho, j. 10.09.2002, votação unânime.

³ TC 1893/026/99, Rel. Cons. Fúlvio Julião Biazzi, j. 16.12.2002.



De fato, sua única finalidade é assegurar a aplicação dos recursos em ensino, no âmbito de um determinado exercício.

E isso efetivamente ocorre no caso dos restos a pagar, ainda que não exista cobertura financeira disponível em conta específica vinculada ao ensino. A assertiva é verdadeira por dois motivos.

Primeiro, é inquestionável que o Administrador efetuou o gasto, em termos contábeis, no exercício passado - no caso, no ano de 2.006.

Segundo, o adimplemento das obrigações, logo no início do exercício - fato incontestado no caso concreto -, demonstra sua boa-fé e esforço no cumprimento das metas constitucionais.

Ou seja, se não considerados para o exercício de 2.006, serão gastos que deixarão de ser computados para fins de se verificar os gastos da Administração com a Educação, o que evidentemente é inconcebível, pois seria o mesmo que assumir a existência de gastos não contabilizáveis a qualquer título, reitere-se.

Nesse sentido, sabe-se que tais gastos não foram computados no exercício de 2.007.

Frise-se: os investimentos realizados em 2.006, mormente pagos em 2.007 - e não contabilizados neste ano -, devem ser simplesmente desconsiderados?

Responder positivamente essa questão é ignorar a existência de um grande volume de investimentos na educação efetivamente realizados, e, conseqüentemente, punir o então Prefeito por um ato inexistente - qual seja, aporte insuficiente de numerário em ensino.

III. DA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA E ATENÇÃO AO CONTRADITÓRIO

A apreciação das contas do exercício de 2.001, que ainda tramita perante esta D. Edilidade, já foi questionada por desatenção aos direitos constitucionais do agente político.

É certo, ainda, que a decisão em referência, já transitada em julgado, aponta para uma necessária atenção aos direitos ali garantidos, mesmo na análise das contas anuais de gestão de outros exercícios que não aquele questionado nos autos (2001), bem como para outros agentes políticos que respondam futuramente por este mister.

Sendo o maior interessado na rápida e correta tramitação do feito, o Defendente busca zelar pela garantia daquilo que restou consignado naquele v. acórdão proferido na Apelação Cível nº 600.884-5/6-00, cuja conclusão aponta:

Daí a concessão da ordem para anular a deliberação da Casa Legislativa e assegurar ao impetrante a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório no procedimento de exame de suas contas referentes ao exercício de 2.001.

Extreme de dúvidas que a concessão da ordem se deu de forma total e não parcial. Assim, é de se considerar atendidos todos os pedidos que constaram do mandado de segurança impetrado pelo Defendente, especificamente:

- i) a nomeação de uma Comissão Especial para apreciação do parecer, o que não se confunde com eventual colheita de pareceres de comissões permanentes;*
- ii) o atendimento aos pedidos de produção de provas do Defendente, abaixo explicitados;*
- iii) a abertura do contraditório, franqueando ao Defendente que se manifeste por escrito, após a emissão dos pareceres pelas comissões (Especial, de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento).*

Quanto às provas, parece natural que se produza perícia contábil e financeira na documentação carreada ao processo.

Efetivamente não é possível concluir pela não aplicação de recursos com Educação através dos restos a pagar liquidados em 2.007 se tais empenhos não forem detalhadamente verificados.

Assim, somente com a análise, por técnicos especificamente nomeados para este mister, é que se poderá responder à seguinte questão: a Prefeitura de Jacareí despendeu em 2.007 recursos empenhados em 2.006, a título de 'restos a pagar', atinentes ao desenvolvimento e

manutenção do ensino, em volume que permita, somado ao já computado em 2.004, atingir o piso constitucional?

Além disso, o E. TCE/SP disse textualmente em seu acórdão que não foi possível confirmar que os gastos glosados da área da educação tiveram aplicação naquele setor. Em contraposição a isto, a Prefeitura Municipal, desde o momento do início da defesa naquele E. TCE/SP, sustentou veementemente que tais valores tiveram sim tal destinação.

Assim, essencial será a análise dos empenhos e contratos atinentes aos valores glosados, a fim de que esta Câmara Municipal tenha em mãos as informações necessárias e suficientes à tomada de decisão nos autos.

Será necessário, naturalmente, requisitar informações à Prefeitura Municipal, para que se franqueiem os processos de empenho dos gastos viabilizados em 2.006 e 2.007 com tais recursos.

Com o devido e merecido respeito, o não atendimento aos pedidos aqui expostos poderá ensejar, em tese, o acionamento do Poder Judiciário, visto que o direito à produção de provas já foi confirmado em demanda envolvendo as mesmas partes e o mesmo tema.

IV. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, primeiro passo para a regularização do processo é a nomeação da Comissão Especial de análise das contas.



Depois disso, deferida a produção da prova pericial e nomeado o perito, requer seja aberto prazo para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos.

Com o resultado da perícia nos autos, requer ainda o encaminhamento do processo às comissões, para exaração de parecer, após o que se pleiteia nova abertura de prazo para que o Defendente exerça seu contraditório, respondendo aos pareceres lançados.

Concluído este *iter* haverá possibilidade de inclusão do processo na pauta desta D. Edilidade, em sessão para a qual o Defendente já adianta seu interesse em apresentar sustentação oral, por si ou por seus advogados.

Ao término de tudo e pelas razões aqui expostas, requer desta D. Edilidade a apreciação do tema, refutando as conclusões a que chegou o E. TCE/SP e, neste sentido, rejeitando o parecer encaminhado, com a conseqüente aprovação das contas do exercício de 2.006.

Nestes termos,

Pede deferimento.

De São Paulo para Jacareí, aos 17 de dezembro de 2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Hélio m'.

HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'F. Neisser'.

FERNANDO GASPAR NEISSER

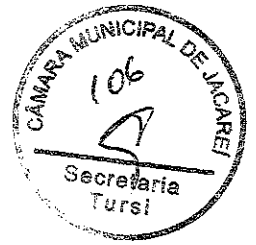
OAB/SP 206.341



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

LIA

Ofício n.º 006/01/2010-CMS



Jacareí, 13 de janeiro de 2010.

Ilustríssimo Senhor

Vimos pelo presente comunicar que, de acordo com manifestação da Assessoria Jurídica deste Poder Legislativo, na análise da defesa contida no Processo n.º 188, de 25 de novembro de 2009, referente às Contas da Prefeitura de Jacareí do exercício de 2006, em face de sua qualificação incompleta no ato contestatório, Vossa Senhoria deverá complementar a defesa com os dados necessários, informando à esta Câmara Municipal o seu número no Registro Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (RG) e no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal (CPF), bem como seu endereço para cientificação dos atos necessários ao trâmite do referido processo.

Informamos, ainda, que o prazo para a regularização será de 5 (cinco) dias, a partir do primeiro dia útil da notificação pessoal onde for encontrado, independentemente de publicação no Boletim Oficial do Município.

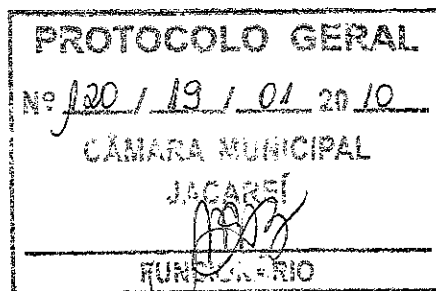
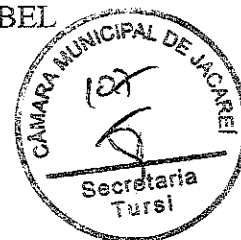
Sem mais para o momento, subscrevemo-nos com protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

A Sua Senhoria, o Senhor
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Em mão

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Jacareí – DIOBEL
DE LIMA FERNANDES

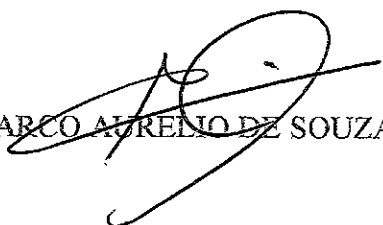


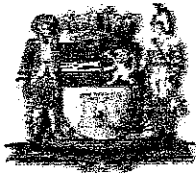
Processo nº 188/2009

MARCO AURÉLIO DE SOUZA vem, respeitosamente, em atenção ao Ofício nº 006/01/2010-CMS, informar que é portador do documento de identidade RG nº 7.564.057-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.858.178-56, e residente na Av. Getúlio Vargas, 1919, apto. 23, bloco 06.

Jacareí, 14 de janeiro de 2010.

Atenciosamente,

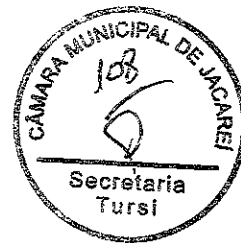

MARCO AURÉLIO DE SOUZA



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

PROCESSO Nº 188/CMJ/25/11/2009



OBJETO – Contas do exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí com parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

PARECER Nº033/MEN/AJ/CMJ - 2010

INICIALMENTE

Cumprе destacar que a Defesa Prévia foi apresentada sem a juntada de procuração do Senhor Marco Aurélio de Souza, razão pela qual esta Assessoria Jurídica solicita da Diretoria Geral da Casa providências para a intimação com vistas à regularização da representação processual-administrativa,

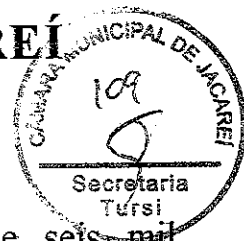
DAS CONTAS

O prefeito Marco Aurélio de Souza apresenta sua defesa prévia, por defensor constituído sem representação, na qual, na parte atinente aos fatos, reporta-se à “suposta falta de gastos na área de educação” e “supostas irregularidades”. Alega



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



glosa de R\$3.446.453,58 (Três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Nada contestou em preliminares sobre ilegalidade ou ato impeditivo de seu direito que possa ser alegado como fator a ser evidenciado nesta análise jurídica.

Quanto ao mérito, discorre sobre o papel do Tribunal de Contas e cita o § 2º da LC 709/93, referindo-se a trechos que destacou de seus incisos, sem especificar quais sejam.

Assim, cabe a esta A.J. focar os dispositivos completos da lei específica, para evitar que os trechos pinçados alterem ou deixem de evidenciar o real significado. Para exata compreensão, quando o defendente diz, em relação às atribuições do TCE/SP que cabe a ele (tribunal), “comunicar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal”, o dispositivo completo é este:

Artigo 2º - Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei, compete:

.....

XV - comunicar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal competente qualquer irregularidade verificada nas contas ou na gestão públicas, enviando-lhe cópia dos respectivos documentos;

Isso quer dizer que nem sempre a atividade da Corte de Contas se refere somente à apreciação de contas anuais. Assim, entre suas prerrogativas está, entre outras, a de receber denúncias de cidadãos e comunicar às autoridades denunciadas, como comumente ocorre. Daí a pertinência do inciso referido.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

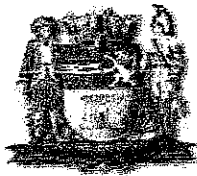


Da mesma forma, quando fala que cabe ao TCE “aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei”, estas sanções, determinadas no inciso XII, são multas previstas na legislação a que o gestor público é condenado a pagar, além de outras de sua alçada.

Não há de se reportar, como se pretende, ao “**caráter acessório**” do tribunal específico de contas, mas sim ao seu **caráter auxiliar** dos Municípios, na auditoria técnico-contábil, cálculos, perícias e demais procedimentos de ordem administrativa que subsidiam a análise da gestão do agente público e complementam, de forma substancial, o papel do Poder Legislativo na fiscalização dos atos do Executivo com referência às contas.

Ao utilizar a expressão “caráter acessório” na referência ao tribunal especializado, dá a ele o caráter do que apenas se junta ao principal, de maneira somente suplementar ou até de importância menor, secundária, dispensável, na definição do dicionário de Houaiss, o que não é o caso.

Incorre a defesa em erro lamentável de interpretação, quando alega que “as contas não poderiam ser rejeitadas sem a responsabilidade do administrador”. Ora, é justamente aí que reside a atribuição legal do TCE, ou seja, emitir seu parecer prévio, comunicar à Câmara Municipal e esta, caso o referende, terá condições de promover a responsabilização civil e criminal do administrador, através da intervenção do Ministério Público. Assim, rejeitando-se as contas, do ato advirá a responsabilização do administrador.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Nota-se o esforço da defesa em fazer crer que a Câmara Municipal não pode rejeitar contas, ou seja, acolher parecer prévio pela rejeição, sem a responsabilização antecipada do administrador responsável pela má gestão do recurso público, argumento insustentável e destituído de base legal, pois que, a seguir tal sofisma, a Câmara só se manifestaria em caso de condenação civil ou criminal prévia provocada pela iniciativa da Corte de Contas.

Contabilização dos gastos públicos – No que concerne à análise contábil das contas, a defesa do ex-Prefeito, depois de afirmar que “embora o elemento despesa não estivesse vinculado ao ensino”, discorda de gastos com Educação que, pela análise percuciente e judiciosa do TCE não poderiam estar abrigadas na rubrica específica do Ensino Fundamental.

Pela acurada análise de fls. 405/531 no Processo TC 3323/026/06 várias despesas foram incluídas como gasto com a Educação, despesas que vão desde a instalação de banheiros públicos para desfile de 7 de Setembro, aluguel de imóvel para o Conselho Tutelar, cabeamento do Centro de Trabalhador, despesas com medalhas esportivas para atividades não inseridas no currículo escolar (e sim competições externas), despesas com cestas de Natal, publicidade envolvendo feira agropecuária, inauguração de avenida e ainda as referentes ao trânsito.

Só para se referir ao caso do trânsito, é conveniente destacar que o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito deverá ser aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e **educação de trânsito**.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Assim, correta a posição do TCE ao glosar numerário do Ensino Fundamental aplicado para propaganda de trânsito.

Na análise desses casos, o TCE, inclusive, pulverizou o uso de notas fiscais de despesas com publicidade de reformas de escolas, alegando que elas não estão discriminadas na Lei de Diretrizes e Bases (art. 70), a saber:

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

O TCE/SP exclui, por imperativo legal, as despesas que o Ex-Prefeito fez incidir em gastos com programas sociais como Projeto Crer, Crê-Ser, Projeto Casa da Juventude e Projeto Arco-Irir, pois que são contabilizados na Assistência Social.

Restos a Pagar — Ao se referir ao montante relativo de restos a pagar, a defesa do Ex-Prefeito reporta-se a julgado do Egrégio STJ, na qual o administrador é eximido de responsabilidade por não ter conseguido liquidar contas de restos a pagar de seu antecessor.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Ocorre que o acórdão referido refere-se a restos a pagar referentes ao exercício de 2000 da prefeitura catarinense de Itapema e que, obviamente, penalizou o administrador eleito naquele ano e que teve dificuldades com suas contas relativas ao ano de 2001.

A decisão do STJ acatou decisão de 1º grau diante de provas apresentadas pelo administrador de que estava fazendo todo o esforço para quitar as obrigações recebidas em estado de inadimplência de seu antecessor. Não é o que ocorreu com o responsável pelas contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referente ao ano de 2006, como abaixo se explica.

Ocorre que a análise das contas que ora se discute, refere-se às de 2006 ou seja, quando o Requerente já tinha vencido o seu sétimo ano de governo. **Melhor esclarecendo, o antecessor a que se refere é o próprio Requerente que foi reeleito em 2004.** O registro é apenas feito para que não se acolha a referência ao acórdão como tese de defesa, pois que não aplicável ao caso concreto. E para que se comprove que a decisão do Egrégio STJ não veste a pretensão da defesa, anexamos a este parecer o voto completo da Ministra Eliane Calmon, a que se refere as páginas 7/8 da defesa (**Doc. 1**).

Com relação a restos a pagar, destaque-se que o TCE/SP (fls. 536) deixou manifesto que o recurso apresentado pelo Requerente, foi “detidamente analisado pelo setor especializado às fls. 410/426.” Assim, constatou-se o valor de R\$936.013,53 de restos a pagar não quitados até 31/01/2007 (fls. 425).



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Ao afirmar que os restos a pagar “foram efetivamente pagos”, tendo sido **“praticamente liquidados no primeiro semestre do exercício de 2007”** [grifei], a defesa não demonstrou se realmente assim procedeu, quando apresentou recursos ao TCE até o reexame do *decisum* da Corte de Contas em setembro de 2009.

Ao analisar o pedido de reexame, a Assessoria Técnica do TCE/SP considerou que todos os argumentos apresentados não foram inovados, ou seja, “já haviam sido devidamente apreciados por ocasião da defesa prévia e memoriais de defesa de fls. 272/320 e 446/452”.

Jurisprudência do Tribunal de Contas paulista é citada também de forma que não se adequa ao caso concreto. A citação do Acórdão 1516/056/99, por exemplo, afirma especificamente que “à época não havia destinação integral dos recursos para as contas específicas de educação”, o que, obviamente não é o caso de Jacareí. Também com referência ao Acórdão 1893/026/99, referente a quitação “no primeiro trimestre”, não há como entender que a mesma serve à medida requerida pela defesa, que se reporta que **“praticamente”** liquidou as dívidas no primeiro semestre.

Para melhor entendimento, melhor seria que a defesa anexasse aos autos, os julgados completos para o cotejo analítico com o caso vertente, mas tal não foi feito.

Afirma-se que o administrador efetuou o gasto de forma “inquestionável”. Contudo, o que a auditoria do TCE revelou foi que tais gastos não se ajustaram aos permissivos legais referentes, ou seja, efetivou-se despesas não cobertas pela



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

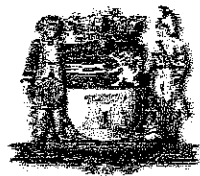


legislação específica que rege os gastos da Educação e é por causa disso que o gestor público é apenado com a rejeição de suas contas e suas consequências legais.

Questiona-se se os investimentos realizados e pagos em 2007 e não contabilizados neste ano devem ser simplesmente desconsiderados (fls. 11 da defesa). A resposta encontra-se na responsabilização civil e criminal do agente causador do desvio de finalidade da aplicação da verba específica.

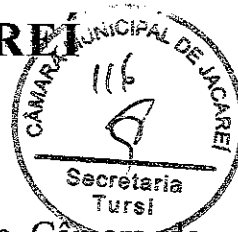
Da dilação probatória e do contraditório – Recorre a defesa ao dispositivo constitucional da ampla defesa e do contraditório que, diga-se, não lhe é negado. E nem poderia. Contudo – firme-se – que é cediço que processo sem oportunidade de defesa é nulo, mas é preciso que se colacione aqui que “a autoridade que presidir o processo poderá indeferir provas impertinentes ou indicadas com intuito protelatório ou tumultuário, mas, para tanto, deverá justificar sua rejeição”, o que faz esse parecer em subsídio à decisão, considerando oportuna esta lição de Hely Lopes Meirelles (‘Direito Administrativo’, Malheiros Editores, 2004, p.665)

Refere-se a defesa à ApCível nº 600.884.5/6-00 na qual abriu-se ao mesmo novo procedimento para análise e julgamento legislativo das contas de 2001. Requer comissão especial para apreciação do parecer, atendimento de produção de prova de perícia contábil e financeira na documentação carreada ao processo e abertura do contraditório para que o Defendente se manifeste por escrito após o parecer das comissões legislativas.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



A este respeito destaca-se que a manifestação da I. Sexta Câmara de Direito Público do Egrégio TJSP, o qual entendeu que não foi conferido direito de defesa.

Cotejando os decisórios jurisprudenciais citados no acórdão especificado, constata-se que eles não se ajustam à pretensão como não se ajustaram àquela, tendo-se quedado a Consultoria Jurídica do legislativo à época em não instrumentalizar os recursos necessários para reverter tal julgamento, não só em sede de embargos como nas instâncias especiais, o que se lamenta.

Assim, reputa esta A.J. que o acórdão que socorreu o Ex-Prefeito exigia do corpo jurídico à época servindo esta Câmara Municipal, iniciativa na defesa estrita do Poder Legislativo, pois que, sem dúvida, submetida à análise do Egrégio Supremo Tribunal Federal com todas as especificidades do caso contrário, a decisão restaria vencida.

Nota-se que há acórdãos citados na decisão que beneficiou o Requerente de procedimentos referentes à intervenção em município (ADIN nº 614-2/MMA) inclusive, e referente a casos para os quais não foram concedidos nenhum direito de defesa. Respeita-se a decisão da V. Câmara, mas cabe a este legislativo questioná-la sob o ângulo da melhor técnica jurídica, de forma ampla, que entende esta A.J.

Na análise dos acórdãos colacionados por ocasião do julgamento do *mandamus* impetrado pelo Requerente, um deles (RE 261.885-3 S), no qual, seu relator, o Ministro ILMAR GALVÃO, retrata fielmente a impossibilidade da perícia técnico-contábil nesta fase, a saber:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

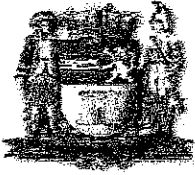


Sustenta, com efeito, o conceituado administrativista, que "o processo que precede tal julgamento submete-se ao conceito tradicional que a expressão comporta", configurando "matéria estranha ao processo legislativo", razão pela qual, conforme decidido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, na AC nº 212.477, Rel. Des. Olavo Silveira, se revela "inaceitável, por afrontar o princípio constitucional da amplitude da defesa, que se negue ao Prefeito, cujas contas estejam sendo julgadas pela Câmara, o direito de se defender perante a edilidade, ou de produzir outras provas, não oferecidas na fase preliminar de exame e verificação administrativa".

Trata-se de pronunciamento incensurável.

Como se lê na parte final, pode o Requerente, como na decisão integrada ao acórdão que o beneficiou, produzir outras provas, **"desde que não oferecidas na fase preliminar de exame e verificação administrativa"**.

De qualquer forma, reputa-se indubitoso que se não tenha esgotado toda a produção probatória pertinente ao caso perante o TCE/SP e que sua esforçada defesa tenha sonegado informações necessárias ao deslinde do litígio, expondo o Requerente à situação de ver rejeitadas suas contas, para só produzi-las perante a Câmara de Vereadores. Caso assim tenha ocorrido, entende-se que tais provas já deveriam estar acostadas a esta defesa, nesta fase, assim como a outros documentos pertinentes, o que não ocorreu.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Tais provas, **se existentes e não produzidas perante o TCE** podem ser comprovadas por ocasião do julgamento ou até fornecidas, *a priori*, a cada Vereador para subsidiar o voto, o que não se configura como fator impeditivo diante das peculiaridades que se revestem tal decisão.

Não há nos autos qualquer prova da sustentação “veemente”, conforme declara a defesa, em relação aos gastos glosados na área da Educação. **A veemência não pode ser confundida com insistência**, ainda porque a destinação de tais valores, conforme, já esclarecido pela perícia contábil e financeira do TCE, não foram acolhidas em razão da forma ilegal como foram aplicadas.

Não se tem notícia de que tenha a defesa recorrido ao Poder Judiciário em defesa de qualquer direito cerceado pelo TCE na apreciação de “provas veementes” e nem que lhe tenha sido negado o direito de contraproduzi-las.

Oportuno lembrar que “a ampla defesa não é aquela que é satisfatória, segundo critérios do réu, mas sim aquela que satisfaz a exigência do juízo” (STF RE132.747), na aplicação analógica do estipulado na lei processual civil para o âmbito administrativo.

Neste sentido, destaque-se a precisa manifestação do Des. Rel. TORRES DE CARVALHO do Egrégio TJSP, no qual o mesmo deixa patente esta posição:

O processo de tomada de contas inicia-se perante o Tribunal de Contas, encarregado das verificações *in loco* e da análise técnico-legal das mesmas, e termina com a manifestação da Câmara Municipal. Não há dois processos, um perante a Corte de Contas e outro perante a Câmara; há um único processo, examinado inicialmente pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



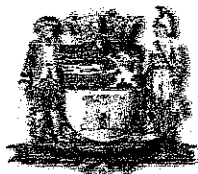
Tribunal, órgão auxiliar do Poder Legislativo, e decidido a final pelos vereadores — que tem, nesta apreciação, maior latitude de julgamento. (*Apelação Cível nº 637.562-5/2-00*)

A leitura do processo das contas comprova que o mesmo esgotou todo o conjunto probatório-pericial perante o tribunal que os analisou mediante o concurso de todo o efetivo técnico-contábil que dispõe a instituição, uma vez que não juntado nenhum nesta fase da defesa.

Força-se a reiteração das competências distintas do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas para colacionar o entendimento do Ministro Paulo Medina, do Egrégio STJ (ROMS 11.060/GO) quando destaca que o prefeito submete-se a duplo julgamento, “um político perante o Parlamento precedido de parecer prévio e outro técnico, a cargo da Corte de Contas”.

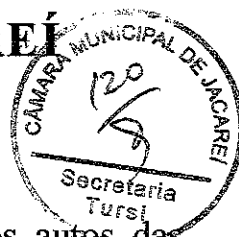
Tirante a prova pericial, aberta estará ao Requerente a produção de provas ainda não produzidas nos autos do TCE - que juntamente com os da Câmara Municipal, **constituem-se em um só** - versando sobre o conjunto probatório ou outro que entenda que se ajuste à sua defesa nesta fase, **na medida em que servirem para comprovar que não foram acolhidas, quando produzidas, perante o Tribunal de Contas**. O que não pode é exigir que a Câmara Municipal de Jacareí repita a instância já exaurida na forma instrucional perante o TCE.

Na lição de José AFONSO DA SILVA, “o controle técnico das contas municipais não pode exercitar-se de modo direto pelo parlamento. **Dai, a instituição da Corte de Contas para garantir a vigilância da execução orçamentária**”. (*Negrêti*) (*Curso de Direito Constitucional 16ª ed. revista e atualizada, p.732*). Foi o



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



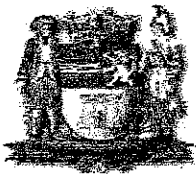
que foi feito e acolhido pelas comissões responsáveis pela análise dos autos das contas a serem remetidos ao julgamento do plenário.

Assim, em sede de julgamento da contas pelo Poder Legislativo **tal pretensão, qual seja, a de prova pericial**, reputa-se como **prova desnecessária**, por já produzida nos autos, o que, inclusive encontra seu suporte legal na aplicação, em sede de julgamento de contas pelo Poder Legislativo, o disposto na legislação processual civil, com a devida adequação, do art. 420, II, do CPC, não ofendendo o contraditório, nem a ampla defesa insertos no art. 5º, LV, da CF/88, que não lhe serão sonegados.

Importa registrar que a Lei Orgânica do Município de Jacareí seu art. 49, destaca que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”. O §2º do citado dispositivo deixa claro o controle externo da Câmara será exercido **com o auxílio do Tribunal de Contas**.

Colaciona-se aqui aresto jurisprudencial do Egrégio STJ, no qual entendeu-se que se “há elementos suficientes para o julgamento da lide, em razão das provas já produzidas no processo, não há que se falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento de prova pericial” (REsp n.º 215.011/BA)

Requer ainda a defesa, a requisição dos processos de empenho dos gastos viabilizados em 2006 e 2007. Trata-se de prova que imprescinde de requisição do



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Poder Legislativo e que deve ser produzida pela parte que por ela propugnou. Assim, nada impede – e existe ordenamento legal a garantir este direito – que recorra ao poder que a detenha.

Importa lembrar que compete ao Requerente, na aplicação analógica da lei processual civil, instruir sua defesa com os documentos necessários para fazer a prova. Assim, a requisição só será feita quando comprovada a impossibilidade do autor de produzi-la, o que não é o caso.

É bom que se clareie à defesa que os pedidos constante do procedimento administrativos não são elásticos e ao critério subjetivo da parte, sendo o pedido para que se forme Comissão Especial para a re-análise das contas, impertinente, por não prevista regimentalmente. De fato, o art. 50 do R.I. declina que as comissões especiais temporárias são as relativas a estudos, inquérito, representação e processante (I/IV).

As comissões processantes estão assim previstas:

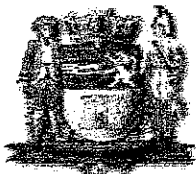
Art. 53. As Comissões Especiais Processantes serão constituídas para:

I - apurar infrações político-administrativas do Prefeito e Vereadores, nas condições e termos da legislação competente;

II - destituição dos membros da Mesa, nos termos deste Regimento.

§ 1º A instituição das Comissões Especiais Processantes será submetida à deliberação do Plenário e, na hipótese do inciso I, será requerida por qualquer eleitor e do inciso II, necessariamente por um dos membros da Câmara.

§ 2º Aprovada a denúncia, a constituição da Comissão obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município, sendo seus membros nomeados por meio de Portaria que será publicada na Imprensa Oficial.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Revisando pois, a perícia contábil e financeira já foi produzida nos autos em sede do TCE e esta A.J. reputa-a em condições a serem admitidas. A *uma*, por se tratar de trabalho especializado efetivado por um órgão especialmente criado para o fim para assessorar os municípios paulistas que, se pudessem repetir todo o procedimento das análises especializadas, dispensaria a existência da Corte de contas estadual, criada especialmente para este fim e a *duas*, porque cabia ao Requerente produzir as provas documentais que julgava oportuna e o fez, reiteradas vezes, sendo as mesmas acolhidas, mas não consideradas por carência de sustento legal, conforme constam dos autos.

Todo o procedimento para o julgamento legislativo das contas é de natureza político-administrativa e do TCE de natureza técnico-contábil, conforme deve ser de sobejo conhecimento do Requerente, pois que Vereador por duas vezes e participante de processos de julgamento deste naipe..

O Ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza já atendeu notificação desta Câmara para complementar sua qualificação inserta na defesa por falta dos números de seus documentos no registro geral da Secretaria de Segurança Pública e no Cadastro da Receita Federal e também seu endereço.

No fecho, com relação ao pedido da defesa, esta A.J. entende impertinente o pedido de perícia contábil e financeira, **uma vez que a Câmara Municipal, no aspecto contábil está vinculada ao parecer do Tribunal de Contas.** De igual forma, há que se indeferir a formação de Comissão Especial pelos motivos expostos e a de provas que deveriam ser produzidas pela parte a quem aproveitar.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Assim, no arremate, OPINA PELO INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS, seguindo-se o presente feito administrativo na forma legal adequada ao caso e regimentalmente prevista para este fim.

É o parecer, s.m.j.

Jacareí, 20 de Janeiro de 2010


Maria Eloísa do Nascimento
Assessora-Jurídica


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Dr. Vitor Tadeu Roberto
Consultor Jurídico
OAB-SP 118.824

Superior Tribunal de Justiça



RECURSO ESPECIAL Nº 580.946 - SC (2003/0152156-9)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : LEANDRO PINTO DE AZEVEDO E OUTROS
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ITAPEMA
ADVOGADO : VALDIR LUÍS ZANELLA E OUTRO

EMENTA

ADMINISTRATIVO – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA: EXIGÊNCIAS – INADIMPLENTO DE GESTÃO ANTERIOR.

1. A transferência voluntária, que se caracteriza pelo repasse, a cargo da CEF, das verbas provenientes da União impõe, dentre as inúmeras exigências, estar a municipalidade em dia com as suas obrigações.

2. Inadimplência da gestão administrativa antecedente, com acúmulo dos RESTOS A PAGAR, pelo qual não pode ser penalizada a nova administração, comprovadamente eficiente no conserto.

3. Recurso especial improvido.

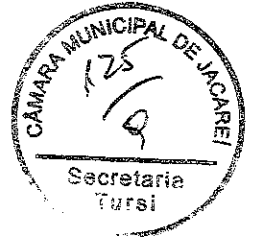
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Franciulli Netto, João Otávio de Noronha, Castro Meira e Francisco Peçanha Martins votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2003(Data do Julgamento)

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

Superior Tribunal da União



RECURSO ESPECIAL Nº 580.946 - SC (2003/0152156-9)

RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : LEANDRO PINTO DE AZEVEDO E OUTROS
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ITAPEMA
ADVOGADO : VALDIR LUÍS ZANELLA E OUTRO

RELATÓRIO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: - Trata-se de recurso especial, interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. LC Nº 101/2000. NÃO-LIBERAÇÃO DE RECURSOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EXISTÊNCIA DE DÉBITOS DEIXADOS PELA ADMINISTRAÇÃO ANTERIOR. MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTS. 25 E 52 DA LRF. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA.

Deve a autoridade apontada coatora aceitar a documentação apresentada pelo Município de Itapema, a fim de dar continuidade aos processos administrativos que visem a liberação dos recursos provenientes do orçamento da União.

(fls. 174)

Informa a CEF que o Município de Itapema - SC aviou pedido de repasse de verba a si destinada pela União Federal mediante previsão orçamentária, tendente ao custeio de obras de interesse social e de equipamentos próprios a tal realização, mas o pedido restou indeferido por não ter cumprido os requisitos necessários ao repasse, uma vez que se encontrava o requerente em condição de inadimplemento frete a seus compromissos de natureza fiscal, o que deu ensejo ao presente *mandamus*.

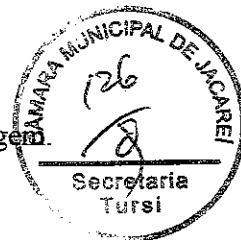
Sustenta que o acórdão regional contrariou o art. 25, IV, "a" da Lei Complementar 101/2000, alegando que se trata de transferência voluntária sujeita não só às exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como a comprovação, por parte do beneficiário, de que o mesmo se *acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos*".

Aduz que o próprio Município reconhece a existência de dívidas contraídas pela administração que antecedeu à atual, mas entende a CEF que para que a regularidade fiscal se ostente, débitos fiscais do beneficiário deve estar todos saldados, seja os constituídos em gestões pretéritas, seja os constituídos em questão atual. Em verdade, a substituição de mandatário na chefia do Poder Executivo de um Município não transforma ou reformula a personalidade jurídica dessa pessoa política.

Superior Tribunal de Justiça

Sem contra-razões, subiram os autos, admitido o especial na origem.

Relatei.



Superior Tribunal de Justiça



RECURSO ESPECIAL Nº 580.946 - SC (2003/0152156-9)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : LEANDRO PINTO DE AZEVEDO E OUTROS
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ITAPEMA
ADVOGADO : VALDIR LUÍS ZANELLA E OUTRO

VOTO

A EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON (RELATORA): - O

Tribunal de origem, para decidir a controvérsia, manteve a sentença, acolhendo parecer do Ministério Público Federal (fls. 156/163), que assim dispôs:

"Analisando a documentação constante nos autos, nota-se que a dívidas encontradas no exercício contábil de 2000 no grupo "passivo financeiro", conta "restos a pagar", apontadas pela Contadoria da Prefeitura sem a suficiente disponibilidade de caixa para tal quitação, dizem respeito ao exercício anterior e não podem ser atribuídos à atual Administração (fl. 26/28). Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Itapema comprovou sua regularidade fiscal ao apresentar Certidões Positivas de Débito com Efeito de Negativa emitidas pelo INSS e pelo Ministério da Fazenda (fls. 70/71), bem como declaração do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de que o Município entregou sua prestação de contas (fl. 3). Para além disso, trouxe aos autos Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Declaração de Atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias e Declaração de Atendimento aos Limites da LRF e do atendimento aos limites constitucionais de aplicação de verba em saúde e educação (fls. 74/84). Por fim, apresentou Relatório de Despesas com Pessoal, demonstrando o cumprimento do disposto nos artigos 18 a 20 da LRF (fl. 85). Tais documentos comprovam o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal para o recebimento dos recursos federais, no que diz respeito aos limites mínimos para educação e saúde, ou máximos com despesa de pessoal, bem como os limites das dívidas consolidada e mobiliária. Por essa razão, deve a autoridade apontada como coatora aceitar a documentação apresentada pelo Município de Itapema, a fim de dar continuidade aos processos administrativos que visem a liberação dos recursos administrativos provenientes do orçamento da União."

(...)

(fls. 173)

Prequestionada, ainda que implicitamente, a tese, passo ao exame do recurso, a partir do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2000, indicada como vulnerada.

Na espécie, temos o repasse efetivado pela Caixa Econômica Federal ao município de Itapema de verbas federais que se caracterizam como de TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA, assim definida no art. 25 da LC 101/2000:

Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra da determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

A liberação dessas verbas específicas exige o acatamento não só das exigências da lei de diretrizes orçamentárias, como dos diversos itens constantes do § 1º do art. 25 da Lei

Superior Tribunal de Justiça



de Responsabilidade Fiscal, acusando a CEF como não atendido pelo Município de Itapema o item IV, letra "a", não sendo demais transcrevê-lo:

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos abusivos anteriormente dele recebidos.

O Município de Itapema está declaradamente inadimplente e acusa a administração antecedente de ser responsável pela impontualidade das obrigações, as quais estão sendo equacionadas e adimplidas gradativamente pela atual administração.

Diante da constatação da vontade do novo governo municipal em alinhar os débitos do município para pagamento, deu o juiz de primeiro grau interpretação benevolente à exigência da lei complementar, aplicando o princípio da razoabilidade para conceder a segurança, confirmando o Tribunal a outorga do *writ*.

De tudo que foi discutido abstrai-se tese resumida na seguinte indagação: as exigências para a transferência voluntária de verbas, nos termos do art. 25 da LC 101/2000, são feitas pessoalmente ao administrador ou ao município inadimplente?

A pergunta faz-se pertinente porque, a despeito da reconhecida inadimplência do município, há, por outro lado, a administração que tenta organizar e sanear as finanças municipais.

A lei de responsabilidade fiscal estabelece normas de finanças públicas destinadas a impor responsabilidade na gestão fiscal dos entes públicos e tem por escopo reprimir a irresponsabilidade dos governantes ao introduzir regras a eles endereçadas. Daí a imputação de responsabilidade ao gestor passado pelos RESTOS A PAGAR, podendo ser ele alcançado, inclusive, pela Lei de Crimes Fiscais.

Dentro dessa perspectiva, certo está o acórdão, que atendeu perfeitamente ao entendimento.

Com essas considerações, nego provimento ao recurso especial.

É o voto.

Superior Tribunal de Justiça



CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Número Registro: 2003/0152156-9

RESP 580946 / SC

Número Origem: 200272000001342

PAUTA: 18/12/2003

JULGADO: 19/12/2003

Relatora

Exma. Sra. Ministra **ELIANA CALMON**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FRANCIULLI NETTO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO**

Secretária

Bela. **BÁRDIA TUPY VIEIRA FONSECA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : LEANDRO PINTO DE AZEVEDO E OUTROS
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ITAPEMA
ADVOGADO : VALDIR LUÍS ZANELLA E OUTRO

ASSUNTO: Administrativo - Ato - Orçamento - Repasse de Recursos

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator."

Os Srs. Ministros Franciulli Netto, João Otávio de Noronha, Castro Meira e Francisco Peçanha Martins votaram com a Sra. Ministra Relatora.

O referido é verdade. Dou fé.

Brasília, 19 de dezembro de 2003

BÁRDIA TUPY VIEIRA FONSECA
Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

LIA



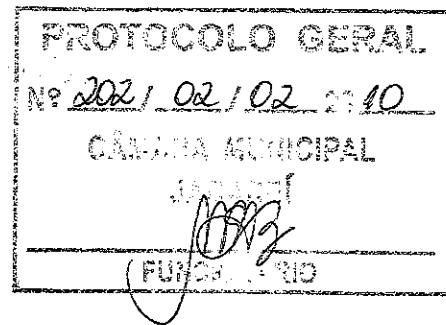
NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Diobel de Lima Fernandes, NOTIFICA, os advogados Hélio Freitas de Carvalho da Silveira e Fernando Gaspar Neisser, que assinam a defesa do Ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza, no processo de julgamento das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, referente ao exercício de 2006, rejeitadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de SP, para que apresentem, para juntada nos autos, a procuração referente à representação processual, no prazo de CINCO DIAS ÚTEIS, a partir do recebimento desta.

Jacareí, 25 de Janeiro de 2010

DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Jacareí - DIOBEL DE LIMA
FERNANDES



Processo nº 188/2009

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, já qualificado nos autos em referência, vem, respeitosamente, por seus advogados, requerer a juntada do incluso instrumento de mandato, em atenção ao r. despacho que determinou tal medida. Os advogados aproveitam para reiterar os atos praticados até o momento.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Jacareí, 1º de fevereiro de 2010.


FERNANDO GASPAR NEISSER

OAB/SP nº 206.341



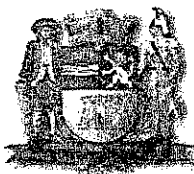


PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Pelo presente instrumento particular, MARCO AURELIO DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 7.564.057-0 - SSP/SP e do CPF. Nº 034.858.178-56, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, 1919 – Bloco 0 6 - Apto 23 – Jardim Marcondes – Jacareí (SP), nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Advogados **HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA, OAB/SP 154.003**, brasileiro, casado; **MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE, OAB/SP 182.596**, brasileiro, casado; **FERNANDO GASPAR NEISSER, OAB/SP 206.341**, brasileiro, solteiro; **ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO, OAB/SP 256.786**, brasileiro, solteiro; **LEANDRO PETRIN, OAB/SP 259.441**, brasileiro, casado; e **CAIO COSTA E PAULA, OAB/SP 234.329**, brasileiro, casado, integrantes da Sociedade de Advogados **SILVEIRA, ANDRADE - ADVOGADOS**, com registro na **OAB/SP 7873**, todos com escritório na Rua Sampaio Viana n.º 202, conj. 122, Paraíso, São Paulo, telefones e fac-símile (11) 30523931 e 30516325, aos quais outorga amplos e gerais poderes da cláusula *Ad judicia et extra*, para o foro e à administração em geral, em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, poderes especialmente concedidos
....., dando tudo por bom, firme e valioso.

Jacareí (SP) – 08 de Julho de 2009


MARCO AURÉLIO DE SOUZA



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

NOTIFICAÇÃO



O Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Diobel de Lima Fernandes, NOTIFICA o Senhor **MARCO AURÉLIO DE SOUZA**, para tomar ciência, por este instrumento, da realização de sessão ordinária a ser realizada no dia 23 de Fevereiro de 2010, nesta Casa Legislativa, a partir das 17 horas, ocasião em que o Processo nº 188 de 25 de Novembro de 2009 relativo ao parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo às contas do Exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí será incluído na Ordem do Dia para votação conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Na oportunidade, o Notificado fica ciente de que disporá de 30 (TRINTA) minutos defesa oral, conforme previsão do art. 131, V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí (Resolução nº 642/2005), ficando facultada a defesa técnica por advogado devidamente constituído nos autos, mediante procuração outorgada.

Fica o Notificado, por este instrumento, ciente de que os autos do processo referente às contas estarão à sua disposição e/ou de seus defensores técnicos, para exame, na Secretaria da Câmara Municipal de Jacareí, das 9h às 11h e das 13h às 17h, em dias úteis, sendo permitida a extração de cópias mediante requisição a ser autorizada no ato do pedido.

Câmara Municipal de Jacareí, 03 de Fevereiro de 2010


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
M. R. CO. AURELIO DE SOUZA / BANCO DO BRASIL			
ENDEREÇO / ADRESSE			
AV. SENADOR JOAQUIM MIGUEL nº 25			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
12324-695	JACAREI		BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
NOTIFICAÇÃO SESSÃO 23/2/2010 - CONTAS EXERCÍCIO 2006 - TCE.		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
Felipe Mitsuo Valadares Escriturário		05/02/10	
NOME LÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
380		Amarino Visti F. Santos Matr. 8.106.112-8	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
M. R. CO. AURELIO DE SOUZA			
ENDEREÇO / ADRESSE			
AV. GETULIO VARGAS, nº 1919 - BLOCO 06 APTº 23			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
12305-010	JACAREI		S.P. BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
NOTIFICAÇÃO SESSÃO DIA 23/02/2010 - CONTAS EXERCÍCIO 2006 - TCE		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
JOSE ADILSON		04/02/10	
NOME LÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
857-326-4			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

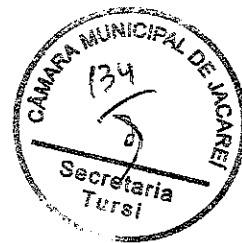
FC0463 / 16

114 x 186 mm



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



Senhor Presidente:

Informo que em data de hoje, estive na agência central do Banco do Brasil, para entregar notificação pessoal ao Senhor Marco Aurélio de Souza, às 11h10, e fui informado pelo funcionário que trazia no crachá o nome de "Isla" que o mesmo está afastado de suas funções porque está exercendo cargo político. O citado senhor disse que foi orientado pelo Departamento Jurídico do banco e que, por essa orientação, não é obrigado a fornecer o seu nome, nem o número de seu documento para ninguém".

Jacareí, 5 de Fevereiro de 2010

Marcelo Tadashi Koda
Mat. 614



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

MOA



COMISSÕES 1 e 2

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO Nº: **188/2009**

DE: **25/11/2009**

PRAZO: **10/02/2010**

ASSUNTO: **CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2006 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ (COM PARECER DESFAVORÁVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO).**


AUTORIA: **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

RELATÓRIO E VOTO

As Comissões de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)** e **FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)** da Câmara Municipal, na forma regimental manifestam-se pelo **ACOLHIMENTO** do Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente às contas do exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assim, registra-se a elaboração do correspondente Decreto Legislativo **declarando rejeitadas** as contas do exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Câmara Municipal de Jacareí, 9 de fevereiro de 2010.


José Antero
Relator - CCJ
Presidente - CFO


Osvaldo Arouca
Relator - CFO

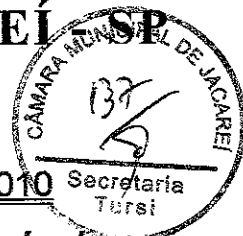

Pastor José Roberto
Presidente - CCJ

Rose Gaspar
Membro - CCJ

Alex da Fanuel
Membro - CFO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO/2010


***Rejeita as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí
relativas ao exercício de 2006.***

**A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E O SEU
PRESIDENTE, VEREADOR DIABEL DE LIMA
FERNANDES, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO
LEGISLATIVO:**

Art. 1º Ficam rejeitadas as contas da Prefeitura
Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na
data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 9 de fevereiro de 2010.


José Antero
Relator - CCJ
Presidente - CFO


Osvaldo Arouca
Relator - CFO


Pastor José Roberto
Presidente - CCJ

Rose Gaspar
Membro - CCJ

Alex da Fanuel
Membro - CFO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Palácio da Liberdade

LEI Nº 5.411/2010

Dispõe sobre o custeio de bolsa para alunos do nível superior do Curso de Medicina residentes em Jacareí e dá outras providências.

O VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, DE CONFORMIDADE COM O § 7º DO ARTIGO 43 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º Fica autorizada a concessão, pela Prefeitura Municipal de Jacareí, de bolsas para alunos do nível superior de Medicina que venham a fazer o curso a partir da aprovação desta Lei.

Art. 2.º A contemplação dos alunos com as bolsas referidas no artigo 1.º dar-se-á por meio da ordem decrescente do resultado das avaliações por eles realizadas nas faculdades em que se inscreveram, conveniada com a Prefeitura Municipal de Jacareí.

§ 1.º No ato das inscrições não poderão ser utilizados critérios socioeconômicos, sendo necessário ao aluno apenas comprovar residência no Município e portar o Título de Eleitor da cidade de Jacareí.

§ 2.º A disponibilização de vagas para o programa de bolsa incentivo será regulamentada anualmente por decreto, de acordo com o número de alunos estagiários bolsistas.

Art. 3.º Poderão concorrer à bolsa incentivo também os alunos que já estiverem cursando Medicina e se encontrarem na fase de estágio.

Art. 4.º O estágio poderá ser realizado com ou sem ônus para a Administração Pública.

Parágrafo único. Os estágios poderão ser custeados por prestadoras de serviços da rede municipal de saúde conveniada ao SUS.

Art. 5.º No caso da não aplicação do parágrafo único do artigo 4.º, as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de recursos orçamentários específicos, provenientes da secretaria competente da Administração Pública.

Art. 6.º Todos os alunos que concluírem os cursos de Medicina em Clínica Geral terão o compromisso de prestar serviços na rede pública municipal durante três anos consecutivos, de acordo com regulamentação da Secretaria de Saúde do Município de Jacareí.

Art. 7.º Esta Lei é de caráter autorizativo e poderá ser regulamentada por decreto baseado na Lei n.º 5.365, de 18 de junho de 2002.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, 8 DE FEVEREIRO DE 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

AUTOR: VEREADOR ITAMAR ALVES.

Portaria nº 016/2010

Nomeia Bruna Scarpante Rodrigues para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, a partir de 03 de fevereiro de 2010, de conformidade com o inciso II do artigo 14 da Lei Complementar nº 13, de 07 de outubro de 1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí e do artigo 3º da Lei Municipal nº 4.758, de 25 de março de 2004, BRUNA SCARPANTE RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 46.290.978-5 e do CPF nº 376.211.698-19, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Jacareí, Símbolo CGA, no Gabinete do Vereador Dario Burro.

Artigo 2º - Determinar ao Departamento de Pessoal do Legislativo as providências de praxe para cumprimento desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFIXE-SE; PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 03 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Diobel de Lima Fernandes, NOTIFICA o Senhor MARCO AURELIO DE SOUZA, para tomar ciência, por este instrumento, da realização de sessão ordinária a ser realizada no dia 23 de Fevereiro de 2010, nesta Casa Legislativa, a partir das 17 horas, ocasião em que o Processo nº 188, de 25 de Novembro de 2009, relativo ao parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo às contas do Exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí será incluído na Ordem do Dia para votação, conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Na oportunidade, o Notificado fica ciente de que disporá de 30 (TRINTA) minutos para defesa oral, conforme previsão do art. 131, V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí (Resolução nº 642/2005), ficando facultada a defesa técnica por advogado devidamente constituído nos autos, mediante procuração outorgada.

Fica o Notificado, por este instrumento, ciente de que os autos do processo referente às contas estarão à sua disposição e/ou de seus defensores técnicos, para exame, na Secretaria da Câmara Municipal de Jacareí, das 9h às 11h e das 13h às 17h, em dias úteis, sendo permitida a extração de cópias

mediante requisição a ser autorizada no ato do pedido.

Câmara Municipal de Jacareí, 03 de Fevereiro de 2010

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão (Presencial) 003/2010

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro AGNALDO DIAS, designado pela Portaria n.º 132/2009, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 003/2010**, para contratação de empresa especializada em vigilância e segurança para prestação de serviços, visando à sessão de mão-de-obra de 2 (dois) empregados, devidamente qualificados, para exercer as funções de Agente de Segurança, não armados. O recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerá no dia 03 de março de 2010, às 9h30 (horário de Brasília), no Plenário da Câmara Municipal de Jacareí, situada na Praça dos Três Poderes, n.º 74, Centro, neste Município, quando, impreterivelmente, terá início a sessão pública para abertura dos mesmos.

O Edital e seus anexos deverão ser retirados no Setor de Licitações, no endereço acima, em dias úteis, das 8h às 11h e das 14h às 17h, ou pelo site: <http://www.camaraajacarei.sp.gov.br>

AGNALDO DIAS

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão (Presencial) 004/2010

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro AGNALDO DIAS, designado pela Portaria n.º 132/2009, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 004/2010**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de box coberto para guarda de veículos pertencentes à frota oficial do Legislativo. O recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerá no dia 04 de março de 2010, às 9h30 (horário de Brasília), no Plenário da Câmara Municipal de Jacareí, situada na Praça dos Três Poderes, n.º 74, Centro, neste Município, quando, impreterivelmente, terá início a sessão pública para abertura dos mesmos.

O Edital e seus anexos deverão ser retirados no Setor de Licitações, no endereço acima, em dias úteis, das 8h às 11h e das 14h às 17h, ou pelo site: <http://www.camaraajacarei.sp.gov.br>

AGNALDO DIAS

Pregoeiro

CONTRATO 002/2010

Pregão: 013/2009.

CONTRATADA: AUTO POSTO 1000 LTDA.

OBJETO: fornecimento de 18.000 (dezoito mil) litros de gasolina comum e 18.000 (dezoito mil) litros de álcool combustível, para abastecimento da frota de veículos do Legislativo durante o exercício de 2010.

VALOR GLOBAL: R\$74.340,00 (setenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2001-3.3.90.30

Vigência: 02.02 a 31.12.2010.

Câmara Municipal, 02 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

TERMO ADITIVO 001/2010

Processo 007/2010

CONTRATO nº 003/2009

CONTRATADA: SIMP SISTEMAS MÁQUINAS E PAPÉIS LTDA.

OBJETO: Prorrogação por doze meses, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em uma máquina copiadora Konica Minolta Bizhub 350.

VALOR GLOBAL: R\$2.304,00 (dois mil, trezentos e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2001-3.3.90.39

Vigência: 12 meses.

Câmara Municipal, 08 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

ATO RATIFICATÓRIO

Processo nº 005/2010

Protocolo nº 051/07/01/2010

(Dispensa de Licitação)

Contratante: Câmara Municipal de Jacareí

Contratado: Ideal Global Sistemas de Higiene Ltda.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, atendendo o disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações, ratifica a justificativa de escolha de fornecedor e de prego, apresentada pelo Setor de Compras e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, autorizo a contratação da empresa Ideal Global Sistemas de Higiene Ltda., para fornecimento de produtos de higiene com equipamentos em regime de comodato, pelo período de 11 (onze) meses, num valor global de R\$4.885,00 (quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), ao fundamento do artigo 24, inciso II, da citada Lei de Regência das Licitações.

Publique-se este ato ratificatório na imprensa oficial, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Câmara Municipal de Jacareí, em 05 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES - Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE



NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Diobel de Lima Fernandes,

Considerando a deliberada ausência de *quorum* ocorrida na sessão do dia 23 de Fevereiro de 2010, ocasião em que seria julgado, mediante votação do plenário, o Processo nº 188 de 25 de Novembro de 2009 relativo ao parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo às contas do Exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí;

Considerando que o art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí determina que decorrido o prazo de 60 (sessenta dias) sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

Considerando que o pedido de adiamento da votação por 280 (Duzentos e oitenta dias) não pode ser acolhido por afrontar a disposição regimental acima referida;

Considerando que o interesse pela defesa oral, prevista no art. 131, V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí pode ser exercitado na citada sessão;

NOTIFICA

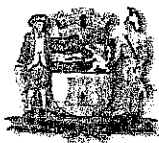
o senhor MARCO AURÉLIO DE SOUZA, para tomar ciência, também por este instrumento, da realização de sessão ordinária a ser realizada no dia 16 (dezesseis) de Março de 2010, nesta Casa Legislativa, a partir das 17 (Dezessete) horas, ocasião em que o citado processo será incluído na Ordem do Dia para votação conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Na oportunidade, o Notificado fica ciente de que disporá de 30 (TRINTA) minutos conforme previsão do citado art. 131, V, do Regimento Interno, para defesa oral pessoal ou por seus advogados.

Fica o Notificado mais uma vez, também por este instrumento, ciente de que os autos do processo referente às contas estão, como sempre estiveram, conforme notificação anterior, à disposição na Secretaria da Câmara Municipal de Jacareí, das 9h às 11h e das 13h às 17h, em dias úteis, sendo permitida a extração de cópias mediante requisição a ser autorizada no ato do pedido.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de Fevereiro de 2010

DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE



NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Diobel de Lima Fernandes,

Considerando a deliberada ausência de *quorum* ocorrida na sessão do dia 23 de Fevereiro de 2010, ocasião em que seria julgado, mediante votação do plenário, o Processo nº 188 de 25 de Novembro de 2009 relativo ao parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo às contas do Exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí;

Considerando que o art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí determina que decorrido o prazo de 60 (sessenta dias) sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

Considerando que o pedido de adiamento da votação por 280 (Duzentos e oitenta dias) não pode ser acolhido por afrontar a disposição regimental acima referida;

Considerando que o interesse pela defesa oral, prevista no art. 131, V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí pode ser exercitado na citada sessão;

NOTIFICA

o senhor MARCO AURÉLIO DE SOUZA, para tomar ciência, também por este instrumento, da realização de sessão ordinária a ser realizada no dia 16 (dezesesseis) de Março de 2010, nesta Casa Legislativa, a partir das 17 (Dezessete) horas, ocasião em que o citado processo será incluído na Ordem do Dia para votação conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Na oportunidade, o Notificado fica ciente de que disporá de 30 (TRINTA) minutos conforme previsão do citado art. 131, V, do Regimento Interno, para defesa oral pessoal ou por seus advogados.

Fica o Notificado mais uma vez, também por este instrumento, ciente de que os autos do processo referente às contas estão, como sempre estiveram, conforme notificação anterior, à disposição na Secretaria da Câmara Municipal de Jacareí, das 9h às 11h e das 13h às 17h, em dias úteis, sendo permitida a extração de cópias mediante requisição a ser autorizada no ato do pedido.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de Fevereiro de 2010

DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
M.A.R.C.O AURÉLIO DE SOUZA			
ENDEREÇO / ADRESSE			
A.D. G. E. T. U. L. T. O. V. # E. G. A. S. N.º 1.919 - B. O. C. O. 6. APT.º 23			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
12.305-010	JACAREÍ	SP	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION			
Notificação Sessão Dia 16.03.2010			
Contas do Exercício de 2006 - TCE.			
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	
<i>[Assinatura]</i>		02/03/10	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR			
Antônio T. B. B. B.			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO IMPRESSADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
75240203-0		<i>[Rubrica]</i>	
ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

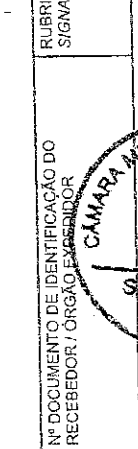
75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO			
M.A.R.C.O AURÉLIO DE SOUZA			
ENDEREÇO / ADRESSE			
A.D. S. E. N. A. D. O. R. J. O. A. S.			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ		
12.327-695	JACAREÍ		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)			
Notificação Sessão			
Contas do Exercício 2006			
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		RUBRICA E MAT. DO IMPRESSADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
<i>[Assinatura]</i>		<i>[Rubrica]</i>	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR			
Felipe Misio Valadares			

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm





CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE



NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Diobel de Lima Fernandes,

Considerando a deliberada ausência de *quorum* ocorrida na sessão do dia 23 de Fevereiro de 2010, ocasião em que seria julgado, mediante votação do plenário, o Processo nº 188 de 25 de Novembro de 2009 relativo ao parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo às contas do Exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí;

Considerando que o art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí determina que decorrido o prazo de 60 (sessenta dias) sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

Considerando que o pedido de adiamento da votação por 280 (Duzentos e oitenta dias) não pode ser acolhido por afrontar a disposição regimental acima referida;

Considerando que o interesse pela defesa oral, prevista no art. 131, V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí pode ser exercitado na citada sessão;

NOTIFICA

os senhores advogados HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA, OAB/SP nº 154.003 e FERNANDO GASPAR NEISSER, OAB/SP nº 206.341, para tomarem ciência, também por este instrumento, da realização de sessão ordinária a ser realizada no dia 16 (dezesesseis) de Março de 2010, nesta Casa Legislativa, a partir das 17 (Dezessete) horas, ocasião em que o citado processo de interesse do Senhor Marco Aurélio de Souza será incluído na Ordem do Dia para votação conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Na oportunidade, os Notificados ficam cientes de que disporão de 30 (TRINTA) minutos conforme previsão do citado art. 131, V, do Regimento Interno, para defesa oral de seu constituinte, conforme interesse demonstrado pelo mesmo.

Ficam os Notificados mais uma vez, também por este instrumento, cientes de que os autos do processo referente às contas estão, como sempre estiveram, conforme notificação anterior, à disposição na Secretaria da Câmara Municipal de Jacareí, das 9h às 11h e das 13h às 17h, em dias úteis, sendo permitida a extração de cópias mediante requisição a ser autorizada no ato do pedido.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de Fevereiro de 2010


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí



RESOLUÇÃO Nº 661/2010

Dispõe sobre o arquivamento e requerimento de desarquivamento dos projetos legislativos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E O SEU PRESIDENTE, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO.

Art. 1º O art. 45 da Resolução nº 642/2005 passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 45. O projeto que for rejeitado por receber parecer contrário de todas as Comissões e ele pertinentes ou pelos motivos previstos no artigo 88 deste Regimento Interno, deverá ser arquivado mediante despacho do Presidente da Câmara, salvo requerimento proposto por 1/3 dos membros de Câmara solicitando o seu desarquivamento, promovendo sua automática tramitação.

Parágrafo único. A comunicação do arquivamento do projeto rejeitado será feita por escrito pelo Presidente da Câmara, devendo o eventual requerimento de desarquivamento do mesmo, ser apresentado no prazo de 5 dias úteis contados da notificação."

Art. 2º O caput do art. 88 da Resolução nº 642/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 88. A Presidência arquivará qualquer proposição."

Art. 3º O § 1º do art. 104 da Resolução nº 642/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Não serão submetidos à deliberação plenária os requerimentos de desarquivamento de projeto, votos de louvor, congratulações, solidariedade, protesto ou os que de alguma forma importem em elogios ou críticas, que não se enquadrem no elenco das demais proposições, sendo seu teor e do respectivo ofício de encaminhamento de exclusiva responsabilidade do autor e eventuais subscritores da proposição, havendo a opção da remessa dessas proposições por intermédio de ofício-padrão da Secretaria da Câmara ou pelos respectivos gabinetes."

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 10 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

AUTOR: VEREADOR EDINHO GUEDES.

TERMO ADITIVO 001/2010

CONTRATO nº 011/2007 – Pregão 001/2007

CONTRATADA: Office Vale Sistemas de Impressão Ltda. EPP.

OBJETO: redução do valor global do Contrato 011/2007 para R\$11.014,32 (onze mil, catorze reais e trinta e dois centavos), uma vez que foram retiradas 9 (nove) máquinas Lexmark Modelo X-215 e 1 (uma) máquina Canon NP 7130, permanecendo apenas 04 (quatro) equipamentos Lexmark Modelo X-215 e 5 (cinco) copiadores Sharp no patrimônio do Legislativo.

Câmara Municipal, 25 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO (Presencial) 001/2010

HOMOLOGO a decisão do Pregoeiro AGNALDO DIAS, para fornecimento de diversos materiais e periféricos de informática de acordo com o constante na Licitação-Pregão (Presencial) nº 001/2010, tipo menor preço, da Câmara Municipal de Jacareí, às empresas Suzupaper Comércio de Papelaria Ltda. EPP. no valor total de R\$1.358,00 (um mil, trezentos e cinquenta e oito reais), Orlando Abud Júnior EPP. no valor total de R\$23.358,50 (vinte e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), Suprinet Suprimentos para Informática Ltda. EPP. no valor total de R\$ 146,12 (cento e quarenta e seis reais e doze centavos), Centrinet Tecnologia Ltda. ME no valor total de R\$22.734,00 (vinte e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais), Microstart Comércio de Suprimentos para Informática Ltda. EPP. no valor total de R\$1.474,40 (um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos Interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Jacareí, 24 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

Portaria nº 017/2010

Concede adicional por tempo de serviço - anuênio -, referente ao mês de fevereiro de 2010, para os servidores Ivone Aparecida de Carvalho, Marcelo Apolinário Medina, Nilva Maria de Azevedo Lippi, Tânia Machado e Mari Alves Assis.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

Considerando a Resolução nº 02/2002-TCA nº 34.554/026/02, de 20 de dezembro de 2002, que estabelece regras a serem observadas pela Administração Municipal Direta e Indireta, relativas às informações sobre atos concessórios de aposentadorias e pensões; CONSIDERANDO, ainda, o Ofício nº 015-DAB/2003, do Instituto de Previdência do Município de Jacareí;

CONSIDERANDO, finalmente, o artigo 213 e parágrafo da Lei Complementar nº 13 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí, de 07 de outubro de 1993, Resolve:

Art. 1º Conceder adicional por tempo de serviço - anuênio -, referente ao mês de fevereiro de 2010, para os servidores:

Matrícula	Servidores	Adicional por Tempo de Serviço (%)
026	Ivone Aparecida de Carvalho	18
036	Marcelo Apolinário Medina	18
046	Nilva Maria de Azevedo Lippi	18
051	Tânia Machado	17
411	Mari Alves Assis	12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2010.

AFIXE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 24 de fevereiro de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, Diobel de Lima Fernandes, Considerando a deliberação ausência de quorum ocorrida na sessão do dia 23 de Fevereiro de 2010, ocasião em que seria julgado, mediante votação do plenário, o Processo nº 188 de 25 de Novembro de 2009 relativo ao parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo às contas do Exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí; Considerando que o art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí determina que decorrido o prazo de 60 (sessenta dias) sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

Considerando que o pedido de adiamento da votação por 280 (duzentos e oitenta dias) não pode ser acolhido por afrontar a disposição regimental acima referida;

Considerando que o interesse pela defesa oral, prevista no art. 131, V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí pode ser exercitado na citada sessão;

NOTIFICA

o senhor MARCO AURÉLIO DE SOUZA, para tomar ciência, também por este instrumento, da realização de sessão ordinária a ser realizada no dia 16 (dezesseis) de Março de 2010, nesta Casa Legislativa, a partir das 17 (Dezessete) horas, ocasião em que o citado processo será incluído na Ordem do Dia para votação conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

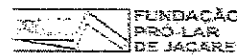
Na oportunidade, o Notificado fica ciente de que disporá de 30 (TRINTA) minutos conforme previsão do citado art. 131, V, do Regimento Interno, para defesa oral pessoal ou por seus advogados.

Fica o Notificado mais uma vez, também por este instrumento, ciente de que os autos do processo referente às contas estão, como sempre estiveram, conforme notificação anterior, à disposição na Secretaria da Câmara Municipal de Jacareí, das 9h às 11h e das 13h às 17h, em dias úteis, sendo permitida a extração de cópias mediante requisição a ser autorizada no ato do pedido.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de Fevereiro de 2010

DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente da Câmara Municipal de Jacareí



Fundação Pró-Lar

EXTRATO DE CONTRATO DA FUNDAÇÃO PRÓ-LAR

Contrato nº 001/2010 – Expediente nº 3552/2010 – Dispensa de Licitação

Locadores: Ikuo Takehara e Eiza Momoi Takehara.

Objeto: Locação de imóvel urbano não residencial, situado na Rua José Bonifácio, nº 37 – Centro – Jacareí/SP, com área construída de 657,07m², conforme certidão de matrícula nº 39.651 do CRI de Jacareí; devidamente cadastrado na Divisão de Controle Urbanístico da Prefeitura Municipal de Jacareí sob nº 441316222017100000.

Vigência: 15/03/2010 a 15/03/2011

Valor Mensal: R\$5.000,00

Dotação: 16.482.0026.21833.3.90.36.00

Empenho: 148/2010 em 05/02/2010

(e) José Luiz Gonçalves – Presidente da Fundação Pró-Lar

EXTRATO DE CONTRATO DA FUNDAÇÃO PRÓ-LAR

Contrato nº 002/2010 – Expediente nº 2038/2010 – Convite 01/2010

Contratada: EMPRESA NEVES E LONGANO LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para construção do Centro de Convivência com 100m de área a ser construída, conforme Memorial e Projetos Arquitetônicos, fornecimento de mão de obra e materiais, incluindo curso de capacitação técnica treinamento de pessoal para assentamento de tijolos solo cimento. Local: Bairro Portal Alvorada, quadra 05 - lote 15.

Vigência: 09 (nove) meses

Valor Estimado: R\$117.288,69

Dotação: 16.482.0026.1101.4.4.90.51.00

Empenho: 170/2010 (Tesouro) e 171/2010 Convênio Federais em 23/02/2010

José Luiz Gonçalves

Presidente da Fundação Pró-Lar



FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREÍ

José Maria de Abreu

PORTARIA Nº 04, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010

A Presidente da Fundação Cultural de Jacareí "José Maria de Abreu", Sra. Sonia Regina Ferraz Pereira, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e que lhe foram delegadas,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a servidora MOYRA GABRIELA BAPTISTA BRAGA FERNANDES, RG nº 30.897.281-8, para responder cumulativa e interinamente como Procuradora Judicial, com lotação na Fundação Cultural de Jacareí "José Maria de Abreu", durante as férias do titular do cargo, no período de 22 de fevereiro a 08 de março de 2010, fazendo jus às vantagens pecuniárias previstas no artigo 60 da Lei Complementar nº 13, de 07/10/93 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Jacareí, 22 de fevereiro de 2010.

SONIA REGINA FERRAZ PEREIRA

Presidente da Fundação Cultural de Jacareí "José Maria de Abreu".

PORTARIA Nº 005/FCJ/2010

"Concessão de adicional por tempo de serviço"

A Presidente da Fundação Cultural de Jacareí "José Maria de Abreu", Sra. Sonia Regina Ferraz Pereira, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a Resolução nº 02/2002 – TCA nº 34.554/026/02, de 20/12/2002 que estabelece regras a serem observadas pela Administração Municipal Direta e Indireta, relativas às informações sobre os atos concessórios de aposentadorias e pensões; Considerando, ainda, o Ofício nº 017-DAB/2003 do Instituto de Previdência do Município de Jacareí;

Considerando, outrossim, o artigo 213 da Lei Complementar nº 13 de 07/10/1993 – Estatuto dos servidores Públicos do Município de Jacareí

Resolve:

Artigo 1º - Conceder adicional por tempo de serviço - anuênio - referente ao mês de fevereiro/2010, aos servidores abaixo nomeados:

Matrícula	Servidor	Anuênio - (%)
70111-2	Erdila Faria Marchesi	01%
70009-0	Mari Caldera Aureliano	15%
70031-7	Reginaldo de Souza	14%
70034-5	Eleni Garcia de Almeida	14%

Artigo 2º - Esta portaria retroagirá seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2010.

Jacareí, 23 de fevereiro de 2010.

Sonia Regina Ferraz Pereira

Presidente

JACAREI

CNPJ..... 34028316302975 3411

Ins Est.: 208763344110

Simone



COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente..... JACAREI CÂMARA MUNICIPAL
 CNPJ/CPE..... 34028316302975
 Doc. Post..... 27770863
 Cartão Postagem.: 568/2923
 Cod. Ndm..... 8067633
 Número Contrato.: 9912206206

Movimento.: 26/02/2010 Hora..... 12:33:09
 Caixa..... 160/6539 Natricula: 89140516
 Lançamento.: 00037 Abandimento.: 00120
 Modalidade.: R Faturar

DESCRIÇÃO QTD. PREÇO(R\$)

CARTÃO COMERCIAL N 1 1 6,454

Valor do Fornecedor.: 1,00
 Cap. Destino: 12305-000 (SP)
 Peso real (g)..... 12
 Objeto..... KK964189445BR
 AVISO DE RECEBIMENTO: 2,70
 REGISTRO NACIONAL: 2,70

entre por dia 2

CARTÃO COMERCIAL N 1 1 6,454

Valor do Fornecedor.: 1,00
 Cap. Destino: 12305-000 (SP)
 Peso real (g)..... 12
 Objeto..... KK964189445BR
 AVISO DE RECEBIMENTO: 2,70
 REGISTRO NACIONAL: 2,70

dia 1

CARTÃO COMERCIAL N 1 1 6,454

Valor do Fornecedor.: 1,00
 Cap. Destino: 12305-000 (SP)
 Peso real (g)..... 12
 Objeto..... KK964189445BR
 AVISO DE RECEBIMENTO: 2,70
 REGISTRO NACIONAL: 2,70

dia 2

TOTAL DO MOVIMENTO(R\$) 19,35

Valor Declarado não solicitado(R\$)
 No caso de objeto com valor, faça seguro,
 declarando o valor do objeto.

Assinaturas:

O FURNADOR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
 prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
 apresentação de fatura

Os valores constantes deste comprovante
 poderão sofrer variações de acordo com as
 cláusulas contratuais

Nome:

Xm:



Boa tarde, Grecco

Segue conforme solicitado o rastreamento das cartas:

Rastreamento Unico

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço: http://webpro2/rastreamento/sro

Pesqu X

Foto atual de Correios

O horário não indica quando a Situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e SEDEX HCJE em que ele representa o horário real de entrega.

Det	Data Hora	Local	Situação	Nº evt
	02/03/2010 17:44:54	CDD PARAISO - SAO PAULO / SP	Entregue	1
	02/03/2010 12:53:05	CDD PARAISO - SAO PAULO / SP	Solu para entrega	1
	26/02/2010 12:33:10	AC JACAREI - JACAREI / SP	Postado	1

Det	Data Hora	Local	Situação	Nº evt
	01/03/2010 20:52:07	CDD FLORIDA - JACAREI / SP	Entregue	1
	01/03/2010 12:07:21	CDD FLORIDA - JACAREI / SP	Solu para entrega	1
	26/02/2010 12:33:10	AC JACAREI - JACAREI / SP	Postado	1

Det	Data Hora	Local	Situação	Nº evt
	02/03/2010 16:22:57	CDD JACAREI - JACAREI / SP	Entregue	1
	02/03/2010 11:11:06	CDD JACAREI - JACAREI / SP	Solu para entrega	1
	26/02/2010 12:33:10	AC JACAREI - JACAREI / SP	Postado	1

Iniciar Nova Consulta Voltar

Iniciar List... Q... Q-M... Salv... Cbx... e-Te... Sem... Ras... Sem... Links

Local Intranet 15:30

Atenciosamente,
Simone Santos
Gerente - AC Jacareí/SP
Tel: (12) 3951-2115
spiacjacarei@correios.com.br

Nossa Missão: Fornecer soluções acessíveis e confiáveis para conectar pessoas, instituições e negócios, no Brasil e no mundo.

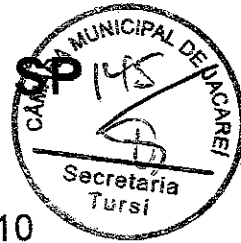
2010 - ANO DO DINAMISMO NA DR/SP. SOLUÇÕES PARA MELHORES RESULTADOS.

9/3/2010



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010

Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

2 - A Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

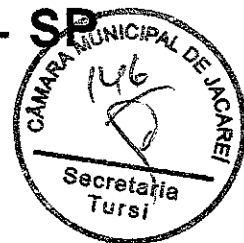
3 - A Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

4 - A Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea 'a' dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010 – Fls. 02

5 - A parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

6 – O art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;

7 - O art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

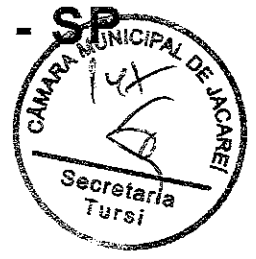
8 – Foram cumpridas todas as etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;

9 – Embora convocadas sessões para deliberação do parecer, as mesmas não foram realizadas por deliberadas faltas de quorum efetivadas com o não comparecimento de 7 (sete) vereadores nas sessões ordinárias dos dias 23/02/2010 e 16/03/2010;

10 – Foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso; e



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010 – Fls. 03

Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2006,

PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas, de acordo com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alíneas 'a' e 'b', da Lei Orgânica do Município de Jacareí e do art. 122, § 4º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 17 de março de 2010.


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Palácio da Liberdade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010

Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

- 1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
 - 2 - A Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;
 - 3 - A Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;
 - 4 - A Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea 'a' dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
 - 5 - A parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
 - 6 - O art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;
 - 7 - O art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;
 - 8 - Foram cumpridas todas as etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;
 - 9 - Embora convocadas sessões para deliberação do parecer, as mesmas não foram realizadas por deliberações feitas de quorum efetivadas com o não comparecimento de 7 (sete) vereadores nas sessões ordinárias dos dias 23/02/2010 e 16/03/2010;
 - 10 - Foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso; e
- Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2006,

PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas, de acordo com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alíneas 'a' e 'b', da Lei Orgânica do Município de Jacareí e do art. 122, § 4º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Jacareí, 17 de março de 2010.

Dioebel de Lima Fernandes - Presidente

PORTARIA Nº 023/2010

Institui e nomeia a Comissão de Padronização para complementação e uniformização das cadeiras do auditório do Plenário do Legislativo.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Padronização, com a finalidade de definir a aquisição de cadeiras, de forma padronizada, para complementação e uniformização do auditório do Legislativo.

Art. 2º Nomear os servidores: Maria Auxiliadora de Lima Requena, Sérgio Roberto Soccato Teixeira e Marcelo Apolinário Medina para comporem a Comissão de Padronização definida no art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. Os membros da Comissão ora instituída deverão proceder estudos, definindo quantidade e especificação das cadeiras necessárias para complementação do auditório, mediante apresentação de perícia, parecer e relatório conclusivo, demonstrando as vantagens e conveniência da padronização.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão deverão ser concluídos no prazo de 15 dias, contados a partir desta data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFIXE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 18 de março de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES - Presidente

PORTARIA Nº 024/2010

Exonera ALEXANDRE PEREIRA RAIMUNDO do cargo em comissão de Chefe de Gabinete.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 17 de março de 2010, de conformidade com o inciso I, do artigo 66, da Lei Complementar nº 13, de 07.10.93 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí e do artigo 3º da Lei Municipal nº 4.758, de 25 de março de 2004, ALEXANDRE PEREIRA RAIMUNDO do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo CCC, da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Pessoal do Legislativo as providências de praxe para cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFIXE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 18 de março de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES - Presidente

PORTARIA Nº 025/2010

Nomeia VANDERSON RODRIGO DOS SANTOS AMARAL para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir desta data, de conformidade com o inciso II do artigo 14 da Lei Complementar nº 13 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí, de 07.10.93, e do artigo 3º da Lei Municipal nº 4.758, de 25 de março de 2004, VANDERSON RODRIGO DOS SANTOS AMARAL, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 18.043.542-5 e do CPF nº 225.194.358-79, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Câmara Municipal de Jacareí, Símbolo CCC, no Gabinete do Vereador Dario Burro.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Pessoal do Legislativo as providências de praxe para cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFIXE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 22 de março de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES - Presidente

PORTARIA Nº 026/2010

Exonera MARIA ELENA DE ALMEIDA BARRIOS do cargo em comissão de Assessor de Gabinete.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de abril de 2010, de conformidade com o inciso I, do artigo 66, da Lei Complementar nº 13, de 07.10.93 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí e do artigo 3º da Lei Municipal nº 4.758, de 25 de março de 2004, MARIA ELENA DE ALMEIDA BARRIOS do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, Símbolo CCE, da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Pessoal do Legislativo as providências de praxe para cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFIXE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de março de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES - Presidente

PORTARIA Nº 027/2010

Nomeia CRISTIANE SILVA FIDÉLIS ROSA para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de abril de 2010, de conformidade com o inciso II do artigo 14 da Lei Complementar nº 13 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí, de 07.10.93, e do artigo 3º da Lei Municipal nº 4.758, de 25 de março de 2004, CRISTIANE SILVA FIDÉLIS ROSA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 20.335.448-5 e do CPF nº 150.226.598-24, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Câmara Municipal de Jacareí, Símbolo CCE, no Gabinete da Direção do Legislativo.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Pessoal do Legislativo as providências de praxe para cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFIXE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de março de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES - Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO (Presencial) 004/2010

HOMOLOGO a decisão do Pregoeiro AGNALDO DIAS, para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de 17 (dezessete) box cobertos para a guarda de veículos, pertencentes à frota oficial do Legislativo, de acordo com o constante na Licitação-Pregão (Presencial) nº 004/2010, tipo menor preço, da Câmara Municipal de Jacareí, à empresa **Rubens Lopes ME** no valor total de R\$ 19.380,00 (dezenove mil, trezentos e oitenta reais), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Jacareí, 24 de março de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES - Presidente



FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY
José Maria de Abreu

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY JOSÉ MARIA DE ABREU

Despacho do Exmº Sr. Presidente da Fundação Cultural de Jacarehy José Maria de Abreu, no Expediente nº 018/FCJ/2010

Tendo em vista a inexistência de licitação reconhecida pelo parecer jurídico, o qual acolheu, decidido pela contratação direta, na forma prevista no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Contratação para prestação de serviço artístico musical para 15 apresentações no exercício de 2010.

Contratada: Corporação Musical de Jacareí

Valor: R\$ 46.500,00

Dotação orçamentária: (30) 01.01.3.3.90.39.00

Jacareí, 24 de março de 2010

Ao empenhamento e formalização.

Sônia Regina Ferraz Pereira

Presidente da Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu

Ratifico a contratação direta por inexigibilidade de licitação, na forma prevista no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sônia Regina Ferraz Pereira

Presidente da Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu

Boletim Oficial do Município de Jacareí

Criado através da Lei 4.031, de 09 de dezembro de 1997.



EXPEDIENTE

Publicação Semanal da Prefeitura Municipal de Jacareí
Secretaria de Administração e Secretaria de Comunicação

Jornalista Responsável: Joselani Soares - MTB: 29.041

Diagramação: Fernanda Vinhos

Impressão: Gráfica e Editora Mogiana

Tiragem: 1.200 exemplares - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Prefeitura Municipal de Jacareí

Praça dos Três Poderes, 73 - Centro - Jacareí (SP) - CEP 12327-170 - Tel: (12) 3955-9000

Os originais remetidos para publicação ficarão arquivados e à disposição para devolução durante 15 dias após serem publicados. Após este prazo serão destruídos.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT

Ofício nº 062/03/2010-CMS

Jacareí, 29 de março de 2010.



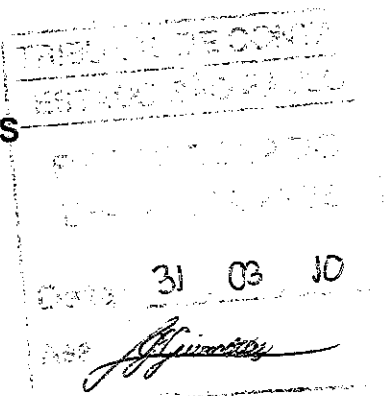
Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente para comunicar, conforme determina o inciso IV do artigo 132 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 642, de 29 de setembro de 2005), que, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006 (Processo nº 188/09) foram rejeitadas, conforme constante do Decreto Legislativo nº 300/2010, de 17 de março de 2010, que foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 26 de março p. passado, cópias anexas.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente



A Sua Excelência, o Senhor
FÚLVIO JULIANO BIAZZI

Presidente do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
c/c Escritório Regional de São José dos Campos



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



Ofício nº 063/03/2010/2009-CMS

Jacareí, 29 de março de 2010.

Ministério Público do Estado de São Paulo
Promotoria de Justiça Cível de Jacareí

Excelentíssimos Senhores,

Protocolo PJJ-Cível nº 500 / 2010
Data: 31 / 03 / 10 Horário: 9 h 00 min
Oficial de Promotoria: [assinatura]

Servimo-nos do presente para encaminhar, conforme determina o inciso III do artigo 132 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 642, de 29 de setembro de 2005), cópia do Processo nº 188/09 deste Legislativo, que originou o Decreto Legislativo nº 300/2010, de 17 de março de 2010, rejeitando, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, o qual foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 26 de março de 2010, cópias também anexas.

Sem outro particular, valem-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE JACAREÍ

Em mão



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



Ofício nº 064/03/2010-CMS

Jacareí, 29 de março de 2010.

Prezado Senhor,

Servimo-nos do presente para comunicar-lhe que, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006 (Processo nº 188/09) foram rejeitadas, conforme constante do Decreto Legislativo nº 300/2010, de 17 de março de 2010, que foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 26 de março último, cópias anexas.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

A Sua Senhoria, o Senhor

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Ex-Prefeito Municipal de Jacareí

Em mão

BOLETIM DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROCESSO Nº188/2009		AUTOR: PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS							
VEREADORES	<input type="checkbox"/> 1ª VOTAÇÃO ÚNICA <input type="checkbox"/>				2ª VOTAÇÃO				
	EM...../...../2010				EM...../...../2010				
	Favor	Contra	Abstenção	Ansência	Favor	Contra	Abstenção	Ansência	
ADRIANO DA ÓTICA									
ALEX DA FANUEL									
VALMIR DO PARQUE MEIA LUA									
DARIO BURRO									
DIABEL DE LIMA FERNANDES (DIABEL DA DIDOL'S)									
EDINHO GUEDES									
ITAMAR ALVES									
JOSÉ ANTERO									
PASTOR JOSÉ ROBERTO									
LAUDELINO AMORIM									
PROF. MARINO FARIA									
OSVALDO DA SILVA AROUCA									
ROSE GASPAR									
		1ª (Única) Votação-Visto Presidente				2ª Votação - Visto do Presidente			
		Diobel de Lima Fernandes (Diobel da Didol's)				Diobel de Lima Fernandes (Diobel da Didol's)			

APURAÇÃO

VOTAÇÃO ÚNICA	FAVORÁVEIS ____ CONTRÁRIOS ____ ABSTENÇÕES ____ AUSÊNCIAS ____	<input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REJEITADO
1ª VOTAÇÃO	FAVORÁVEIS ____ CONTRÁRIOS ____ ABSTENÇÕES ____ AUSÊNCIAS ____	<input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REJEITADO
2ª VOTAÇÃO	FAVORÁVEIS ____ CONTRÁRIOS ____ ABSTENÇÕES ____ AUSÊNCIAS ____	<input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REJEITADO